



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MARCOS ANTONIO MARCELINO**

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE  
MORRINHOS/GOIÁS: transformações territoriais e *(Re)Existências***

**CATALÃO (GO)  
2016**

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Autor (a):	Marcos Antonio Marcelino		
E-mail:	<a href="mailto:marcosmarcelino073@gmail.com">marcosmarcelino073@gmail.com</a>		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:		Sigla:	
País:		UF:	
		CNPJ:	
Título:	A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS – GOIÁS: transformações territoriais e (Re)Existências		
Palavras-chave:	Setor sucroenergético. Município de Morrinhos (GO). (Re)Existências		
Título em outra língua:			
Palavras-chave em outra língua:			
Área de concentração:	Geografia e Ordenamento do Território		
Data defesa:	27/04/2016		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional/Catalão.		
Orientador (a):	Marcelo Rodrigues Mendonça		
E-mail:	<a href="mailto:ufgmendonca@gmail.com">ufgmendonca@gmail.com</a>		
Co-orientador (a):			
E-mail:			

\*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.



Assinatura do(a) autor(a)

Data: 08 /07/ 2016

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

MARCOS ANTONIO MARCELINO

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE  
MORRINHOS/GOIÁS: transformações territoriais e *(Re)Existências***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional/Catalão como requisito para obtenção de título de mestre em Geografia.

**Área de concentração:** Geografia e Ordenamento do Território.

**Linha de pesquisa:** Trabalho e Movimentos Sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça

CATALÃO (GO)  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Marcelino, Marcos Antonio  
A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO  
MUNICÍPIO DE MORRINHOS - GOIÁS: transformações territoriais e  
(Re)Existências [manuscrito] / Marcos Antonio Marcelino. - 2016.  
CXIV, 114 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, , Catalão,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Catalão, 2016.  
Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, símbolos, gráfico,  
tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Setor Sucroenergético. 2. Município de Morrinhos (GO). 3.  
(Re)Existências. I. Mendonça, Marcelo Rodrigues, orient. II. Título.

CDU 911



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
UAE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário - Catalão (GO) CEP - 75704 020  
Fone/fax: (64) 3441-5331. E-mail: mestradogeografia@gmail.com

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE

**Marcos Antônio Marcelino**

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis (27/04/2016), às 9h (nove horas), na Sala de Aula do Mestrado em Geografia – Bloco A, Regional Catalão/UFG, teve lugar a 106ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado de **Marcos Antônio Marcelino**, CPF 768.269.101-87, intitulada “**A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS – GOIÁS: transformações territoriais e (Re)Existências**”. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 010/2016 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG, pelos Professores: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça (Orientador IESA/UFG e Presidente), Profa. Dra. Maria Erlan Inocêncio (UEG/Pires do Rio – Membro Externo), Profa. Dra. Patrícia Francisca Matos (UFU– Membro Interno). Os examinadores arguiram na ordem citada, tendo o mestrando respondido satisfatoriamente. Às 11 horas e 20 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo a mestranda obtido os seguintes resultados:

**Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça** – Ass. Marcelo Mendonça

Aprovado (X) Reprovado ( )

**Profa. Dra. Maria Erlan Inocêncio** – Ass. Inocencio

Aprovado (X) Reprovado ( )

**Profa. Dra. Patrícia Francisca Matos** - Ass. Patrícia F. Matos

Aprovado (X) Reprovado ( )

Obs.:

A Banca Examinadora sugeriu a mudança do título: a territorialização do setor sucroenergético no Município de Morrinhos/GO: transformações territoriais (Re) Exis

**Presidente da Banca – Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça** - Ass. Marcelo Mendonça Teimás

**Resultado final:** APROVADO (X) REPROVADO ( )

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestrando examinado e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG.

Assinatura do Mestrando: Marcos Antônio Marcelino

Secretária Priscila Querino de Lima

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar o prazo de até 45 dias a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas de PPGC-CAC/UEG. Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia | Regional Catalão | UFG

Dedico aos meus pais Geraldo (*in memorian*) e Genecy (*in memorian*) - camponeses natos!  
Aos meus irmãos Rosilene, Vado e Reis - união!  
A minha família, Meire, Gabriel e Lia: fonte de inspiração.  
Ao AMIGO Júlio César.  
Aos companheiros e companheiras de trabalho da UEG/Campus de Pires do Rio pela força e incentivo para essa conquista.  
Aos sujeitos da região da Marcelânia, meus vizinhos onde tudo começou.  
Aos amigos de Caldas Novas - eu voltei!

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe Genecy (*In memorian*) e ao meu pai Geraldo (*In memorian*) pelas labutas no dia a dia no campo para criar os quatro filhos.

Aos meus prezados e queridos irmãos: Rosilene, Vado e Reis pelas nossas histórias no campo e as vitórias conquistadas.

A minha esposa Meire pela força e pelo compromisso familiar assumindo as obrigações nas minhas ausências a trabalho e/ou mestrado.

Aos filhos Gabriel e Lia pela inspiração e a vida.

Aos sobrinhos Bruno, Marcel, Yasmim, Alex, Ian e Ylanna.

Ao Donald pelos pousos oferecidos em Catalão durante o Mestrado.

À Elecilda pelo apoio logístico durante o Ensino Médio.

Ao meu primo Mário Júnio pela sua importância para a família.

Ao meu AMIGO Júlio César pelas conversas sobre: Universidade, Geografia, cotidianos da roça goiana e muito mais. Viva o Corinthians!

À Cleidiane pelo apoio em Goiânia.

Ao Professor Marcelo Mendonça com admiração e respeito!

Aos colegas de Mestrado, nas pessoas da Selma e Marcelo.

Ao Wanderson pelos cliques e Aldenir pelas letras corrigidas.

À Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFG/RC) pela oportunidade, na pessoa do professor Laurindo Pedrosa.

Ao Programa de Mestrado em Geografia da UFG/Catalão, nas pessoas da Secretária Priscila Querino e da Professora Patrícia Matos.

À Faculdade de Anicuns (FEA) pela oportunidade primeira de trabalhar como docente em curso superior, na pessoa do professor Wellington. Viva o Vila Nova!

À Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus de Iporá pela acolhida, nas pessoas do professor João Afonso e do professor Ricardo Assis e ao Campus de Pires do Rio pela receptividade, na pessoa da professora Maria Erlan.

Ao Programa Educando e Valorizando a Vida (EVV) pela oportunidade de desbravar as estradas goianas de Norte a Sul e de Leste a Oeste, na pessoa do professor Nilo.

À Comunidade Morrinhense do campo e da cidade pela atenção e presteza para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos parentes e vizinhos da Marcelânia pelos momentos (28 anos) marcantes.

A todos que contribuíram de alguma forma para minha formação.

Encerro com o título do livro do professor Eguimar Felício Chaveiro.

*“A vida é um engenho de passagens”*

### **Morros de Morrinhos**

Acordando o córrego que dormia placidamente, rodeada por morros pequenos, você nasceu, Morrinhos! Banhando-se nas águas ainda intocadas do córrego, que viu suas primeiras casas serem levantadas, você começou a crescer. Uma capela e algumas casas formavam você. Ao seu redor, os três morros. Morros que estiveram presentes em seu desabrochar. Morros que continuam a ver você crescer. Morros que formaram o nome que você carrega com orgulho: MORRINHOS! Morro derramado sua saudade, sua seresta, seu viver despreocupado, rolando suas canções até o córrego Maria Lucinda. Morro da Saudade! Morro da Cruz, aplainado, preparado para receber em seu pico a imagem de Cristo. O Cristo que, de braços abertos, abençoa as gerações de agora e abençoará as gerações vindouras. Cristo, lá do alto, contempla seus filhos, MORRINHOS, estende-lhe os braços, inspira-lhes confiança e lhes dá alento para trabalharem por você e para você... (NILZA DINIZ SILVA)

## RESUMO

A reestruturação produtiva do capital expressa a reformulação sociometabólica do sistema capitalista como é afirmado por Alves (2007). Nessa constante *ação criativa*, como nos diz Harvey (2011) são elaboradas as condições de adaptação e criação conjuntural, pelas quais, o capitalismo garante a hegemonia exploradora do trabalho. Nesse ínterim, a ação modernizadora do território brasileiro, consistiu na geopolítica que garantiu a expansão capitalista pelo país. Dentre as várias crises estruturais do capital, a dos anos 1970, ganha ênfase pela rearticulação dos territórios em escala global. No Brasil a reestruturação produtiva do capital tem como base sustentadora o Estado neoliberal a partir do final da década de 1980, que como suporte ideológico da reestruturação produtiva, passou a atacar o controle do mercado pelo Estado, responsabilizando essa condição pelas mazelas sociais e implantando o Estado Mínimo, em que, as grandes corporações deviam controlar a economia. As políticas privatizantes tornam-se o *carro chefe* da política brasileira a partir desse período. Nesse contexto, o campo brasileiro é considerado estratégico, pois ocorre o fortalecimento da ação das grandes corporações, que passam a controlar, importante fatia da produção brasileira, pela via dos complexos agroindustriais responsáveis pela produção de *commodities* para o mercado mundial com desdobramentos espaciais substanciais. Seguindo essa vertente, propôs-se o estudo sobre a territorialização do capital, a partir da modernização do campo no Município de Morrinhos - Goiás. Partimos do pressuposto que esta atividade é resultado da reestruturação produtiva do capital no Brasil que se territorializa em Goiás a partir do final da década de 1970. Tal realidade coloca Goiás como ponto estratégico para a lógica produtiva do capital, tendo a modernização do campo como uma das faces do processo de apropriação e uso dos territórios. O Município de Morrinhos entra nessa lógica pela relevância econômica que o campo desempenha a partir da chegada do setor sucroenergético, se constituindo, em uma das principais atividades produtivas do Município. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi compreender as implicações socioespaciais da territorialização do capital pelo setor sucroenergético no Município de Morrinhos; as novas relações de produção, os efeitos socioambientais, as mudanças na pecuária leiteira e outros, sob os moldes da ação destruidora e concentradora do capital. Para confrontar a ação expansionista do capital no Município de Morrinhos considerou-se a ação destrutiva na educação no campo, os efeitos na pecuária leiteira e as *(Re)Existências* construídas pelas Comunidades Camponesas. Para tanto, pesquisou-se a COOPERFAT - Cooperativa dos Agricultores Familiares do Assentamento Tijuqueiro e as políticas públicas (PAA e PNAE) em Morrinhos que apresentam elementos significativos de autonomia em relação ao agronegócio. Para isso foi feita revisão bibliográfica, trabalho de campo, levantamento de dados e documentos relativos ao Município e entrevistas com vários sujeitos envolvidos no processo de territorialização da atividade canavieira no Município de Morrinhos. Por fim, percebeu-se que os camponeses/agricultores familiares quando se apropriam das políticas públicas constroem ações políticas, tendo em vista, a reprodução social e asseguram alimentos saudáveis, trabalho, geração de renda e sustentabilidade.

**Palavras Chave:** Setor Sucroenergético. Município de Morrinhos (GO). *(Re)Existências*.

## ABSTRACT

As stated by Alves (2007), the productive restructuring of capital expresses the social metabolic reformulation of the capitalist system. In this constant *creative action*, as Harvey (2011) expresses, the conditions for adaptation and conjuncture creation are drawn up, by which capitalism ensures the exploitative hegemony over labor. Meanwhile, the modernizing action of the Brazilian territory, consisted of geopolitics that guaranteed the capitalist expansion across the country. Among the various structural crisis of capital, the 1970s crisis deserves emphasis for its re-articulation of the territories on a global scale. In Brazil, starting from the late 1980's, the productive restructuring of capital was based on the idea of a supporting neoliberal government, that, as an ideological background of the restructuring process, began to attack the practice of market being controlled by government, blaming such practice for the social illness, and implementing the idea of Minimum State by which large corporations would control the economy. The privatizing policies became the *flagship* of Brazilian politics of that period. In this context, the Brazilian countryside is considered strategic, as happens the strengthening of the actions of large corporations, that start to control important slices of the Brazilian production, by means of agroindustrial complexes responsible for the production of commodities to the world market with substantial spatial developments. Following this line, we investigate the territorialization of capital, from the modernization of the countryside in the city of Morrinhos - Goiás. We assume that this activity is the result of the capital productive restructuring in Brazil that occurred in Goiás by the end of the 1970s. This reality puts Goiás as a strategic point for the productive logic of capital, and the modernization of the countryside as one of the facets of the process of appropriation and use of its territories. The city of Morrinhos enters this logic due to the economic importance that the countryside plays, starting from the arrival of the sugarcane industry which became one of the main productive activities of the city. In this sense, our objective is to understand the socio-spatial implications of capital territorialization by the sugarcane industry in the city of Morrinhos; the new production relations, social and environmental effects, changes in the dairy industry and others, in the frame of the destructive and concentrating capital action. To confront the expansionist action of capital in the city of Morrinhos, we considered the destructive action in the countryside education, the effects in dairy farming and the *(Re)Existence* set up by the peasant communities. Therefore, we researched COOPERFAT - Cooperative of Family Farmers of Tijuqueiro settlement, and the Morrinhos public policies (PAA and PNAE) that present significant elements of autonomy in relation to agribusiness. For this, a literature review was done, a fieldwork, data collection and document research regarding the city, and interviews with a number of subjects involved in the process of territorialization of sugarcane activity in the city of Morrinhos. Finally, it was noticed that the peasants/family farmers when they appropriate public policies, they set up political actions, in view of social reproduction and ensure healthy food, work, income generation and sustainability.

**Keywords:** Sugar-Energy Sector. City of Morrinhos (GO). *(Re) Existence*.

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 01</b> – BR 153 duplicada – Município de Morrinhos/GO .....	37
<b>Foto 02</b> – Fornalha e moenda.....	46
<b>Foto 03</b> – Moenda de cana .....	46
<b>Foto 04</b> – Moenda de cana datada de 1914 .....	47
<b>Foto 05</b> – Placa de identificação dos programas de crédito da usina CEM .....	56
<b>Foto 06</b> – Maquinários da Prefeitura de Morrinhos .....	58
<b>Foto 07</b> – BR 153 e entrada de acesso a usina CEM .....	59
<b>Foto 08</b> – BR 153 Km 650 e a usina CEM ao fundo .....	59
<b>Foto 09</b> – BR 153 e Usina CEM ao fundo .....	60
<b>Foto 10</b> – Limite dos Municípios Morrinhos e Goiatuba .....	60
<b>Foto 11</b> – Área de cana queimada próximo a cidade de Morrinhos.....	67
<b>Foto 12</b> – Cidade de Morrinhos e cana-de-açúcar ao fundo .....	68
<b>Foto 13</b> – Canavial próximo a Vereda na região da Samambaia .....	70
<b>Foto 14</b> – Canavial próximo a Vereda no Córrego das Éguas .....	70
<b>Foto 15</b> – Plantio de cana-de-açúcar próximo a rodovia estadual GO - 476 .....	71
<b>Foto 16</b> – Residência rural abandonada.....	78
<b>Foto 17</b> – Fogão a lenha.....	78
<b>Foto 18</b> – Bica d’água e monjolo abandonados.....	79
<b>Foto 19</b> – Paiol e chiqueiro abandonados .....	79
<b>Foto 20</b> – Igreja da Comunidade Vera Cruz e plantação de eucalipto.....	81
<b>Foto 21</b> – Residência rural e plantação de cana-de-açúcar .....	82
<b>Foto 22</b> – Local onde situava o campo de futebol próximo a Venda do Joaquim Rufino na região do Lajeado substituído pela plantação de cana-de-açúcar.....	83
<b>Foto 23</b> – Moradia onde funcionava a escola da região da Matinha – Morrinhos/GO .....	87
<b>Foto 24</b> – Escola Samambaia às margens da BR – 153 – Morrinhos/GO .....	87
<b>Foto 25</b> – Ruínas da Antiga Escola na região da Formiga – Morrinhos/GO .....	88
<b>Foto 26</b> – Feira Tecnoleite/COMPLEM - Município de Morrinhos/2015.....	93
<b>Foto 27</b> – Propriedade que abandonou a atividade da pecuária pela cana-de-açúcar .....	94
<b>Foto 28</b> – Depósito na sede da COOPERFAT – Morrinhos/GO .....	97

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** – Localização dos Três Morros que originaram o nome da cidade de Morrinhos 28
- Figura 02** – Guia de Aquisição de Fórmulas do Imposto de Consumo..... 45

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01</b> – Localização geográfica do Município de Morrinhos/Goiás .....	30
<b>Mapa 02</b> – Rodovias (BRs) do Estado de Goiás .....	36
<b>Mapa 03</b> – Agricultura da cana-de-açúcar no Município de Morrinhos - 2016 .....	63

## LISTA DE TABELAS E QUADRO

<b>Tabela 01</b> – Área plantada e produção de cana-de-açúcar em Goiás - 1980/2014.....	53
<b>Tabela 02</b> - Área plantada e produção de cana-de-açúcar em Morrinhos/GO 2008/2013.....	54
<b>Tabela 03</b> – Usinas instaladas nos Municípios do Estado de Goiás.....	54
<b>Tabela 04</b> – Densidade demográfica de Morrinhos/GO (1970 - 2010).....	81
<b>Tabela 05</b> – Escolas rurais no Município de Morrinhos Goiás .....	89
<b>Tabela 06</b> – Produção de leite nos Municípios brasileiros em 2013 .....	89
<b>Tabela 07</b> – Cooperados ativos e produção leiteira da COMPLEM de 2001 a 2013.....	91
<b>Tabela 08</b> – Resultados da Tecnoleite 2011 a 2015 .....	93
<b>Tabela 09</b> – Leite <i>in natura</i> entregue pelos produtores a COOPERFAT (2010 a 2014).....	101
<b>Quadro 01</b> – Gêneros a serem adquiridos para alimentação escolar – 2015.....	100

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

%	- Porcentagem
AM	- Modulação em Amplitude
ANP	- Agência Nacional de Petróleo
APP	- Áreas de Preservação Permanente
ATR	- Açúcar Total Recuperado
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR	- Brasil Rodovias
CAMEM	- Camargo Mendonça
CANASAT	- Monitoramento da Cana-de-Açúcar por Imagens de Satélite
CCLSP	- Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo
CEB	- Comunidades Eclesiais de Base
CEM	- Central Energética de Morrinhos
CEPAC	- Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado
CNA	- Confederação Nacional da Agricultura
CNDT	- Certidão Negativa de Débitos Tributáveis
CNPJ	- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COMPLEM	- Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
CONSECANA-SP	- Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo
COOPERFAT	- Cooperativa dos Agricultores Familiares do Assentamento Tijuqueiro.
CPF	- Cadastro de Pessoas Físicas
CRT	- Certificado de Regularidade do FGTS
CTC	- Centro de Tecnologia Canavieira
DAIMO	- Distrito Agroindustrial de Morrinhos
DNIT	- Departamento Nacional de Infraestrutura
EMATER	- Empresa Brasileira de Extensão Rural
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEA	- Faculdade de Anicuns
FECLEM	- Faculdade de Educação e Ciências e Letras de Morrinhos
FETAEG	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás.

FGTS	- Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GM	- General Motors
GO	- Goiás
GOIASA	- Goiatuba Açúcar e Álcool
Ha	- Hectare
IAA	- Instituto de Álcool e Açúcar
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IEL	- Instituto Euvaldo Lodi
IESA	- Instituto de Estudos Sócio-Ambientais
IMB	- Instituto Mauro Borges
INPE	- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	- Instituto Nacional de Seguro Social
JK	- Juscelino Kubitschek
Kg	- Quilograma
KM	- Quilômetro
Km <sup>2</sup>	- Quilômetro Quadrado
MDIC	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
N°	- Número
OPEP	- Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PA	- Pará
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PIB	- Produto Interno Bruto
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
POLOCENTRO	- Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PPA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PPM	- Pesquisa da Pecuária Municipal
PROALCOOL	- Programa Nacional do Álcool
PRODECER	- Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do
PRODUZIR	- Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RG	- Registro Geral

RS	- Rio Grande do Sul
SEGPLAN	- Secretaria de Gestão e Planejamento
SEPLAN	- Secretaria de Estado e Planejamento
SIMEHGO	- Sistema de Meteorologia e Hidrologia do Estado de Goiás
SNCR	- Sistema Nacional de Crédito Rural
SP	- São Paulo
T	- Tonelada
UDR	- União Democrática Ruralista
UEG	- Universidade Estadual de Goiás
UFG	- Universidade Federal de Goiás
UFM	- Unidade Fiscal do Município
ÚNICA	- União das Indústrias de Cana-de-açúcar
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas
US\$	- Dólar

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NO CERRADO: o Município de Morrinhos no contexto da modernização do campo goiano</b> .....	26
<b>1.1 Caracterização do Município de Morrinhos (GO)</b> .....	28
<b>1.2 Morrinhos no Contexto da Modernização do Campo em Goiás</b> .....	31
<b>1.3 Políticas Estatais e Modernização do Campo em Goiás</b> .....	39
<b>2 O AVANÇO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS/GO NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO CERRADO GOIANO</b> .....	44
<b>2.1 A Expansão do Setor Sucroenergético no Cerrado Goiano</b> .....	51
<b>2.2 O Avanço do Setor Sucroenergético no Município de Morrinhos: estratégias e transformações territoriais</b> .....	57
<b>2.3 Política e Meio Ambiente na Dinâmica Expansionista do Setor Sucroenergético no Município de Morrinhos</b> .....	67
<b>3 O SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS: transformações territoriais e (Re)Existências</b> .....	75
<b>3.1 A Ação Destrutiva do Capital na Educação do Campo no Município de Morrinhos</b> .....	85
<b>3.2 A Importância da Pecuária Leiteira no Município de Morrinhos</b> .....	89
<b>3.3 Os desdobramentos do Setor Sucroenergético na Produção Leiteira no Município de Morrinhos</b> .....	94
<b>3.4 Cooperativismo: estratégias de (Re)Existências das Comunidades Camponesas no Município de Morrinhos</b> .....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	104
<b>ANEXOS</b> .....	110
<b>Anexo 1 – Lei nº 2.850, de 09 de dezembro de 2011</b> .....	111
<b>Anexo 2 – Fetaeg: vitória da unidade</b> .....	113
<b>Anexo 3 – “Combate à UDR é ainda frágil”</b> .....	114

## INTRODUÇÃO

A crítica do capital é, em sua dimensão essencial, a crítica da modernidade. Karl Marx é deste modo, crítico da modernidade do capital, desta forma histórica de controle do metabolismo social que se constituiu a partir do modo de produção capitalista, cujas origens históricas é datada a partir do século XVI. Através de suas reflexões críticas, Marx conseguiu apreender o sistema categorial essencial dos mecanismos fundantes e fundamentais da sociedade burguesa. Um dos mais perspicazes leitores de Marx, István Meszáros, atribuiu em sua obra, algumas características essenciais ao capital, isto é, o capital é expansionista, incontrolável, incorrigível e insustentável. São tais características essenciais do capital que explicam a voracidade dos processos de reestruturação capitalista, com destaque para o processo de reestruturação produtiva que atinge, de forma contínua, o modo de produção capitalista. (GIOVANNI ALVES, 2007).

A reestruturação produtiva do capital expressa a reformulação sociometabólica do sistema capitalista como é afirmado por Alves (2007). Nessa constante *ação criativa*, como nos diz Harvey (2011) são elaboradas as condições de adaptação e criação conjuntural, pelas quais, o capitalismo garante a hegemonia exploradora do trabalho. Nesse ínterim, a ação modernizadora do território brasileiro, consistiu na geopolítica que garantiu a expansão capitalista pelo país. Dentre as várias crises estruturais do capital, a dos anos 1970, ganha ênfase pela sua rearticulação dos territórios em escala global.

Alves (2007) afirma que o complexo de reestruturação produtiva tem sua origem na crise dos países capitalistas centrais, o que acarretou a criação de novos métodos de produção e de gestão da força de trabalho. Nessa situação o sistema social do capital é afetado por múltiplas negações, dada às contradições sociais iminentes naquele período. Destaca-se nesse âmbito a “dessocialização do ser social burguês decorrente do desemprego estrutural e das várias formas de alienação social”. (ALVES, 2007, p. 25).

A conjuntura dessa realidade é condicionada pela crise sobre a produção e de arrecadação e também pela intensificação dos conflitos entre capital e trabalho devido à eclosão dos movimentos operários na década de 1960. Essa situação aliada a crise do petróleo, permitiu o surgimento do que Harvey (2011) denomina de capitalismo flexível. Esse surge como resposta à crise estrutural do capital e do sistema taylorista/fordista, caracterizado pela perda de capitais do setor produtivo e seu investimento no mercado financeiro.

No Brasil a reestruturação produtiva do capital tem como base sustentadora o Estado neoliberal a partir do final da década de 1980. O neoliberalismo como sustentáculo ideológico da reestruturação produtiva, passou a atacar o controle do mercado pelo Estado,

responsabilizando essa condição pelas mazelas sociais e propondo o Estado Mínimo<sup>2</sup>, no qual, as grandes corporações passam a controlar a economia.

As políticas privatizantes tornam-se o *carro chefe* da política brasileira a partir desse período. Nesse contexto, o campo brasileiro é considerado estratégico, pois ocorre o fortalecimento da ação das grandes corporações, que passam a controlar, importante fatia da produção brasileira, pela via dos complexos agroindustriais responsáveis pela produção de *commodities* para o mercado mundial com desdobramentos espaciais substanciais.

Seguindo essa vertente política e econômica da realidade brasileira, propomos o estudo sobre a territorialização do capital, a partir da modernização do campo no Município de Morrinhos. Partimos do pressuposto que esta atividade é resultado da reestruturação produtiva do capital no Brasil que se territorializa em Goiás a partir do final da década de 1970. Nessa condição é reorientado o uso dos territórios, rearticulando os sujeitos que o produzem, reordenando os lugares, criando novas legendas espaciais e alterando a existência local. Para Chesnais (1996, p. 137), “[...] esse processo é resultado do modelo de produção do capitalismo monopolista, o qual promove um rearranjo espacial do globo, subordinando as organizações territoriais à dinâmica hegemônica do capital financeiro mundializado”.

Tal realidade coloca Goiás como ponto estratégico para a lógica produtiva do capital, tendo a modernização do campo como uma das faces do processo de apropriação diante dos novos usos dos territórios. O Município de Morrinhos entra nessa condição pela expressividade econômica, destacando-se a atividade canavieira que vem se tornando uma das principais atividades produtivas do Município.

Pode-se dizer que essa vertente da expansão capitalista no Cerrado goiano reproduz as condições de processos anteriores, referentes a *modernização conservadora* do campo, nas quais a lucratividade gera efeitos socioespaciais no modo de vida nos lugares, especialmente aqueles que apresentam *(Re)Existência*<sup>3</sup> do trabalho camponês, trabalhadores rurais e populações tradicionais. Nesse sentido, interessa aos propósitos deste estudo, perceber

---

<sup>2</sup> Entendemos o Estado Mínimo na perspectiva de Bobbio (1998) na qual, o Estado liberal é visto como um Estado limitado, estando seus limites estabelecidos em dois níveis: limites quanto aos poderes e limites quanto às funções. O Estado de direito é a noção que corresponde à limitação dos poderes. O Estado mínimo, segundo Bobbio, é a noção corrente para representar o limite das funções do Estado dentro da perspectiva da doutrina liberal. (BOBBIO, 1998, p. 11).

<sup>3</sup> Pelá; Mendonça (2010, p. 54) compreendem a *(Re)Existência* “[...] enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar *(Re)Existindo*”.

as implicações socioespaciais da territorialização do capital no Município de Morrinhos, tendo como exemplo o setor sucroenergético<sup>4</sup>.

Por conseguinte, recorre-se a Harvey (2011), ao destacar a discussão promovida pelo pesquisador sobre estratégias do capitalismo na ação sobre o território, evidenciando a relação conflituosa e contraditória entre o capital e o trabalho. É nessa perspectiva que buscamos uma análise de como essa relação se processa no Município de Morrinhos a partir da modernização do campo, pela via do setor sucroenergético, que se tornou uma das principais atividades produtivas do Município na atualidade.

Acompanhando esse raciocínio afirma-se que a reestruturação produtiva do capital, indica variáveis que permitem o entendimento organizacional do capitalismo e como este determina o arranjo territorial. Nessa condição uma leitura pautada no pressuposto da totalidade, permitiu compreender a relação entre a realidade do Município de Morrinhos e a organização mundial do capital. Reconhecemos também a condição dialética evidenciada no movimento histórico e contraditório da territorialização do capitalismo no Brasil e sua implicação na reorganização produtiva do setor sucroenergético em Morrinhos.

O interesse pela temática primeiramente está condicionada a minha trajetória de vida, na qual se destaca a relação com o Município de Morrinhos, mais precisamente, o campo, convivendo com as Comunidades Camponesas, onde nasci e residi até os 28 anos de idade, na região das Almas, próxima ao Povoado de Marcelândia. Aqui, minha existência pautava-se no modo de vida camponês, predominante até a modernização do campo a partir dos anos de 1980.

No cotidiano (vai e vem) do campo para o colégio na cidade de Morrinhos, observava o crescimento da Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos (COMPLEM), a qual, ainda tem sede em frente ao Colégio Estadual Xavier de Almeida (onde estudava), assim como, a chegada dos sulistas<sup>5</sup> precursores do cultivo da soja nos chapadões do Município. Tais acontecimentos eram inovadores, todavia, estranhos para aquele momento o que aguçava a minha imaginação. Na atualidade, observando e analisando a expansão do setor sucroenergético no Município e as lembranças daquele período, se uniram a nova realidade o que me induziu a proposição dessa pesquisa.

Destaca-se que a centralidade de tal estudo são as transformações territoriais ocorridas no Município, principalmente as decorrentes da ação destrutiva do capital no modo de vida camponês, no qual, minha família estava inserida. Por sentir diretamente os

---

<sup>4</sup> Setor sucroenergético está substituindo o antigo termo sucroalcooleiro nas áreas do setor canavieiro; Compreende desde a parte agrícola até a industrial; Setor que produz açúcar, álcool e geração de energia.

<sup>5</sup> Quando refere-se a expressão sulista, também são designados os paulistas como é de costume na região.

efeitos dessa situação, nos propomos a contestar a retórica do progresso no Município, dado pela modernização do campo e sua nova vertente em Goiás que passou a ser o setor sucroenergético.

O que deu base a esse posicionamento político foi a formação acadêmica em Geografia a qual, fui me interessando, mais incisivamente, no de 1995 quando iniciei o Curso na Faculdade de Educação, Ciências Letras de Morrinhos (FECLEM). Posteriormente fui professor do Curso de Geografia na Faculdade de Anicuns (FEA), inclusive como pesquisador e orientador de pesquisas sobre a dinâmica da atividade, no contexto da expansão da cana-de-açúcar e na precarização do trabalho, *acompanhando de perto* essa realidade na região de Anicuns (GO).

No que se refere à relevância social, essa pesquisa é justificada pelo aprofundado levantamento sobre a territorialização do setor sucroenergético e sua representação no condicionamento da relação capital/trabalho, no Município de Morrinhos. Nesse contexto, a proposta teve a pretensão de contribuir e compreender as *(Re)Existências* ao modelo de expansão capitalista no Município.

A relevância científica pode ser justificada pela contribuição desta pesquisa com a compreensão da questão agrária em Goiás, principalmente no que se refere à exploração do campo, comum a partir de 1970. Nesse sentido, acompanha-se o raciocínio de Thomaz Junior (2009) ao afirmar que o papel de geógrafo, ao pensar o trabalho como centralidade, é a de decifrar o desenho societal e as tramas de relações contraditórias, fundadas na alienação do trabalho e no controle territorial do capital e do Estado.

Para a realização da pesquisa, parte-se do pressuposto que a expansão da atividade sucroenergética em Morrinhos foi resultado da nova organização espacial no Cerrado, apresentada nas últimas décadas e evidenciada pela internacionalização do capital, conhecida como reestruturação produtiva do capital. Esse processo interfere na organização do território, devido a intensa mobilidade socioeconômica imposta pelo avanço técnico e científico, empregado no sistema produtivo, alterando significativamente as relações produtivas entre os sujeitos (produtores, trabalhadores etc.) com desdobramentos territoriais no campo e na cidade. Essa condição se expressa na relação capital e trabalho e, portanto, em relações de poder.

A pesquisa assenta-se no primado metodológico de perceber, analisar e compreender o objeto em estudo, fazendo uso de expedientes metodológicos que nos auxiliam na compreensão do fenômeno pesquisado. Entende-se que o primado do método dialético assegura um norteamento levando em consideração sua aderência a gama de influências de outros métodos, permitindo o enfoque da realidade local em interação *com o mundo*. Nesse

sentido, a adoção de tal enfoque metodológico permite a reflexão sobre os fatores estruturais e conjunturais que atuam no acontecer histórico e, principalmente, na conformação geográfica a partir da modernização do campo e da recente territorialização do setor sucroenergético no Município de Morrinhos.

A categoria território é compreendida nessa pesquisa, seguindo as pistas de Santos (2000), em que os conceitos de *território usado* e territorialidade permitem o chão geográfico, pois, além de abrigar o difícil campo das relações de poder na macroestrutura socioeconômica e nas microestruturas, inteira-se das nuances espaços-temporais que estiveram e estão presentes na atual fase de exploração e produção da atividade sucroenergética em Goiás.

A análise sobre *território* que é entendido como relação decorrente dos processos de apropriação do espaço conforme as relações de poder, permitindo o entendimento da reestruturação produtiva do capital, ao longo da história na produção do território goiano. Atenta-se, ainda, para as implicações sociais, econômicas, ambientais e culturais que, de uma forma ou de outra, estão envolvidas na territorialização do capital.

Nesse sentido, a categoria território é o suporte teórico para o *objeto de estudo*. Segundo Moraes (2004), o território na atualidade é dotado de grande complexidade, pois passa a ser percebido não só pelas suas características físicas, locais, mas como a morada do homem, onde o mesmo se naturaliza, concomitantemente a humanização da natureza, processo que se dá através do trabalho. Segundo Santos (2000, p. 17) “É o uso do território e não este em si que faz dele um objeto de análise social”. Nessa perspectiva, a ciência geográfica ganha destaque frente às ciências sociais pela sua capacidade de leitura do movimento do real, dada pela vasta experiência na análise territorial.

No entanto, estudos contemporâneos introduzem no conceito de território uma teorização complexa, ao superar o caráter de simples relação de poder, existente entre o Estado e território. Este aparece como morada do homem, que vai além do sentido da casa, é onde o homem se espacializa. Então, o território é visto “como uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço” (CARA, 1996, p. 73).

Nos caminhos de Raffestin (1993), buscamos entender a lógica do território sob a ação do Estado, já que, o autor considera que as bases para a compreensão do território como uma relação do homem com espaço são o trabalho e o poder, no entanto, o território se dá pela ação do trabalho e do poder no espaço. É nessa perspectiva que fizemos uma leitura do Município de Morrinhos no processo de apropriação do espaço e produção do território. Como afirma o autor “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma

produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 51).

Outro autor que nos deu suporte na leitura do território é Haesbaert (2004), nessa condição pensou que além dos códigos materiais a territorialização do capital no campo altera a vida das comunidades tradicionais. Desta forma, o território traz consigo a dimensão tanto do simbólico, quanto do material, pois, além da condição jurídico-política há a condição cultural, ou seja, a dimensão do simbólico, então, representa o poder e a identidade. Assim, destaca-se que para além das perspectivas material e do poder da categoria território, a identidade, o simbolismo e a cultura são dimensões essenciais para sua compreensão.

Acreditamos então, que ao relacionar a visão de Raffestin (1993) e Haesbaert (2004) possamos compreender a relação de poder (ação do Estado, das grandes corporações, dos conflitos) e os invólucros subjetivos (alteração de comportamento, de costumes) que se materializam no Município de Morrinhos com a territorialização do capital no campo.

Desse modo, os estudos dos desdobramentos territoriais da modernização do campo em Morrinhos, a partir das disputas territoriais resultantes da expansão do capital e seu caráter contraditório, serão guiados por um referencial teórico que possibilite a análise da condição supramencionada, atentos às transformações territoriais e as questões subjetivas dos sujeitos envolvidos nessa transformação.

Dentre os autores que contribuíram nessa análise, destacam-se David Harvey que discute as contradições para a acumulação do capital e expõe o papel das crises na (re)produção do capitalismo e os riscos sistêmicos que o capital representa para a vida humana; Antonio Thomaz Junior que discute a dinâmica geográfica em relação ao avanço do capital e as lutas de classe no âmbito da soberania alimentar, sendo essas formulações entendidas como produto da construção da autonomia da classe trabalhadora para decidir o que produzir de alimento e sob quais condições, proporcionando os direitos de acesso a terra e aos territórios.

Outros autores de relevância são: Giovanni Alves que apresenta reflexões sobre a morfologia social do trabalho que emerge com a reestruturação produtiva do capital, buscando identificar o novo caráter de precarização do trabalho que surge com a precariedade salarial; Mendonça que pesquisa temáticas ligadas a Geografia Agrária e a Geografia do Trabalho, abordando assuntos relacionados às transformações socioespaciais decorrentes da modernização do campo no Cerrado e as *(Re)Existências* construídas pelos agricultores/camponeses e demais trabalhadores.

No campo geopolítico destacamos Inocência que dialoga sobre a expansão da fronteira agrícola e a modernização territorial do Cerrado, enfatizando o Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), dentre outras políticas públicas que intervêm diretamente sobre as terras do Cerrado, que induziram as transformações territoriais; Calaça que discute a expansão do capitalismo e a territorialização do capital no campo no Cerrado, associada a adoção da biotecnologia que provoca alterações nos territórios que passam a ser dominados pelo agronegócio, implicando em perda de autonomia do campesinato e dos produtores rurais e maior dependência destes em relação às empresas transnacionais que detêm o domínio das tecnologias das sementes e dos insumos.

Destacamos ainda Matos que discute temáticas voltadas à modernização da agricultura, as relações de trabalho no campo e os movimentos sociais; Borges que pesquisa sobre a ação do Estado e das políticas públicas na modernização do campo goiano; Chaveiro que discute o processo de transformação do Cerrado nas últimas décadas, inserindo o Estado de Goiás no circuito da modernização e do fluxo intensivo de capital a partir da chegada da agricultura de exportação e da agroindústria; Souza que aborda a territorialização da atividade canavieira no Estado de Goiás e os efeitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

No âmbito dos procedimentos metodológicos a pesquisa documental é necessária para o levantamento de informações e dados sobre o objeto de pesquisa, buscadas em relatórios, arquivos públicos, legislação ambiental e trabalhista. Conta-se ainda com fotos, matérias de jornais e outras fontes, disponibilizadas por Cooperativas, sindicatos, empresários, moradores do campo, lideranças políticas e sindicais.

Consideramos também que o uso das fontes quantitativas é de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa, sendo que estas possibilitam um esclarecimento de determinados fatos levantados pela pesquisa. Essa condição permite o aprofundamento e esclarecimento do objeto pesquisado, já que, propusemos a trabalhar com as variáveis que dependem de sua quantificação, como migração, emprego, produção, comercialização etc. Nesse bojo, destacamos também a importância das ferramentas cartográficas, que entendemos, propiciam uma leitura de localização e representação das relações socioespaciais no Município de Morrinhos.

Os dados para o desenvolvimento da pesquisa (construção de gráficos, mapas, tabelas etc.) foram catalogados em diversas fontes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, União da Agroindústria Canavieira - UNICA, Instituto Mauro Borges - IMB, Secretaria do Planejamento de Desenvolvimento de Goiás SEGPLAN.

A pesquisa de campo foi um procedimento relevante nesse estudo. Para Suertegaray (2002, p. 3) “[...] a pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito”. É no trabalho de campo, que as condições empíricas da pesquisa puderam ser interpretadas, através de observação, entrevistas, diário de campo e fotografias.

O trabalho de campo também foi essencial na articulação entre a teoria e a prática. Para Fernandes (2001, p.117), “[...] só a teoria não é suficiente para se entender o objeto. A prática também é importante”. No âmbito da pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com 15 pessoas (identificamos como sujeitos), sendo um proprietário rural (latifundiário); três trabalhadores da Usina CEM; dois proprietários rurais que tem *divisa* com os canaviais; uma ex-moradora do campo; um arrendatário de cana-de-açúcar; um fornecedor de cana-de-açúcar da Usina CEM; dois cidadãos de Morrinhos (estudante de Geografia e funcionário público); um trabalhador de propriedade rural; uma produtora de leite; dois associados da COOPERFAT além de conversas informais com muitas outras dentre elas sindicalistas, líderes de associações, camponeses, trabalhadores da Usina Central Energética de Morrinhos (CEM), proprietários rurais, secretários municipais, arrendatários, fornecedores, além de observação direta e diário de campo, tentando aproximar as análises e levantamentos de informações, sobre os sujeitos que direta ou indiretamente estejam inseridos na modernização do campo e na territorialização do setor sucroenergético em Morrinhos.

Para tanto, recorreremos a Thompson (1963) ao discutir a experiência - desdobrada em "experiência vivida" e "experiência percebida". A "experiência percebida" condiz à exposição de relatos de vida de sujeitos/agentes envolvidos no processo de modernização do campo e na reestruturação espacial a partir da chegada do setor sucroenergético em Morrinhos. Já a "experiência vivida" está relacionada ao convívio regular com determinada situação pelo qual o ser social, independente da consciência ou da intencionalidade reproduz o sentido dessa situação. Nesse sentido, estamos cientes dos riscos da consciência condicionada ou suprimida pela ideologia.

[...] Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressão sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência I [experiência vivida] está em eterna fricção com a consciência imposta e, quando ela irrompe, nós, que lutamos com todos os intrincados vocabulários e disciplinas da experiência II [experiência percebida], podemos experimentar alguns momentos de abertura e de oportunidade, antes que se imponham mais uma vez o molde da ideologia. (THOMPSON, 1963, p. 203):

Na perspectiva de Marx, Thompson ao contrapor "percebido" e "vivido" no plano da experiência, dialeticamente reafirma a idéia "eles fazem, mas não o sabem". No entanto sabe-se dos cuidados referentes ao uso da fonte oral. De acordo com Garrido (1993) este é um instrumento metodológico imprescindível que, nas ciências sociais constitui-se ferramenta bastante útil para aqueles que se propõem a estudar o território, os sujeitos e sujeitos no território. Por intermédio do emprego dessas fontes busca entender as relações de alteridade e as representações elaboradas por estes indivíduos acerca da *(Re)Existência* das populações Cerradeiras<sup>6</sup> frente ao avanço do processo de modernização do campo em Goiás.

Para discutir o exposto, o texto dissertativo foi dividido em três capítulos, os quais estão expostos em uma ordem que acredita ser a mais viável para o entendimento do proposto. No primeiro capítulo intitulado: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NO CERRADO: o Município de Morrinhos no contexto da modernização do campo goiano. Foi feita uma análise da inserção do Município de Morrinhos no contexto da modernização do campo goiano, entendendo que esse processo ocorreu sob as diretrizes de investimentos do Estado no contexto de políticas estatais na reestruturação produtiva do capital no Brasil.

No segundo capítulo intitulado: O AVANÇO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO CERRADO GOIANO. Foi analisado o processo de territorialização do setor sucroenergético no Município de Morrinhos, tendo como vértice a lógica da modernização no campo em Goiás. Nessa condição, foram apresentados os elementos que enquadram o setor nas diretrizes da modernização do campo e as transformações territoriais no Município, dadas por esse setor.

No terceiro capítulo intitulado: O SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS: transformações territoriais e *(Re)Existências*, foram discutidas as ações transformadoras e destrutivas da modernização do campo no Município de Morrinhos, enfatizando a territorialização do setor sucroenergético no Município, assim como, outras atividades de relevância para economia local que se contrapõem ao modelo do grande capital. Nesse capítulo a intenção foi mostrar que a reestruturação do campo no Município de

---

<sup>6</sup> Refere-se às classes sociais que historicamente viveram nas áreas de Cerrado constituindo formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, denotando relações sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões culturais. Atualmente se configuram nos trabalhadores da terra, camponeses e demais trabalhadores que lutam pela terra e pela reforma agrária, territorializando ações políticas contra o capital. (MENDONÇA, 2004, p. 29)

Morrinhos que “expulsou” os sujeitos do campo para as cidades “dizimando” algumas tradições, costumes e afazeres.

Neste contexto, mostramos a importância do cooperativismo como elemento eficaz para manter os sujeitos no campo. Enquanto a cooperativa de laticínios está sendo influenciada pelo setor sucroenergético, a cooperativa de pequenos produtores apresenta dados significativos de empoderamento das famílias camponesas que se apropriam das políticas públicas (PAA e PNAE) e melhoram as condições de vida dos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, percebemos que o cooperativismo e outras atividades afins proporcionam a reconstrução da dignidade humana dos pequenos produtores rurais/camponeses, retirada pela ação destrutiva do capital no território goiano com a modernização do campo, sob os moldes da reestruturação produtiva do capital no Brasil.

## 1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NO CERRADO: o Município de Morrinhos no contexto da modernização do campo goiano

Quando utilizamos o termo modernização do campo estamos compreendendo-o a partir do referencial teórico pautado nas mudanças do capitalismo que compreendem desde o processo de formação e consolidação da base técnica, a reestruturação produtiva como o modo de produção hegemônico, sendo que para a sua efetiva existência tem de revolucionar constantemente as formas de produzir, subsumindo cada vez mais o trabalho. Atualmente no estado de Goiás há a presença no campo de procedimentos e maquinários tecnologicamente modernos, porém não se deve pensar que a modernização é iniciada com o advento das técnicas modernas de produção denominadas sob o termo modernização do campo. A aceleração desse processo se deu após a adoção em massa das inovações tecnológicas, todavia a modernização é uma construção e se confunde com o próprio processo de formação e consolidação do capital industrial e financeiro. (MENDONÇA, 2004, p. 68).

Ao tomarmos como base teórica Mendonça (2004) para discutir a modernização do campo em Goiás, estamos chamando a atenção para o contexto conjuntural do capitalismo e a ação indutora do Estado para realizar a sua expansão no território goiano, elencando as tramas que desencadearam esse processo modernizador. No bojo desse embasamento teórico pautamos também em outros estudiosos do assunto Borges (2000), Chaveiro (2001), Calaça (2010), Gomes (2008), Inocêncio (2011), Castilho (2014), dentre outros que desenvolveram pesquisas defendendo a ideia de que a matriz socioespacial explicativa da modernização do território goiano decorre da modernização do campo brasileiro.

Um pressuposto que encaminha esse capítulo é que embora a modernização do campo em Goiás tenha se consolidado a partir da década de 1970, teve um período preparatório chamado de *antecipação da modernização conservadora*, como é colocado por Chaveiro (2001, p.137).

É possível encadear uma síntese das intenções políticas que perpassam todas as políticas territoriais dos anos 30 até os nossos dias, nos diversos padrões territoriais constituídos nesse ínterim: Da política do Estado Novo, passando por 50 com o desenvolvimentismo de JK; de 60 a 80 Com desenvolvimentismo graduando-se com a denominada abertura de fronteiras para o capital estrangeiro refuncionalizando partes antes destinadas a atividades econômicas desintegradas, e apresentando o milagre econômico como salvação do que se referia como uma economia dependente; e de 90 aos nossos dias, com a caracterização dos modelos de modernização do campo, mediante a consolidação do parque industrial brasileiro, do novo sistema de comunicação, aparatados pela transição democrática e servindo a internacionalização do neoliberalismo, percebe-se o esforço do estado brasileiro, sustentados por pactos entre elites, às vezes nacional, outras vezes, dessa com a internacional, utilizar o território brasileiro para incorporar o país a uma dinâmica de uma economia internacional.

Seguindo esse raciocínio Borges (2007, p.16) afirma que:

Esse período é gestado no imaginário territorial do Estado no final do século XIX, e ganha força nos anos trinta até os cinquenta do século XX, momento em que o Estado Nacional alinhado ao Estado Local desenvolve políticas para preparar o território visando construir a modernização do mesmo. Observa-se que esse imaginário tem uma condução externa: o Brasil rural é sinalização do atraso. Urbanizar é elevar-se ao patamar da racionalidade desenvolvida e de progresso dos países ricos. Modernizar é o instrumento de fazer do território o palco do progresso. A política pública é o veículo concreto, financeiro, ideológico que põe máquinas, fios e políticas para desenvolver a aproximação entre os lugares e o mundo capitalista.

Acompanhando o raciocínio de Borges (2007), consideramos que a modernização do campo em Goiás é parte integrante da histórica política de expansão do capital internacional no Brasil e, por isso, teve uma condução externa. O Estado pela via das políticas públicas<sup>7</sup> foi o condutor desse processo, aliado a uma elite nacional e ao capital externo implementando o que Inocêncio (2012)<sup>8</sup> considera como geopolítica da apropriação do Cerrado. Processo em que Goiás foi ponto estratégico. Fato a destacar é que esse processo transformou a estrutura territorial de Goiás, impondo condições diversas, o que impactou na existência do *povo goiano* que, sob os moldes da época, viviam da produção para atender as necessidades básicas que eram supridas pela produção diversificada e por uma relação de aproximação (simbiose) com os elementos constitutivos do Cerrado (solo, água, fauna, flora), constituindo práticas socioculturais.

Para Calaça (2010) essa realidade é suprimida pela modernização do campo. Nesse sentido nossa análise segue o raciocínio de Mendonça (2004), que afirma que as pesquisas desenvolvidas sobre esse assunto, alijaram a reflexão sobre o trabalho e a cultura<sup>9</sup>. Essa condição levou à generalizações e simplificações que não responderam com profundidade as transformações no território goiano e a existência dos sujeitos cerradeiros.

Esse capítulo consiste numa reflexão em que as transformações territoriais ocorridas a partir da modernização do campo em Goiás são entendidas no âmbito político, econômico,

<sup>7</sup>Pode-se dizer, por exemplo, que a modernização do campo pela via da política pública traz consigo a pertinência desse Estado: a vontade de criar o Estado burguês e de transformar o território goiano numa arena territorial de rentabilidade capitalista. Por isso, partindo da ideia de que não há uma separação entre o Estado e a política pública, pois o Estado é o feixe abstrato de instituições, de órgãos, de autarquias, de ideologias e imaginários, e a política pública concretiza o sentido de ação. (BORGES, 2007, p. 21).

<sup>8</sup>Os investimentos estatais em infraestrutura logística, energética e de difusão de conhecimentos, redes de pesquisa, permitiu estimular a expansão e consolidação do capital pelo Cerrado, tendo na agricultura a “porta” de entrada. Redes de poder, que estabeleceram o itinerário do capital no campo e seu papel no processo de articulação, integração do produtor capitalizado e exclusão do camponês, trabalhador do campo. (INOCÊNCIO, 2012, p. 06)

<sup>9</sup>A cada atividade produtiva ou processo que gera renda mediante o uso do território, como é o caso da Agroindústria, ao agir sobre o território incide sobre o trabalho. O processo de geração de uma alta rentabilidade, portanto, pode criar grandes contradições sociais. (BORGES, 2007, p. 46).

cultural e ambiental. O Município de Morrinhos é o recorte espacial, no qual analisamos essas processualidades, já que, entendemos ser este, um exemplo da modernização do campo em seu território. Nessa condição, enfatizamos “[...] o sentido econômico da cultura, juntamente com o sentido político da economia. O território aparece como síntese vital dessas variáveis: política, econômica e cultural”. (HAESBAERT, 2004, p. 20).

### 1.1 Caracterização do Município de Morrinhos (GO)

A origem do nome Morrinhos é devido à conformação geomorfológica da região na qual existem três morros: *Morro do Ovo*, que dá acesso a cidade de Piracanjuba (GO); *Morro da Cruz*, local que fica a estátua do Cristo Redentor na região central da cidade; e *Morro da Saudade* que fica localizado na saída da cidade, sentido Caldas Novas (GO), conforme a Figura 01.

**Figura 01** – Localização dos três Morros que originaram o nome da cidade de Morrinhos.



Fonte: Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2015.  
Organização: MARCELINO, M. A. 2015.

De acordo com classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de Morrinhos pertence a Microrregião Meia Ponte, que abrange também os Municípios de Água Limpa, Aloândia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada,

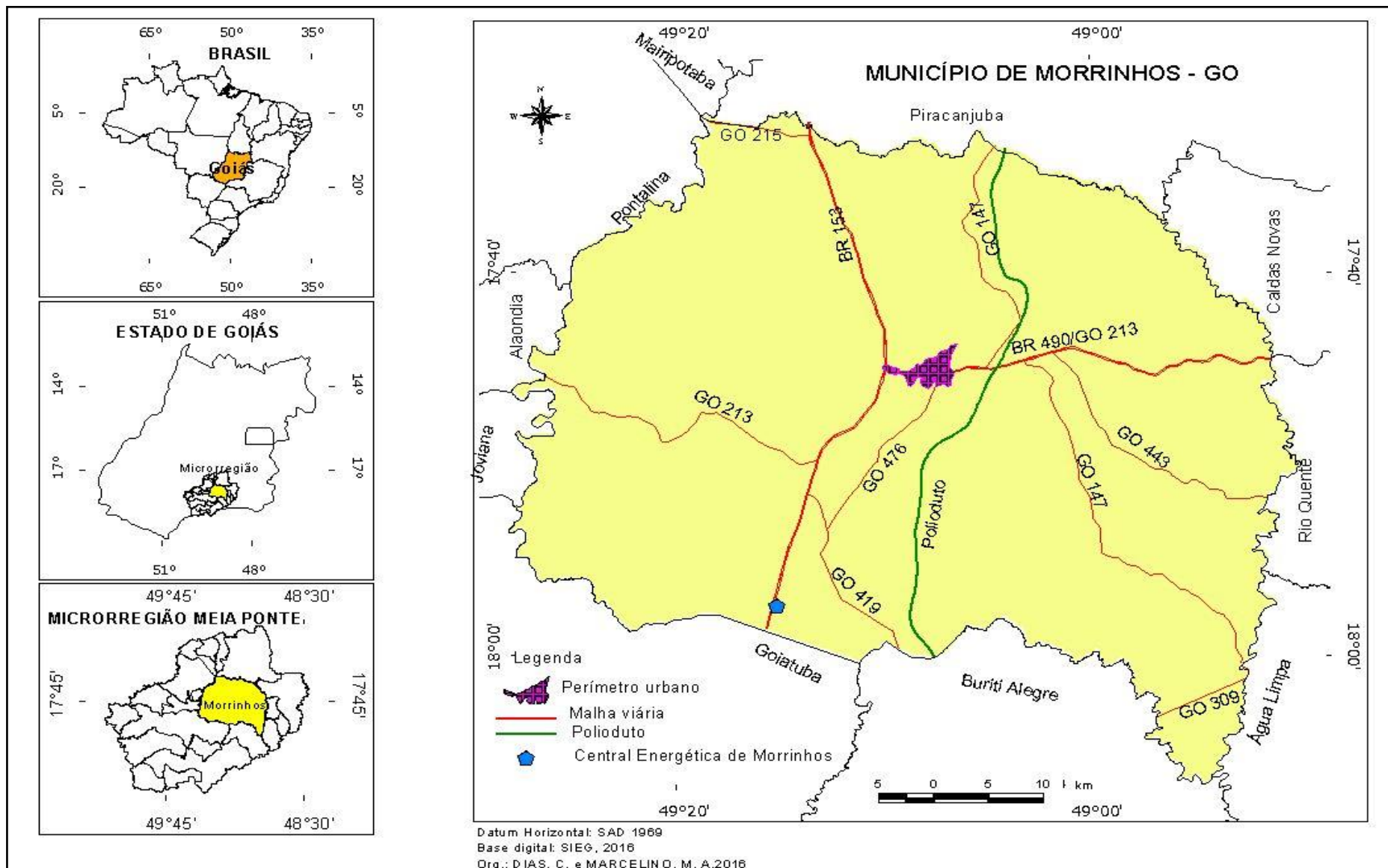
Caldas Novas, Cromínia, Goiatuba, Inaciolândia, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Rio Quente e Vicentinópolis, totalizando 21 Municípios e ocupando uma área de 21.327,25 km<sup>2</sup>. (IBGE, 2014).

A área total do Município de Morrinhos (Mapa 01) é de 2.846.156 Km<sup>2</sup>, limitando com os Municípios de Água Limpa (GO), Buriti Alegre (GO), Goiatuba (GO), Joviânia (GO), Aloândia (GO), Pontalina (GO), Piracanjuba (GO), Caldas Novas (GO) e Rio Quente (GO). É composto pelos povoados do Trevo de Pontalina, Vertente Rica, Marcelânia, Rancho Alegre e Jardim da Luz, além das Comunidades Rurais<sup>10</sup>: Formiga; Bom Jardim da Barra; Bom Jardim I; Bom Jardim II; Piracanjuba; Chapadão; Mata dos Godóis; Contendas; Baixa Verde; Taboca; Vertente Rica; Macacos; Serra; Sombra da Mata; Vera Cruz; Paraíso; Capão Alto; Almas; Vinagre; Lajeado; Córrego Fundo; Cachoeira; Assentamento São Domingos; Samambaia; Buriti do Retiro; Santa Rosa; Escola Agrotécnica; Mimoso; Mata Grande; Areias; Araras; Cerradão; Mata das Araras; Mata da Uchoa e Barreiro. (EMATER, 2013).

---

<sup>10</sup> Conforme a EMATER (2013) Comunidades Rurais é um conjunto de pessoas que fazem parte de um povo que vive no campo, com atividades ligadas a agricultura e a pecuária. Creio que também podem ser usadas como ferramenta de regionalização do território municipal, baseado na ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e nos conhecimentos/saberes dos moradores de determinada área. Ao longo da pesquisa utilizamos Comunidades Camponesas, pois acredita-se ser mais adequado para nomear os grupos sociais que vivem e/ou laboram a terra, experienciando ações políticas, denominadas por Mendonça (2010) por *(Re)Existências* e por apresentarem um cunho político de luta pela permanência na terra, pela reforma agrária, pela água, e ainda a necessidade de afirmar a luta pelos territórios de vida.

Mapa 01 – Localização geográfica do Município de Morrinhos – Goiás.



O Município é cortado pela rodovia federal BR - 153 e rodovias estaduais GOs 213, 147, 215, 443, 419, 309 e 476, além de estradas vicinais que interligam as regiões citadas. A distância até Goiânia é de 128 km, 114 km de Senador Canedo (GO) cidade distribuidora de combustível, 336 km de Brasília e 289 km de São Simão (GO), onde está o porto de acesso a Hidrovia Paranaíba/Paraná/Tietê, principal ponto de ligação hidroviária entre o Centro-Oeste e o litoral brasileiro.

De acordo com dados do IBGE, no ano de 2010 a densidade demográfica do Município de Morrinhos era de 14.57 hab/Km<sup>2</sup>, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de 0,806, o Produto Interno Bruto (PIB) *Per capita* R\$ 12.158,19, possuía 41.460 habitantes, sendo 35.959 na cidade e 5.501 no campo. Porém a estimativa atual é que Morrinhos possua uma população total de 44.607 habitantes (IMB, 2015).

## 1.2 Morrinhos no Contexto da Modernização do Campo em Goiás

Como afirmado anteriormente, a modernização do campo brasileiro tem um período preparatório que se inicia no final do século XIX e começo do século XX. Nessa época, o Estado de Goiás estava isolado das demais regiões do país devido a escassez de estradas e precariedade dos meios de transportes.

A implantação de vias de transporte possibilitou uma maior inserção da economia do sul do Estado ao mercado logo nas primeiras décadas do século, enquanto a região norte permaneceu isolada e esparsamente povoada até os anos 60. A atividade agropecuária se distribuía no conjunto do Estado de acordo com a modalidade de ocupação e a qualidade agrônômica da terra: nas regiões de Cerrado predominava a criação extensiva do gado; nos vales e nas zonas de mata, a agricultura e a extração de madeira. A maior parte da população vivia no campo e dedicava-se às atividades primárias. Uma precária rede de estradas e caminhos ligava as fazendas aos núcleos urbanos existentes. (BORGES 1990, p. 01).

Com isso, via-se ainda ao longe a possibilidade de desenvolvimento econômico na região. Internamente, a produção agrícola do Estado de Goiás manteve-se organizada com a *economia do excedente*<sup>11</sup> até o início do século XX, quando a produção era basicamente para o autoconsumo. Ainda, segundo Borges (1990), a falta de mercado local e de meios de transportes eficientes para escoar a produção para outros estados, representavam problemas cruciais para o desenvolvimento da atividade agrícola regional.

Nesse contexto, os meios de transportes mais comuns eram os carros de boi e as tropas que tinham capacidade limitada de volume de transporte. Por outro lado, sulistas e

---

<sup>11</sup> Expressão de Borges (1990) ao se referir a ocorrência do excedente e ao comércio local.

mineiros depois de ocuparem o Triângulo Mineiro, entraram em Goiás procurando terras para a atividade agropecuária, mas, uma das condições para que houvesse expansão da fronteira agrícola era a implantação de uma infraestrutura de transporte que viabilizasse esse desenvolvimento.

Segundo Borges (1990) a interiorização da ferrovia, interligando o território goiano (Sudeste de Goiás) ao Sudeste do país, contribuiu para romper os grilhões que condicionavam a produção agrícola regional a uma situação de produção para o autoconsumo com poucas relações comerciais com o *exterior*.

As lavouras cresceram e especializaram-se ao ritmo do prolongamento dos trilhos. Dessa forma, ao lado da pecuária de corte, a agricultura começava a se organizar também como atividade mercantil. A produção que antes apodrecia nas roças, por falta de meios de transporte para escoá-la, passou a ser exportada para os mercados do Centro-Sul. (BORGES, 1990 p. 2).

Neste contexto observa-se que houve significativa contribuição da ferrovia como propulsora da economia do Estado de Goiás, fazendo despontar o desenvolvimento do campo. Borges (1990) afirma que este desenvolvimento se deu em dois planos: primeiro no Sudeste, na região da Ferrovia; e, em seguida, no Sudoeste e no Mato Grosso goiano. O Sudeste goiano, favorecido pela posição geográfica e pela penetração de vias de transportes, foi a primeira região a integrar-se à fronteira agrícola.

Todo o impulso dado pelo Estado por meio da implantação da Ferrovia propiciou uma aproximação do Estado de Goiás com a região Sudeste do Brasil, como é destacado por Borges (2000). O Estado brasileiro, ao avançar com a ferrovia para o interior do Brasil, trouxe não somente uma infraestrutura básica para o escoamento da produção, mas também, novas ideias que influenciaram nas estruturas sociais do setor agrário do território goiano.

Com a ferrovia chegou o trabalho assalariado, os sindicatos de trabalhadores, o Partido Comunista, as primeiras mecanizações do campo com o beneficiamento do arroz e dos primeiros produtos da carne bovina, que já podiam ser produzidos em território goiano com o envio dos equipamentos do sudeste brasileiro para Goiás por meio da ferrovia. Contudo, permaneceu a estrutura agrária do latifúndio e da concentração das riquezas. Goiás foi inserido no modelo de produção orientado e comandado pela indústria de São Paulo. (BORGES, 2000, p. 50).

Acompanhando o raciocínio de Borges (2000). Afirma-se que a ferrovia foi a primeira intervenção de uma rede técnica<sup>12</sup> de grande monta no território goiano, capaz de

---

<sup>12</sup>É significativo o papel que as redes de transportes desenvolvem junto ao sistema produtivo. Além de condicionar os fluxos do território e a própria produção de bens e produtos, a sua distribuição e/ou

interferir com veemência no modelo produtivo e na existência do goiano. De acordo com Castilho (2012) a modernidade se apresenta na articulação do território goiano aos interesses capitalistas no Brasil.

No final do século XIX o povoamento em Goiás era disperso e as localidades forjadas por restritas relações com outros espaços do País. Criar as condições para que a fronteira econômica nacional alcançasse as terras goianas significava que a criação de um Estado e a constituição de um marco legal deveria ser acompanhada por uma infraestrutura que permitisse a ligação entre diferentes espaços produtivos e de consumo. As redes de transportes, nesse sentido, foram importantes meios para a conexão de Goiás com outros espaços do país, especialmente com o sudeste brasileiro. (CASTILHO 2012, p. 03)

Essa lógica continua com a abertura de estradas que interligava as sedes municipais a ferrovia. Essa condição se deu em Morrinhos na década de 1920, com a abertura de estradas vicinais que interligava a cidade de Ipameri (GO), então importante pólo de comercialização com o Sudeste do país, por ser constituído de uma estação da ferrovia. As estradas eram precárias devido às condições naturais, tais como: hidrografia, vegetação e relevo. Mesmo nessas condições a economia local passou a movimentar, principalmente quanto ao fornecimento de produtos primários para a região Sudeste do país.

O adentrar da ferrovia no Estado de Goiás foi um fator que contribuiu para o desenvolvimento econômico, pois o integrou ao Brasil e ao mundo, fortalecendo a economia e abrindo novas formas para exploração do campo. A infraestrutura ferroviária do século XIX contribuiu para a atual dinâmica do território goiano, mesmo representando uma pequena parcela em relação à dimensão do Estado de Goiás.

O estado de Goiás possui 685 quilômetros de trilhos, pertencentes à Ferrovia Centro-Atlântica, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce e sucessora da antiga Ferrovia Goiás e da Rede Ferroviária Federal. Essa empresa ferroviária percorre, com seus trilhos, a região do Sudeste Goiano, passando por Catalão, Ipameri, Leopoldo de Bulhões, e também, Anápolis, Senador Canedo, chegando até a capital federal. (SEPLAN, 2009).

Segundo Furtado (1983, p. 51), “O século XIX, foi muito favorável ao desenvolvimento porque a fronteira agrícola pôde deslocar-se rapidamente e a população cresceu com grande intensidade”. Esses dois fatores, aliados ao progresso técnico, criaram

---

espacialização diferenciada influencia uma produção do território também desigual, direcionando a produção para regiões específicas e configurando o território conforme as ações dos atores sociais. (CASTILHO, 2012, p. 01).

grandes estímulos aos investidores, dando lugar ao aparecimento de uma economia direcionada ao campo.

Em relação à interferência das redes técnicas na modernização do campo goiano percebe-se a intensificação da atuação do Estado através de políticas voltadas diretamente para o desenvolvimento desse território, como a construção de Goiânia e a instalação da Fundação Brasil Central além, da Colônia Agrícola em Ceres. Esses fatos se devem a política de interiorização do capital no Brasil, obedecendo aos planos de desenvolvimento econômico brasileiro, estipulado por Getúlio Vargas em 1930, fomentado pela política de integração nacional<sup>13</sup>. Neste contexto o Estado de Goiás passou a ser a porta de entrada para realização de projetos expansionistas, estipulados pelo governo nacional.

No início da década de 1950, ocorreu a alternância de atividades produtivas no campo que por sua vez respondia às exigências do mercado ao mesmo tempo em que a agropecuária regional se definia, como modelo de atividade complementar da economia do Sudeste.

Com o crescimento da urbanização em Goiás, aumentaria naturalmente o consumo interno de gêneros alimentícios. A agricultura comercial, que produzia essencialmente para o mercado “externo”, passou a se organizar, também, em função da demanda local. O aumento populacional de Goiânia, Anápolis e de outras cidades do Estado, assim como a construção de Brasília, influenciaram diretamente no crescimento do mercado agrícola regional. O aumento da demanda local de alimentos reduzia, em parte, a dependência do agro goiano em relação aos mercados de Centro Sul e abria novas perspectivas de crescimento e modernização do setor. (BORGES, 1999 p. 51).

Outro momento de forte atuação do Estado Nacional no território goiano foi no Governo de Juscelino Kubitschek (JK) na década de 1950, período em que houve uma maior aproximação do governo com o capital externo. Entre os fatos mais importantes desse momento foi a transferência da capital federal para o Centro Oeste e a construção de rodovias, o que influenciou significativamente na modernização do campo em Goiás, processo que se intensificou na década de 1960.

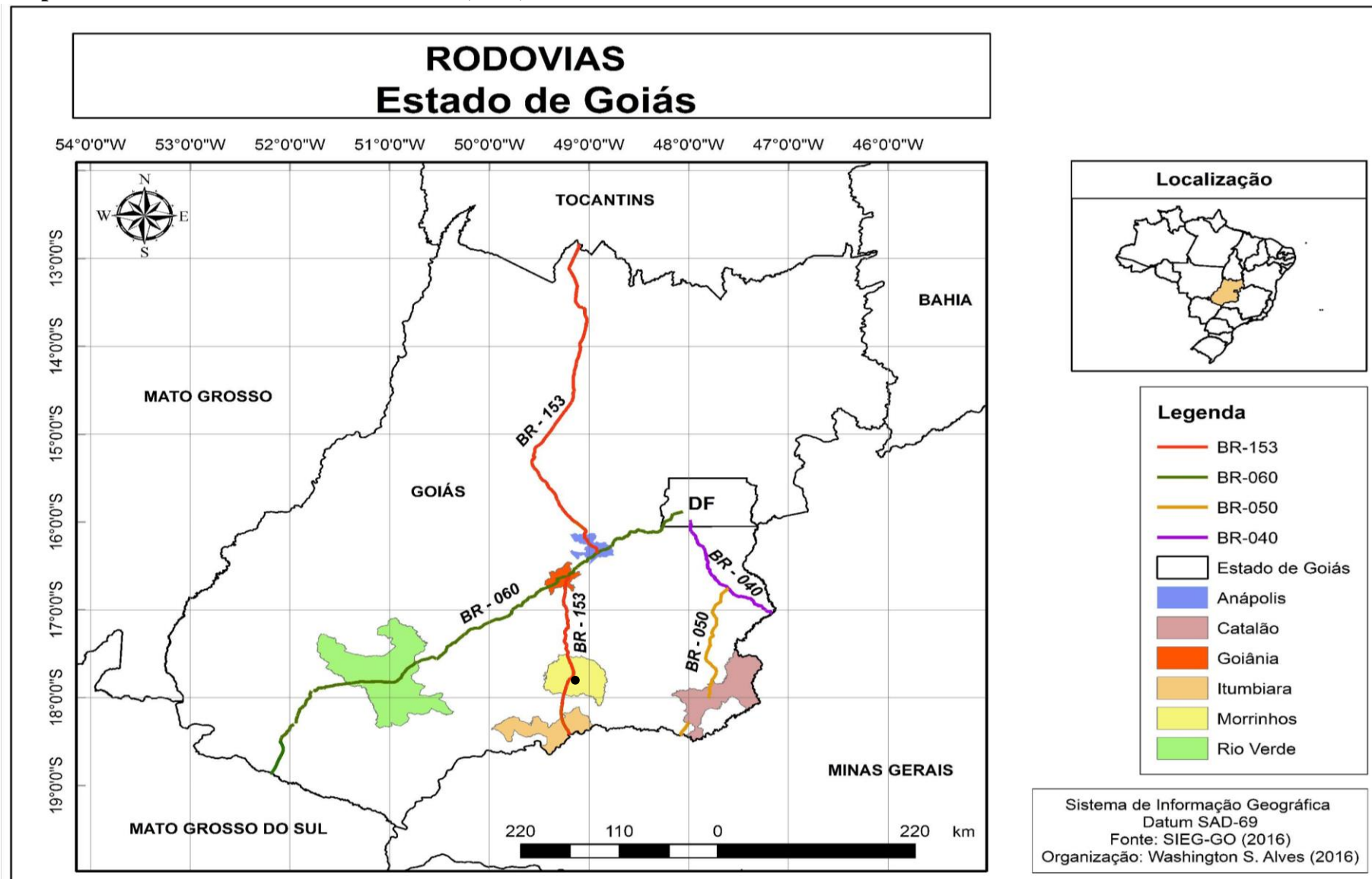
---

<sup>13</sup>Para Estevam (2004) a ideia de integração nacional dos governos militares no Brasil vem de encontro aos interesses do capital internacional à procura de novas fronteiras para conquistar e instituir seus territórios capitalistas. Pressionadas pelos movimentos ambientalistas internacionais, muitas empresas da Europa e dos Estados Unidos procuraram se instalar nos chamados países do terceiro mundo, como eram conhecidos, naquela época, os países emergentes, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, com as chamadas “Revoluções Verdes”. Para ganhar a opinião pública brasileira o governo intensifica a campanha de integração nacional. Ammann (1982) diz que até os intelectuais do desenvolvimento de comunidades absorvem a ideologia da integração devido ao sucesso da campanha do governo federal na ditadura militar. Segundo a autora, a “integração” é um instrumento ideológico do governo e das classes dominantes para manipulação das massas no sentido de ganhá-las para seus projetos conservadores.

De acordo com Estevam (2004) a política nacional desenvolvimentista de JK abriu as portas do país para o capital estrangeiro. Durante o seu governo chegaram ao Brasil as montadoras de automóveis como a Ford, Wolkswagem, Willys e General Motors (GM). Essas indústrias se instalaram na região Sudeste do Brasil. Nesse momento o Estado busca a consolidação da atuação do capital no interior do país através da criação de infraestrutura que viabilizasse a entrada de capital externo no Brasil. Neste contexto, o Centro Oeste se transforma em uma região estratégica, como consumidora de produtos industrializados e fornecedora de matérias primas.

Aliado a construção de Brasília o governo de JK implementou uma rede de rodovias que interligavam a capital as regiões do país, consolidando a política de integração regional do Brasil. As primeiras rodovias passam pelo território goiano (Mapa 02), influenciando diretamente na reestruturação socioeconômica do Estado, pois deram suporte ao desenvolvimento de várias atividades produtivas, principalmente ao escoamento da grãos que propiciou o desenvolvimento da agricultura moderna em Goiás.

Mapa 02 – Rodovias BRs do Estado de Goiás (2016)



Para Estevam (2004) a construção de Brasília em território goiano proporcionou uma grande investida do governo federal em rodovias federais em Goiás com a criação das rodovias BR-020, Brasília-Fortaleza, passando por Formosa; BR-040, Brasília Sudeste, ligando Goiás a Minas e Espírito Santo; BR-050, Brasília-São Paulo, passando pelo Sudeste Goiano e Triângulo Mineiro; BR-060, Brasília-Mato Grosso e Paraguai, passando pelo Sudoeste Goiano; BR-153, Brasília-Belém, cortando Goiás de norte a centro-sul e se constituindo numa espécie de espinha dorsal de parte de Goiás e do Estado do Tocantins.

Nesse cenário rodoviário, a BR-153 tem papel de fundamental importância para o desenvolvimento do território goiano, pois a chamada integração nacional passa obrigatoriamente por Goiás, onde 678 Km da BR está dentro do seu território, parte significativa no Município de Morrinhos (Foto 01).

De acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT), “A BR-153 é também conhecida por Rodovia Transbrasiliã, Rodovia Belém-Brasília e Rodovia Bernardo Sayão, é a quarta maior rodovia do Brasil, e liga as cidades de Marabá (PA) ao Norte à Aceguá (RS) ao Sul, totalizando 4.355 quilômetros de extensão”. Recentemente o trecho entre Goiânia e Itumbiara (GO), que corresponde a 204 Km de distância, foi duplicado devido ao seu traçado sinuoso e a intensa circulação de pessoas e mercadorias.

**Foto 01** – BR-153 duplicada – Município de Morrinhos/GO.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

A proximidade com Goiânia (128 Km) coloca Morrinhos no circuito locacional do desenvolvimento econômico de Goiás e, por isso, se beneficia dos investimentos públicos como é o caso da BR-153, que coloca a região em uma das principais rotas dos fluxos comerciais do país.

Quando há uma rede de transportes dentro de um determinado território, os investimentos passam a ser mais articulados e determinantes para o desenvolvimento econômico locacional. No entanto, as distâncias se tornaram relativas com a estruturação do sistema técnico-científico-informacional, no qual permite o desenvolvimento em vários setores do agronegócio no Estado de Goiás e conseqüentemente no Município de Morrinhos. Este sistema, de acordo com Santos (1999), permite a estruturação de redes técnicas materiais e imateriais que permeiam os usos do território.

Portanto, os modais de transportes são constituídos de amplitudes cada vez mais organizadas, tanto em sua extensão, quanto em suas influências nas relações com o mercado. É o que tem ocorrido com o Município de Morrinhos no contexto da logística de transportes. “Não basta, pois produzir. É indispensável por a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção.” (SANTOS, 1999, p. 218). Além disso, o autor relata que:

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessado aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes de técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda eficazes. A fluidez é ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado. Criam-se objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez: oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, teleportos. Constroem-se edifícios telemáticos, bairros inteligentes, tecnopólos. Esses objetos transmitem valor às atividades que deles se utilizam. Nesse caso, podemos dizer que eles “circulam”. É como se também fossem fluxos. (SANTOS, 1999, p. 218).

Percebe-se que a reestruturação territorial envolve várias frentes e para que o mesmo seja articulado é preciso que as redes de fluxos interajam entre si, gerando conseqüentemente os titulados circuitos espaciais da produção. Neste contexto envolve-se tanto a questão da circulação da mercadoria quanto de força de trabalho. Para Santos (1987), [...] os circuitos espaciais nos dão a situação relativa dos lugares, isto é, a definição, num dado momento, da respectiva fração de espaço em função da divisão do trabalho sobre o espaço total de um país.

De acordo com os referenciais apresentados, compreende-se que a logística de redes dos transportes são determinantes para o desenvolvimento econômico de Goiás. O Município de Morrinhos entra em destaque por ser contemplado por uma relevante logística, com destaque a presença da BR-153, que interliga o Município a importantes centros

consumidores de produtos agrícolas, assim como, a importantes portos e aeroportos, que possibilitam acessos eficazes, ganhando destaque no cenário do agronegócio.

De acordo com Elias (2013), as regiões do agronegócio funcionam como fração do espaço total das redes industriais globalizadas, e estão cada vez mais abertas às influências exógenas da produção competitiva internacional. As regiões interagem e se articulam com outros espaços de produção e comercialização, recebem normas e ao mesmo tempo compartilham, entre outros, renovação tecnológica. Os resultados dessas interações contribuem para o desenvolvimento do capital.

Neste contexto de desenvolvimento, ocorre uma transformação territorial e social, ocasionando mudanças estruturais. Segundo Pereira (1979, p. 21), “[...] o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”. No entanto, o que se destaca nessa pesquisa é o contrário, a ação destrutiva do capital pelo viés da modernização do campo e da expansão do setor sucroenergético em Morrinhos. Nesse contexto, evidencia-se que o desenvolvimento econômico é caracterizado pelo avanço em vários setores da economia, mas os benefícios gerados não são absorvidos por toda sociedade.

### **1.3 Políticas Estatais e Modernização do Campo em Goiás**

Na conjuntura política e econômica da década de 1960, precisamente até o golpe militar (1964), o setor agrário brasileiro se torna a centralidade do Governo Nacional preconizada pela pressão do capital externo e pelas movimentações dos diferentes setores da sociedade (partidos, sindicatos, movimentos sociais etc.), que exigiam a reforma agrária com manifestações nas ruas. Para Gonçalves Neto (1997) duas principais vertentes se ocupavam desse debate: a primeira era a defesa de uma reforma agrária; a segunda de modernização das relações de produção sem que, necessariamente, se promovesse uma intervenção sobre a estrutura agrária do país.

A segunda opção venceu com o golpe militar de 1964. Os governos militares incumbiram de levar à frente a modernização do campo, entendendo-a como parte do planejamento de modernização do campo brasileiro. Para Gonçalves Neto (1997) esse

processo se deu sem preocupação com os problemas sociais que afligiam o setor agrário na época, por isso, é considerado como um modelo excludente e concentrador<sup>14</sup>.

As políticas estatais introduzidas pelo governo federal, no território goiano impulsionaram a economia provocando a modernização do campo. Neste contexto de desenvolvimento, investimentos na infraestrutura (transportes, logística, energia) foram fundamentais para a economia do Cerrado goiano.

Em 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que estava vinculado ao investimento, custeio e comercialização. Segundo Moraes (2005) o mesmo concedia empréstimos de forma facilitada, porém uma pequena parcela de grandes produtores (empresários rurais) tinha acesso a esse crédito, especificamente aqueles que produziam para exportação e/ou produziam para substituir os produtos importados.

No ano de 1972 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e em 1974 a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

Houve o estabelecimento do sistema de crédito rural nas seguintes modalidades: fundiário, investimento, custeio e comercialização; depois, a institucionalização da pesquisa agropecuária (com a criação da EMBRAPA) e, em seguida, a centralização das atividades de assistência técnica e extensão rural (a formação da EMBRATER). Além do mais, o Estado estimulou a produção de insumos extra-setoriais com a expansão do departamento produtor de bens de capital, isto é, de máquinas (colheitadeiras e tratores, principalmente) e equipamentos, e de fertilizantes, corretivos e “defensivos” ou agrotóxicos agrícolas. (TAVARES, 1991, p. 22).

Para Santana (2006), as pesquisas realizadas pela EMBRAPA abrangem as áreas de ciências agrônômicas, veterinárias, da sociologia e da economia rural, além daquelas relacionadas com a agroindústria, podendo, ainda, estender-se às ciências florestais e do meio ambiente.

O Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CEPAC), criado em 1975, está inserido entre os centros de pesquisa citados anteriormente. Suas pesquisas são voltadas para o Cerrado. De acordo com Franco (2003, p. 23) “[...] esse por sua vez, foi de fundamental importância para o sucesso da agricultura moderna no Cerrado brasileiro, sendo o responsável direto na correção do solo e na adaptação da soja no Cerrado”.

Para disseminar a modernização do campo no Cerrado foram criados alguns programas governamentais. “Os de maior destaque no âmbito da inserção de capital e tecnologia foi o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), criado em

---

<sup>14</sup> Para Moraes (2005) a modernização conservadora transforma as estruturas de trabalho, de organização da produção e de consumo, e conserva a estrutura de classes com a concentração das riquezas e dos meios de produção. (BORGES, 2007, p. 37).

1975 pelo Governo Federal. Visava a incorporação das áreas do Cerrado ao processo produtivo nacional e internacional por meio de subsídios”. (MATOS, 2011, p. 95).

Segundo Inocêncio (2010, p. 73) “O POLOCENTRO foi projetado para um período de 10 anos, porém foi desativado no início da década de 1980, por apresentar baixo crescimento da produção e da produtividade em relação aos recursos investidos.” Outro projeto que apresentou melhores resultados foi o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), que foi um dos condutores do processo de modernização do campo no Cerrado, responsável por significativo movimento do capital.

Na década de 1970 sucediam conflitos políticos e econômicos entre Japão e os Estados Unidos. Devido à fragilidade econômica entre os dois países, o Japão teve a iniciativa de fazer investimentos na produção de grãos no Cerrado, com apoio do governo brasileiro.

A frustração da safra de grãos ocorrida em âmbito mundial, em 1973, despertou no Japão a necessidade da diversificação de fornecedores, principalmente de soja. O Brasil desejava aumentar a produção de grãos, pelo desenvolvimento da agricultura da Região dos Cerrados – considerada, até então, imprópria para agricultura – assim os olhos destas duas nações se voltaram para esta extensa área do Cerrado brasileiro. Com o objetivo de tornar a área mais produtiva aproveitando todo seu potencial, bem como estimular a migração racional, foi criado o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER. O programa teve início em um comunicado conjunto assinado pelo primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka, e pelo então Presidente do Brasil Ernesto Geisel, em setembro de 1974, que estabelecia a relação entre os dois países sobre o desenvolvimento agrícola. Os objetivos principais do programa foram: Estimular o aumento da produção de alimentos; Contribuir para o desenvolvimento regional do país; Aumentar a oferta de alimentos no mundo; Desenvolver a região do Cerrado. Tudo isso com a participação dos governos e do setor privado de ambos os países. (REVISTA CAMPO, 2010, p. 179).

Essa nova realidade incentivou a migração de produtores do Sul e Sudeste do Brasil para o Sudeste goiano, trazendo uma nova característica de trabalho e costumes, bem diferentes dos “nativos” do lugar. A chegada desses migrantes acompanhou a expansão das áreas de produção agrícola do Cerrado, provocando a sua modernização, intermediada por políticas estatais que criaram o PRODECER e outros, que ofereciam infraestrutura e recursos financeiros necessários para a modernização do campo.

No Sudeste Goiano, os sulistas foram os personagens do capital “convidados” a compor o “novo” cenário agrícola das áreas de chapada. Esses novos sujeitos metamorfosearam não apenas a paisagem com seus cultivos, mas também a estrutura da produção, transformando as fazendas em empresas rurais, espaço símbolo do capital. (MATOS, 2011, p. 194).

Esses empresários agrícolas vindos do Sul e Sudeste tinham acesso às técnicas e as tecnologias, uma vez que, a modernização chegou anteriormente nas terras do Sul do Brasil e, portanto, eram considerados mais preparados. Situação que os colocava em contraste com os agricultores/camponeses locais.

Os sulistas – empresários rurais oriundos dos Estados da região Sul e de São Paulo, que possuíam experiência na agricultura moderna, já iniciada nessas áreas com o cultivo do trigo e da soja, se deslocam para o Cerrado, atraídos pela disponibilidade de recursos técnicos e tecnológicos e pelas políticas de fomento do Estado; adquirem as terras baratas e iniciam o processo de transformação das paisagens de Cerrado em grandes campos de cultivo. (THOMAZ JUNIOR; MENDONÇA, 2002, p. 20).

Neste contexto do PRODECER foi feita entrevista com um migrante (Sujeito 01)<sup>15</sup> que chegou no Estado de Goiás no ano de 1986, vindo da região Sul do Brasil, com objetivo de investir no Cerrado goiano, incentivado pelo referido Programa.

A nossa propriedade é de 271,3 ha, moramos na cidade, devido ao fator de escola dos filhos. As principais atividades realizadas na propriedade e a agricultura com utilização de tecnologia de ponta, a opção se deve a topografia favorável da propriedade, que possibilita a irrigação. Iniciamos as atividades em Goiás em 1986, já utilizando a mais moderna tecnologia da época, com correções do solo e alta tecnologia para o plantio da soja. No primeiro ano teve de corrigir o solo, a partir daí, utilizamos todas as inovações como o plantio direto. Atualmente não existe no Brasil uma política agrícola eficaz, o produtor rural fica a mercê de tudo. Quando tem preço não tem produto e o inverso. O governo, não possui armazéns para manter estoques, o que faz a instabilidade de preços conforme é o produto. Quando acontece frustrações na safra: chuvas, secas ou outras divergências, não possui seguro agrícola, o produtor assume todo o risco. As multinacionais são as maiores compradoras, definem o valor, principalmente as *commodities*, como não há armazéns para a estocagem da safra os fretes oneram demais, pois o navio fica aguardando no porto o produto, as tarifas são elevadas, pois os portos também não têm eficiência, estradas em precárias condições, dos lugares de produção ao porto encarecem os fretes. Os Juros são elevados, além disso o crédito oficial é limitado, não atende a todos. A nossa agricultura foi destruída e levada ao segundo plano, quem quiser tem que arriscar tudo e contar com muita sorte para ter êxito: 1º grande carga tributária (impostos em cascata); 2º legislação trabalhista (onera demais); 3º política agrícola (não existe); 4º armazéns (controla o preço); 5º intempéries (excesso ou falta de chuvas, secas, pragas etc.) 6º crédito agrícola (limitado); 7º seguro agrícola (não existe). O produtor tem risco total. (Sujeito 01).

Na visão desse produtor (empresário rural), o governo brasileiro ofereceu apoio para o desenvolvimento da agricultura através da implantação de políticas estatais específicas e que nos dias atuais os empecilhos são muitos, dificultando manter a produção. No nosso entendimento esse posicionamento é divergente, tendo em vista que esse setor sempre foi prioridade para os investimentos dos governos brasileiros ao longo dos anos. O que está em questão é a realidade capitalista mundial que enfrenta crise e desestabiliza a economia dos

<sup>15</sup> Migrou para o Município de Campo Alegre de Goiás em 1986 com 26 anos e curso superior completo, a família já desenvolvia a agricultura moderna na região Sul do Brasil.

países dependentes do capital externo, colocando-os em recessão e obrigando a tomar medidas econômicas rígidas, mesmo assim, o setor de exportação de *commodities* é o menos afetado.

Conforme Estevam (2004), o processo de modernização no campo em Goiás foi parcial, uma vez que contemplou com maiores recursos o financiamento os grandes produtores, concentrando-se no cultivo de produtos com maiores possibilidades de mecanização e exploração em alta escala. Apesar do ponto de vista crítico, o autor concorda que houve uma mudança visível que alterou sobremaneira o mundo rural goiano.

A técnica de produção continua sendo profundamente modificada no território goiano pelos segmentos industriais a montante (indústrias vendedoras de máquinas e insumos) e a jusante (indústrias transformadoras da matéria-prima agropecuária). Tanto que a redução do tempo de trabalho necessário/período de produção alterou as relações sócio-econômicas regionais. Tal processo pode ser apreendido em função do aumento acelerado do número de tratores na região. O comportamento desta variável é significativo porque a máquina viabiliza a utilização de implementos (arados, semeadeiras, pulverizadores), bem como o consumo sistematizado e rotineiro de outros insumos agrícolas [...] A agroindústria de transformação alimentar, como não poderia deixar de ser, surgiu com a urbanização no território goiano, aprofundando a inserção de Goiás no cenário econômico nacional. A reestruturação técnico-produtiva caracterizou-se pelo emprego de maquinaria e de insumos industriais acelerando o processo de modernização agrícola regional. (ESTEVAM, 2004 p. 78).

As considerações do autor partem dos reflexos diretos sobre a agricultura tanto em seu processo de produção, quanto de seus resultados no mercado. Tais transformações mostram a crescente participação do capital para o desenvolvimento econômico de Goiás. A década de 1980 e 1990 foi caracterizada pela consolidação do modelo da agricultura moderna em Goiás. Nesse momento a atuação do Estado concentra-se principalmente no campo, com infraestrutura voltada aos grandes proprietários que sobressaíram em relação aos pequenos proprietários que não obtiveram os mesmos incentivos. Esses investimentos eram a garantia de desenvolvimento econômico, justificando a força do campo no Cerrado goiano, no contexto da economia nacional.

Esse processo interfere nos rearranjos territoriais, devido à intensa mobilidade socioeconômica imposta pelo avanço técnico e científico empregado no sistema produtivo do Cerrado goiano. Na atualidade o setor sucroenergético se torna expoente dessa ação modernizadora, colocando Goiás no cenário produtivo do açúcar e do etanol relacionado diretamente ao mercado exportador. Realidade que compõe a nova ordem da modernização do campo no Município de Morrinhos, assunto aprofundado no Capítulo 02.

## **2 O AVANÇO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS/GO NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO CERRADO GOIANO**

As primeiras plantações de cana de açúcar no Brasil se deram em meados do século XVI, na região Nordeste do Brasil, principalmente nos Estados do Pernambuco e da Bahia. Nesse momento, como afirma Furtado (1998), a principal fonte econômica do setor canavieiro era o açúcar, dado seu valor comercial na Europa. A exportação era objetivo principal da produção e o que garantia renda e controle da colônia por parte de Portugal. De acordo com Prado Júnior (1998), o açúcar extraído da cana-de-açúcar, que era plantada no Brasil, possibilitava expressivos lucros à metrópole (Portugal).

Trata-se de um produto de grande valor comercial na Europa. Forneciam-no, mas em pequena quantidade a Sicília, as ilhas do atlântico ocupadas e exploradas pelos portugueses desde o século anterior e o Oriente de onde chegava por intermédio dos Árabes e dos traficantes Italianos do Mediterrâneo. O volume deste fornecimento era, contudo tão reduzido que o açúcar se vendia em boticas pesado aos gramas. (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 32).

Paralelamente à produção de açúcar, havia também a produção de álcool, entretanto utilizado na fabricação de bebidas como a cachaça. Segundo Pinhel Júnior (2009), o primeiro engenho a ser fundado no país surgiu na Vila de São Vicente próximo a Santos e São Paulo, e foi criado por Martin Afonso de Souza em 1532. Devido ao solo fértil e ótimas condições climáticas a propagação da cultura da cana-de-açúcar foi bem aceita sendo que o Nordeste tornou-se em pouco tempo o grande centro produtor de açúcar do país (PINHEL JÚNIOR, 2009).

Com o fim do período colonial (1822), os investimentos se fortalecem em prol da cana-de-açúcar, que se tornou uma das principais atividades produtivas da economia brasileira. Neste contexto a cana-de-açúcar era muito utilizada em Goiás, a qual era cultivada e industrializada nos engenhos em algumas médias e grandes fazendas, onde se produzia os derivados da cana-de-açúcar como: cachaça, açúcar mascavo, melado, rapadura e outros. Esse sistema produtivo era comum em muitas propriedades goiana no início do século XX, como pode ser analisado no documento<sup>16</sup> de 1926 (Figura 02), que se refere a uma propriedade rural do Município de Morrinhos.

---

<sup>16</sup> O documento se refere ao pagamento de imposto da produção de cachaça da fazenda Almas. No entanto, foram encontrados no decorrer da pesquisa outros documentos referentes a produção de rapadura, açúcar mascavo e melado da cana que eram comercializados e garantiam o sustento de algumas propriedades da região.

Figura 02 – Guia de Aquisição de Fórmulas do Imposto de Consumo.

**Guia de Aquisição de Formulas do Imposto de Consumo**

Collectoria Federal de *Mouruinho*.

N.º *159* Via *3<sup>2</sup>*

Imposto de Consumo de *aguardente de canna*

*José Ferreira Pinto* estabelecido  
*na Rua S.ª das Amas N.º* com fabrica de *cachaça*  
 registrado sob N.º *17* precisa para sellagem  
 de productos de sua fabricação, das seguintes estampilhas :

<i>90</i>	da taxa de <i>160</i>	na importancia de <i>14400</i>		
<i>90</i>	" "	" <i>840</i>		<i>3600</i>
"	"	"		
"	"	"		
"	"	"		
"	"	"		
"	"	"		
				<i>Somma 18.000</i>

Importa em *dezaite mil reis*  
*Mouruinho*, em *9* de *Outubro* de 1926.  
*José Ferreira Pinto*  
 Recebi a importancia supra em *9* de *Outubro* de 1926.

O Escrivão,  
*Antônio Loudo*

Bançado a *18.000* livro caixa respectivo. n.º

O Collector,  
*Antônio Loudo*

Pague *noventa e cinco* de *adicionaes* conf. o  
 talão n.º *51* Collectoria Federal de *Mouruinho*  
 em *9* de *Outubro* de 1926. *Obscurat.*  
*Antônio Loudo*

Fonte: PAULA, F. M. arquivo pessoal.

Nesta mesma circunstância, encontramos resquícios de um engenho (Fotos 02 e 03) que funcionava na região da Santa Rosa, no Município de Morrinhos, com data de fabricação da moenda de 1914 (Foto 04). De acordo com informações, o referido engenho foi transportado de Minas Gerais para a fazenda supracitada em carro de bois. Em seguida, após a instalação dos equipamentos a região torna-se referência na produção dos derivados da cana, assumindo importante papel na economia local. Nessa época o engenho era movido por força animal e ocupava significativa mão de obra. A produção da propriedade era mantida pela atividade canavieira e pela industrialização da cana-de-açúcar.

**Foto 02** – Fornalha e moenda.



Autor: MARCELINO, M. A. 2016.

**Foto 03** – Moenda de cana.



Autor: MARCELINO, M. A. 2016.

**Foto 04** - Moenda de cana datada de 1914.



Autor: MARCELINO, M. A. 2016.

O local onde funcionava o engenho é usado atualmente para a criação de gado de corte. Não há nenhum cercamento para proteger a moenda que está em estado de enferrujamento e com presença de abelhas no seu interior. A sustentação de muitas propriedades goiana no século XX se deu pela atividade canavieira e pela produção dos derivados da cana. Com o passar dos anos a atividade canavieira se tornou uma base econômica sólida do país. Neste contexto os órgãos públicos com interesses do setor privado, passaram a fazer vultosos investimentos na produtividade e industrialização da cana-de-açúcar, trazendo novas divisas econômicas para o país no século XX e XXI.

Como pode ser visto a história econômica do Brasil está diretamente atrelada a produção da cana-de-açúcar. No século XX, esse setor ganha notoriedade, com a expansão da agroindústria na região Sudeste, a qual se destaca na produção de açúcar para mercado externo e do álcool combustível para o mercado interno.

Nessa conjuntura de investimentos ocorreu a criação do IAA<sup>17</sup> que representou uma nova fase do setor agrário brasileiro. Iniciada pelas medidas de Getúlio Vargas que

<sup>17</sup>Em 1933, foi criado o Instituto do Alcool e Açúcar (IAA), que promoveria várias mudanças no setor canavieiro. O IAA foi criado “com o objetivo de dirigir, intervir, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool do país.” (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p. 14). Foram políticas para combater a crise mundial, sentida na agricultura brasileira, especialmente no setor canavieiro. Sanar a crise da economia canavieira e ter o controle da produção nacional foram medidas estatais que distribuíram cotas para as empresas e usinas, além de limitar a instalação de novas fábricas.(ANDRADE, 1994, *apud* OLIVEIRA; MENDES, 2014).

diante do decreto 19.717 de 20 de janeiro de 1931, obrigava a adição de 5% de álcool à gasolina não produzida no Brasil. Com isso, o IAA representava uma alternativa para reduzir a dependência brasileira diante da importação de petróleo.

Com a criação do Instituto do Álcool e Açúcar (IAA) criado por Getúlio Vargas em 1933 o setor passou a ser regulamentado, recebendo incentivos para produção e exportação do açúcar o que favoreceu o crescimento do setor principalmente no estado de São Paulo, que faria a região sudeste superar a região do nordeste em área plantada de cana-de-açúcar. (THEODORO, 2011, p. 17).

Com o surgimento do IAA ocorreram várias atribuições, entre as quais estavam: controlar as exportações do açúcar brasileiro, ser uma instituição autorizada a comprar com exclusividade o açúcar no mercado nacional, centralizar todo o processo produtivo da cana-de-açúcar no Brasil. Com apoio da economia privada e com incentivos do Estado e irrestrito apoio do IAA, a atividade canavieira prosperou até o final da década de 1970 especialmente no Estado de São Paulo que se tornou líder nacional do setor. É importante discutir o período de 1970 aos dias atuais, quando o setor passa por um impulso no Sudeste brasileiro e adentra o território goiano, que nos dias atuais ocupa posição de destaque no cenário nacional.

Até o início da década de 1970 o açúcar era o principal produto econômico do setor canavieiro no Brasil, quando o álcool combustível passa a dividir as atenções. Essa situação foi desencadeada pela crise do petróleo no Oriente Médio em 1973, a qual, para Santana (2006, p.159) “[...] criou as condições políticas para o aumento do preço do barril do petróleo por meio da ação coletiva dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – Opep”. O álcool combustível surge então como possibilidade de substituir o consumo do petróleo e equilibrar os preços.

O efeito dessa crise teve reflexo diretamente no Brasil o que levou a um incentivo na produção do álcool combustível. Para tanto foi criado o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) em 14 de novembro de 1975 pelo Decreto nº 76.593. Tinha como objetivo estimular a produção de álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo. No contexto desse programa o governo forneceu vultosos investimentos com financiamentos e juros baixos na modernização e implantação de destilarias, além de incentivo em pesquisa genética para melhoria da qualidade da cana e compra de novas máquinas e implementos agrícolas objetivando aumentar a produção.

Dentre os fatores que contribuíram para a criação do PROÁLCOOL, cabe destacar o primeiro “choque do petróleo”, ocorrido em 1973, decorrente de uma substancial elevação dos preços do petróleo, em consequência da ação da OPEP (Organização

dos Países Exportadores de Petróleo, composta principalmente pelos países produtores de petróleo do Oriente Médio). Os preços correntes do petróleo cru no mercado mundial passaram de 1,9 US\$/barril, em 1972, para 11,2 US\$/barril, em 1974, uma alta superior a 550%. Esse aumento vertiginoso dos preços do petróleo, nesse período, incidiu sobre a dívida externa líquida que foi agravada pelas importações crescentes de petróleo. Essa dívida que, em 1973, era cerca de US\$ 6,2 bilhões de dólares correntes, passou para cerca de US\$ 17,2 bilhões em 1975 (RICHER, 1987, p. 71).

Outra importante medida política para o incentivo do setor no Brasil se deu no âmbito da indústria automobilística, quando foi determinada a produção de parte da frota de automóveis com combustão a álcool. A medida tinha como principal objetivo a substituição de importação do petróleo e, portanto, diminuir a dependência do mercado externo. Como afirma Melo e Fonseca (1981) o PROÁLCOOL objetivava aumentar a produção de safras agroenergéticas e a capacidade industrial de transformação, para obtenção de álcool em substituição ao petróleo e seus derivados, em especial a gasolina, e o incremento de seu uso no setor químico<sup>18</sup>. A empolgação desse programa para o governo brasileiro e expresso por Brandão:

Com o Decreto nº 76,593, de 14 de novembro de 1975, que instituiu o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), sob cuja égide o Brasil ingressaria na era nova do álcoolmotor, numa das mais audaciosas e singulares aventuras econômica-sociais já registrada no mundo e na história das civilizações ocidentais. Possivelmente, a nossa verdadeira Revolução Industrial. (BRANDÃO, 1985, p. 222).

De acordo com Oliveira; Mendes (2014) essa evolução se deu em três fases: de 1975 a 1979, de 1980 a 1985 e de 1985 a 1990. Os autores destacam que a primeira se deu a utilização direta da cana para a fabricação do álcool, pois, antes esse era um subproduto do açúcar. Foram subsídios incentivaram a construção de destilarias voltadas para a produção do álcool combustível.

O segundo se deu delineado pelo choque do petróleo em 1979, contexto em que o governo federal manteve a política de subsidiados para construção de usinas com capacidade de produção superior a 60 mil litros diários. Esse fato condicionou a concentração de renda para empresários já consolidados na produção do açúcar, formando o monopólio capitalista açucareiro. Nesse período ocorreu a expansão do setor para outros Estados, tais como: Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso – afirmando, nesse sentido, a hegemonia do setor no eixo Centro-Sul.

<sup>18</sup> A participação da gasolina, no consumo de combustível líquido, declinou de 98,9% para 42,8% entre 1975 e 1986 e a participação do álcool nesse período passou de 1,1 % para 55,5%. Em 1979, a percentagem dos veículos a álcool subiu de 0,5% para 66,2% em 1986, enquanto que a de carros à gasolina caiu de 89% para 20,9%. O consumo do álcool, entre 1984-86, no setor automobilístico era de 89,6% do total, sendo de 3,5% a participação da indústria química, 3,1% a parcela das exportações e 3,3% para outros fins (RIBAS, 1987).

No terceiro momento ocorreram mudanças no aporte financeiro caracterizada pelo corte dos financiamentos e subsídios para a instalação de novas usinas o que atingiu o IAA, o qual foi extinto em 1990. Ocorreu também queda na indústria automobilística com a redução na oferta de álcool no mercado nacional reduzindo a produção de carros com combustão a álcool.

A recuperação do setor se dá no final da década de 1990, momento em que o governo brasileiro inicia uma política de incentivo ao setor, direcionada pela preocupação com uma nova fonte de energia para atender a demanda energética nacional. Justificado pela retórica da sustentabilidade ocorre a expansão territorial da atividade no Brasil, em direção ao Centro Oeste, criando uma nova “Geografia da Cana” no país<sup>19</sup>.

A aliança entre latifundiários/usineiros/grandes grupos empresariais do agronegócio canavieiro, instigados pelo mercado internacional e os incentivos do Estado, conquistou, na segunda metade da década de 2000, altos índices de produtividade e desempenho na produção, principalmente, de etanol (álcool etílico). (LIMA, 2011, p. 71).

A localização e migrações das usinas canavieiras no Brasil estão relacionadas à questão de acessibilidade, incentivos fiscais, disponibilidade de mão-de-obra, além das questões físicas e climáticas de cada região. Esses fatores possibilitam a reprodução do capital, de forma a ampliar os lucros e favorecer os interesses dos grupos empresariais do setor.

No início da implantação da atividade canavieira no Brasil as lavouras se estendiam pelo litoral nordestino, elevando o Brasil a ser um dos maiores produtores de açúcar do período colonial. Com as reestruturações produtivas do capital no setor canavieiro a atividade estendeu-se para a região Centro Sul, devido aos incentivos governamentais e econômicos e das questões edafoclimáticas da região, além do solo que estava “pronto” para receber a mudas de cana e aguardar a produção. De acordo com o contexto histórico e político as regiões Nordeste e Centro Sul são destaques na produção nacional de cana-de-açúcar.

Tendo em vista que os usineiros nordestinos estão se expandindo para a região central do Brasil, onde encontram melhores condições climáticas, solos propícios, água em abundância que possibilite a irrigação no período da seca, tudo isso favorece a produção, boa produtividade por hectare, logística (acessibilidade, rodovias etc.) e preços de terrenos relativamente baixos. Por localizar-se estrategicamente, Goiás apresenta a maior produção canavieira da região Centro Oeste. Detém melhor logística com acesso rodoviário e ferroviário aos portos mais importantes do Brasil. (OLIVEIRA SILVA, 2009, p. 15).

---

<sup>19</sup> Quando se refere a nova Geografia da Cana no país entende-se que essa fase da expansão canavieira, incorpora outras regiões promovendo uma nova territorialização do setor.

As principais usinas produtoras de cana-de-açúcar estão localizadas no Centro Sul do Brasil, onde a logística é bastante eficaz devido a extensão de rodovias pavimentadas e portos que facilitam a exportação do açúcar, além das distribuidoras de combustíveis localizadas em pontos estratégicos da região.

As usinas produtoras de açúcar e etanol no Centro-Sul do Brasil estão localizadas geralmente próximas das rodovias estaduais e/ou federais. A Central Energética de Morrinhos (CEM) é um exemplo dessa logística, pois está localizada a oitocentos metros da BR-153. Segundo Oliveira; Caixeta (2007, p. 827), o modal rodoviário é o predominante para o transporte de açúcar. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) as regiões com maiores quantidades de unidades produtoras estão no Estado de São Paulo; Norte do Estado do Paraná; Triângulo Mineiro; Sul do Estado do Mato Grosso do Sul; Sul do Estado do Mato Grosso e Sul do Estado de Goiás.

O maior dinamismo da produção de cana-de-açúcar em Goiás origina-se de fatores intrínsecos à região, com melhores condições físicas, ou seja, solos férteis e clima propício, além do ambiente econômico estimulador de mudanças tecnológicas, com maiores esforços de pesquisa. Todo este aparato se traduz na adaptação e introdução de novas variedades de cana mais produtivas e de menores custos agrícolas. A maior lucratividade do setor sucroalcooleiro goiano, por sua vez, encoraja mais investimentos em busca de maior eficiência, o que leva ao crescimento. (FERREIRA, 2008, p. 01).

Nesse contexto o Estado de Goiás experimenta uma importante participação no setor sucroenergético, principalmente a partir do início do século XXI, quando o setor coloca a região no circuito das grandes produtoras de açúcar e etanol para o mercado interno e externo, além do aproveitamento energético (co-geração).

## **2.1 A Expansão do Setor Sucroenergético no Cerrado Goiano**

Na análise do setor sucroenergético no contexto da modernização do campo em Goiás, entendemos que este seja uma continuidade da expansão capitalista no campo do Cerrado goiano. Essa lógica se dá com a migração de parte desse setor da região Sudeste para o Centro-Oeste, tendo o Estado de Goiás como principal receptor. O Município de Morrinhos é exemplo dessa situação a partir do ano de 2005. Esse fenômeno é entendido como reflexo da reestruturação do capital no Brasil, já que, a transformação produtiva advinda desse processo na região Sudeste força o setor a buscar novas fronteiras. Neste contexto o Centro Oeste é a referência dada pelas condições logísticas já implementadas pela modernização do campo, intensificada a partir da década de 1970.

Afirma-se assim, que se a reestruturação produtiva do capital que deu suporte a modernização do campo em Goiás é considerada como “fenômeno socioespacial” advindo de mudanças sociais e espaciais, como afirma Gottdiener (1993) ou mesmo Soja (1993), ao ressaltar que consiste em seu sentido amplo, uma “freada” e ruptura nas tendências seculares.

Entendemos que o setor sucroenergético ocupa papel de destaque em Goiás. Os impactos territoriais reordenam as ações e nos locais em que se territorializa intensifica-se àqueles promovidos pela modernização do campo. Não queremos com essa afirmação dizer que ocorre algo completamente novo, mas que, os arranjos espaciais anteriores são apropriados e usados para fortalecer o setor sucroenergético em Goiás. O que estamos assegurando é que esse setor segue os preceitos da modernização do campo, inclusive na contínua exploração do capital sobre trabalho.

Na mesma proporcionalidade não estamos afirmando, que o setor sucroenergético não teve uma ação transformadora na estrutura territorial de Goiás. Pelo contrário, as especificidades da sua estrutura produtiva trouxe uma reestruturação para os locais por onde adentrou. Para analisarmos essa reestruturação recorreremos a Lencioni (1998, p. 06) quando argumenta que ao tratar da noção de reestruturação não se deve entendê-la como uma estrutura que se sobrepõe à anterior, como uma ruptura, ou mesmo, como algo estático e fixo. Mas, sim dialeticamente como movimento, lembrando que “[...] as formas anteriores não se dissolvem nesse processo de reestruturação, elas se modificam e são modificadas pela teia de relações em movimento”. (LENCIONI, 1998, p. 07).

Essa realidade tem despontado desde o início do século XXI, como nova área de expansão do cultivo de cana, sobretudo, o Estado de Goiás que teve um aumento vertiginoso de área plantada e de produção (t) entre as safras 2004/2013 (Tabela 01), correspondendo a 6,6 % da produção canavieira no Brasil (IEL, 2006). “Esse aumento se deu pelo uso de novas tecnologias, porém o aumento da agroindústria canavieira está intimamente ligado a incorporações de áreas já existentes, a saber, o Cerrado do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás.” (RODRIGUES ORTIZ, 2006, p. 45).

A expansão da cana-de-açúcar em Goiás nos últimos anos são reflexos de novos projetos industriais do setor, com o objetivo de suprir a demanda de outros países e abastecer o mercado interno, atendendo as necessidades mundiais de geração de “energia limpa”.

A cana-de-açúcar em Goiás registrou crescimento significativo para a economia goiana nos últimos anos. A produção saltou de 10,163 milhões de toneladas, em 2000 para 48,000 milhões de toneladas em 2010, com uma expansão de 372,3%. A área colhida no mesmo período cresceu 315,7%. O expressivo aumento na produção é resultado da instalação de dezenas de usinas do setor sucroenergético em Goiás,

atendendo ao crescimento da demanda pelos derivados do produto como etanol e açúcar. O setor sucroenergético possuía, em 2005, apenas 14 usinas de açúcar e etanol em Goiás, saltando para 36 até o ano de 2010. A produção também atingiu números significativos, em 2005, Goiás produziu 749,838 mil toneladas de açúcar e em 2010 a produção passou para 1,798 milhão de toneladas. Quanto ao etanol, a produção goiana em 2005 foi de 729 milhões de litros, já em 2010, a produção atingiu 2,896 bilhões de litros. (SEGPLAN-GO, 2011).

O que pode ser observado é que essa realidade foi resultado de investimentos na genética e na modernização de produção nos últimos anos, passando a produzir mais em menor espaço, além da expansão para novas áreas que eram destinadas ao plantio de grãos ou pecuária, como pode ser visto Tabela 01.

**Tabela 01** – Área plantada e produção de cana-de-açúcar em Goiás - 1980/2014

Lavoura Temporária Goiás 1980-2014 = Cana-de-açúcar		
Períodos	Área plantada (hectares)	Produção (toneladas)
1980	20.664	1.218.325
1985	90.010	6.025.090
1990	97.950	6.896.320
1995	104.498	7.690.407
1996	114.480	8.695.347
1997	129.340	9.767.084
1998	128.093	10.187.205
1999	128.746	9.251.798
2000	139.186	10.042.959
2001	129.921	10.253.497
2002	145.069	11.674.140
2003	164.861	12.907.592
2004	176.328	14.001.079
2005	200.048	15.642.125
2006	237.547	19.049.550
2007	278.000	22.387.847
2008	416.137	33.112.209
2009	524.194	43.666.585
2010	578.666	48.000.163
2011	697.541	54.903.085
2012	732.870	58.348.797
2013	860.482	69.376.714
2014	885.002	69.116.761

Fonte: IBGE/SEPLAN/2015.

Organização: MARCELINO, M. A. 2015.

De acordo com dados percebe-se que o Estado de Goiás apresentava área plantada com cana-de-açúcar de 20.664 hectares em 1980, passando para 200.048 no ano de 2005 e aumentando para 885.002 hectares no ano de 2014, ou seja, de 1980 a 2005 tivemos um crescimento de 87% de área plantada, enquanto que no período de 2005 a 2014 a área plantada teve aumento de 342%. Nesse último período citado tivemos grandes investimentos em área plantada e de produção (t) no setor sucroenergético no Estado de Goiás, o que representa uma nova fase na economia agrícola goiana.

O Município de Morrinhos apresenta dados significativos em relação a área plantada e produção de cana-de-açúcar (tabela 02), principalmente a partir da chegada do grupo colorado que realizou grandes investimentos no setor.

**Tabela 02** - Área plantada e produção de cana-de-açúcar em Morrinhos – GO 2008/2013

Lavoura Temporária Morrinhos (GO) 2008-2014 = Cana-de-açúcar		
Períodos	Área plantada (hectares)	Produção (toneladas)
2008	9.700	----
2009	9.700	8240.500
2010	14.700	8240.494
2011	18.000	1.465.200
2012	18.500	1.517.000
2013	12.150	1.032.750
2014	15.000	1.275.000

Fonte: IBGE/2015

Organização: MARCELINO, M. A, 2016.

A atividade canavieira no Município de Morrinhos ocorreu em grande proporcionalidade a partir do ano de 2008, motivo que justifica a falta de registros (dados) anterior a essa data. Observamos que a partir de 2010 ocorreu crescimento vertiginoso em relação a área plantada, aumentado a produção no ano subsequente. Nos anos de 2011/12 o crescimento em área plantada e produção alcançaram o ápice, porém no ano de 2013 apresentou queda, com recuperação na safra de 2014.

A produção de cana-de-açúcar em Goiás tem destaque principalmente na Mesorregião do Sul do Goiano, concentrando a maioria das usinas de álcool e açúcar do Estado de Goiás (Tabela 03).

**Tabela 03** – Usinas instaladas nos Municípios do Estado de Goiás.

Usinas de álcool e açúcar	Municípios	Mesorregiões
Usina Canadá S/A	Acreúna	Sul Goiano
Cotril Açúcar e Álcool Ltda	Acreúna	Sul Goiano
Anicuns S/A Álcool e Derivados	Anicuns	Centro Goiano
Nardini Agroindustrial Ltda	Aporé	Sul Goiano
Rio Claro Agroindustrial S/A – Odebrecht agroindustrial	Caçu	Sul Goiano
Usina Cachoeira Dourada	Cachoeira Dourada	Sul Goiano
CRV industrial Ltda	Carmo do Rio Verde	Centro Goiano

Usina Porto das Águas	Chapadão do Céu	Sul Goiano
Tropical Bioenergia S/A	Edéia	Sul Goiano
Jalles Machado S/A	Goianésia	Centro Goiano
Usina Goianésia S/A	Goianésia	Centro Goiano
GOIASA – Goiatuba Álcool Ltda	Goiatuba	Sul Goiano
Bom Sucesso Agroindustrial	Goiatuba	Sul Goiano
Centroálcool S/A CENASA	Inhumas	Centro Goiano
LASA – Lago Azul S/A	Ipameri	Sul Goiano
Vale Verde Empreendimentos Agrícola Ltda	Itapaci	Centro Goiano
Vale Verde Empreendimentos Agrícola Ltda	Itapuranga	Centro Goiano
Energética do Cerrado Açúcar e Álcool Ltda	Itarumã	Sul Goiano
Tropical Bionergia S/A	Itumbiara	Sul Goiano
Vale do Verdão S/A	Itumbiara	Sul Goiano
DENUSA – Destilaria Nova União S/A	Jandaia	Sul Goiano
COSAN – Centro Oeste S/A Açúcar e Álcool	Jataí	Sul Goiano
Breco – Usina Morro Vermelho – Odebrecht Agroindustrial	Mineiros	Sul Goiano
Destilaria Serra do Caiapó S/A	Montividiu	Sul Goiano
COSAN – Centro Oeste S/A Açúcar e Álcool	Montividiu	Sul Goiano
CEM – Central Energética de Morrinhos	Morrinhos	Sul Goiano
COSAN – Centro Oeste S/A Açúcar e Álcool	Paraúna	Sul Goiano
Breco – Usina Perolândia – Odebrecht Agroindustrial	Perolândia	Sul Goiano
Usina Quixabá Fabrica de Açúcar e Álcool	Pontalina	Sul Goiano
Usina São Paulo Energia e Etano S/A	Porteirão	Sul Goiano
Usina Boa Vista S/A	Quirinópolis	Sul Goiano
Usina São Francisco	Quirinópolis	Sul Goiano
DECAL – Destilaria Catanduva Ltda	Rio Verde	Sul Goiano
COOPER – RUBI – Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba	Rubiataba	Centro Goiano
Usina Santa Helena de açúcar e Álcool S/A	Santa Helena	Sul Goiano
Floresta S/A Açúcar e Álcool	Santo Antônio da Barra	Sul Goiano
Energética São Simão S/A	São Simão	Sul Goiano
Energética Serranópolis Ltda	Serranópolis	Sul Goiano
Usina Ouro Verde S/A	Silvânia	Sul Goiano
Vale do Verdão S/A	Turvelândia	Sul Goiano
Uruaçu Açúcar e álcool Ltda	Uruaçu	Norte Goiano
Caçú Industria e Comércio de Açúcar e Álcool Ltda	Vicentinópolis	Sul Goiano

Fonte: SEPLAN/SIFAEG 2016

Organização: MARCELINO, M. A. 2016

Como pode ser visto na tabela 03 o Estado de Goiás e principalmente o Sul Goiano (31 Usinas) estão se consolidando como pólos de usinas de álcool e açúcar, além de produção de cana-de-açúcar, com significativas divisas econômicas para o Estado de Goiás e para o Brasil. Um fator que propiciou essa condição foi que a partir do início do século XXI, quando o Estado se tornou investidor no setor através de políticas estatais e programas de governos, inclusive com participação de financiamentos pelo governo federal e estadual, além dos incentivos dos Municípios interessados em que as usinas se instalassem em seus territórios (Foto 05).

**Foto 05** – Placa de identificação dos programas de crédito da usina CEM.



Autor: MARCELINO, M. A. 2014.

Essas facilidades são proporcionadas pelo governo do Estado pelo Projeto *Produzir*<sup>20</sup> e pelo governo federal através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que subsidia a implantação de usinas sucroenergéticas, com carência e juros baixos, beneficiando geralmente os grandes grupos empresariais que se tornam atraídos para a região Centro-Oeste do país que disponibiliza terras com preços baixos, disponibilidade hídrica, solos férteis etc., permitindo a redução do custo de produção. De acordo com Mendonça (2004), o Estado na atualidade exerce a função de agenciador das produções econômicas de seus territórios, atraindo empreendedores de outras partes e incentivando a produção interna.

<sup>20</sup>Programa do Governo do Estado de Goiás que incentiva a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual. (Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás, 2011).

Outro fator primordial para o investimento no setor sucroenergético no Cerrado goiano são as cotações do etanol e do açúcar, que apresentam grande expressividade no mercado nacional e internacional, contribuindo para expansão da atividade no Cerrado goiano e principalmente no Sul de Goiás, que além dos incentivos financeiros do Estado, tem os aspectos físicos propícios ao cultivo da cana-de-açúcar, o que tem contribuído para desenvolvimento dessa agricultura.

O clima da região é caracterizado como tropical semiúmido, e a temperatura média é de 23°C. As temperaturas mais altas são registradas entre setembro e outubro, e as máximas podem chegar a até 39°C. As temperaturas mais baixas, por sua vez, são registradas entre maio e julho, quando as mínimas, dependendo da região, podem chegar a até 4°C. O índice pluviométrico médio é de 1.500 mm anuais, apresentando duas estações bem definidas: a chuvosa, que vai de outubro a abril, e a seca, que vai de maio a setembro. O relevo apresenta terras planas, com solos latossolos vermelho-amarelos eutróficos e altitude de aproximadamente de 750 metros. (SIMEHGO, 2012).

O Município de Morrinhos entra no cenário do setor sucroenergético no ano de 2005, quando o Grupo Camargo Mendonça (CAMEM) do interior de São Paulo instalou a unidade de produção no Município, que oferecia incentivos fiscais, além dos aspectos físicos favoráveis para o cultivo da cana-de-açúcar. Além da localização e facilidade de logística para escoamento da produção, pois o Município é atravessado por rodovias estaduais e a BR-153, interligando o Estado de Goiás com o Brasil, inclusive com acesso ao porto de São Simão, que facilita a exportação.

## **2.2 O Avanço do Setor Sucroenergético no Município de Morrinhos: estratégias e transformações territoriais**

A nova diligência econômica do setor sucroenergético no Município de Morrinhos está impressa na reportagem intitulada *Morrinhos ganha nova usina* do jornal Diário da Manhã, em 11 de outubro de 2005, que traz informações sobre a implantação da usina no Município de Morrinhos.

A Usina Camem, de açúcar e álcool, lança hoje, às 14 horas, em Morrinhos, a pedra fundamental de uma nova unidade de produção. O investimento na nova usina, que deve começar a operar em 2007, é de R\$ 271.807.000. Quando toda a capacidade estiver instalada, a região vai ganhar 1.294 empregos diretos. A primeira produção está prevista para 2007/2008. A Camem vai processar, com tecnologia própria, açúcar cristal e álcool etílico para os mercados interno e externo. A indústria, que vem negociando com a Secretaria de Indústria e Comércio há meses, vai ter incentivos do Produzir. O secretário Ridoval Chiareloto participa da solenidade amanhã, no km 647 da BR-153. A área tem 2 mil hectares, e a produção vai se estender por mais 14 mil hectares de terras arrendadas pela Camem especialmente para o plantio de cana nos Municípios de Morrinhos, Buriti Alegre e Goiatuba. O empresário Marcelo Camargo, um dos sócios do grupo Camem, veio pessoalmente comunicar ao governador Marconi Perillo, ao secretário de Indústria e Comércio,

Ridoval Chiareloto, ao prefeito de Morrinhos, Rogério Troncoso, e ao superintendente executivo da SIC, Joaquim Guilherme Barbosa, o início em 2007, e da produção para 2007/2008, movimentando a região com 1.294 empregos diretos após estar com sua capacidade instalada. (DIÁRIO DA MANHÃ, 11/12/05).

A construção da sede da usina sucroenergética no Município de Morrinhos se deu com parcerias da Prefeitura Municipal, do governo do Estado de Goiás e também do governo federal, que ofereceram a infraestrutura necessária. Essas ações combinam com a estratégia do governo municipal que busca apoio para atração de investimentos, o que significa maior mobilidade de capital no Município através de geração de emprego e circulação de dinheiro no mercado interno. Essa lógica esta inserida no que Borges (2007), considera como investimento público para o crescimento do setor privado.

**Foto 06** – Maquinários da Prefeitura de Morrinhos.



Fonte: MARTINS, P. T. 2015 - Arquivo pessoal.

Na solenidade de lançamento da construção da usina no Município de Morrinhos, tinha a presença de maquinários da Prefeitura Municipal de Morrinhos (Foto 06) para limpar o terreno e fazer a terraplenagem para a construção da indústria processadora de cana e o plantio de cana-de-açúcar nas suas adjacências. A localização geográfica da usina de processamento da cana-de-açúcar é de 17°55'37``S e 49°14'68``W. Situa-se a Sudoeste da cidade de Morrinhos às margens (800 metros) da BR-153 Km 647, com distância de 23 km da sede municipal com acesso da BR-153 e 26 km da cidade de Goiatuba, sendo 3 km da divisa desse Município. (Fotos 07, 08, 09 e 10).

**Foto 07** – BR 153 e entrada de acesso a Usina CEM.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

**Foto 08** – BR 153 Km 650 e Usina CEM ao fundo.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015

**Foto 09** – BR 153 e Usina CEM ao fundo.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

**Foto 10** – Limite de Municípios/Morrinhos e Goiatuba.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

Compreende-se que a usina foi fundada em local propício a utilização logística, pois além de situar-se às margens da BR-153 está próxima das cidades de Morrinhos e Goiatuba que oferecem maior número de mão-de-obra na área agrícola e industrial.

De acordo com informações em trabalho de campo a Usina CAMEM obteve baixa produção nos primeiros anos de suas atividades, pois não conseguiu realizar as colheitas (2005-2008) devido a falta de infraestrutura. Sobre o assunto o jornal Folha de São Paulo de 11 de novembro de 2008, publicou uma reportagem intitulada *Usina atrasa pagamentos a arrendamentos* que cita:

Especialistas afirmam que pelo menos 7% da cana apta para o corte continuará de pé porque os produtores avaliam que o aumento da produção derrubaria os preços. A cana que deixa de ser cortada pode ser moída na safra seguinte, mas perde em produtividade. No Município de Morrinhos, em Goiás, os produtores rurais que arrendaram terras para a Usina Camem estão apreensivos. A usina deveria ter iniciado suas operações no começo da safra, em maio, mas continua apagada. Grande parte da cana plantada no Município continua de pé, sem perspectiva de ser moída nesta safra, e a usina não pagou aos produtores rurais pelo arrendamento das terras. O presidente do Sindicato Rural de Morrinhos, Tiago Mendonça, diz que o pagamento deveria ter sido feito no dia 30 de setembro, e que os produtores estão muito apreensivos. O arrendamento da terra, naquela região, é estabelecido com base no valor da saca de soja. O aluguel anual de um hectare varia de 40 a 50 sacas de soja. Se o produtor rural colocar o produto dentro da usina, o preço sobe para até 70 sacas de soja. O atraso do pagamento ao produtor rural poderá afetar o comércio local, diz Mendonça. A usina informou que não iniciou a moagem porque o projeto da usina está passando por modificações, e a unidade não está concluída. Disse ainda que está buscando recursos para pagar aos produtores rurais até o final deste mês. (Folha de São Paulo, 11/11/08).

De acordo com a reportagem o presidente do Sindicato Rural de Morrinhos relata a preocupação dos arrendatários e fornecedores sobre o atraso de pagamento e que a inadimplência da usina CAMEM, pode afetar o comércio local. Neste período a usina era vista com desconfiança pelos arrendatários, fornecedores, trabalhadores da empresa e cidadãos da região.

Em algumas lavouras a usina Goiatuba Açúcar e Álcool (GOIASA) do Município de Goiatuba, realizou a colheita em outros a cana não foi cortada em tempo hábil. No ano de 2009, tem início uma tramitação de venda da usina ao Grupo Colorado que tem sede no interior de São Paulo, que chegou com investimento em todos os setores do setor sucroenergético. A desconfiança por parte dos arrendatários, fornecedores, funcionários e cidadãos de Morrinhos, acabou com a chegada do Grupo Colorado que tem infraestrutura em vários setores de atividades e principalmente no setor sucroenergético. De acordo com o *site* <http://www.colorado.com.br> o Grupo Colorado:

Tem sede na cidade de Orlandia (SP), trabalha em vários setores de atividades em vários Estados e Municípios do país. Sendo as principais: John Deere Colorado, com destaque para produção de colhedoras de cana e tratores, com dez (10) unidades, situando nas cidades de Araraquara (SP), Barretos (SP), Bebedouro (SP), Franca

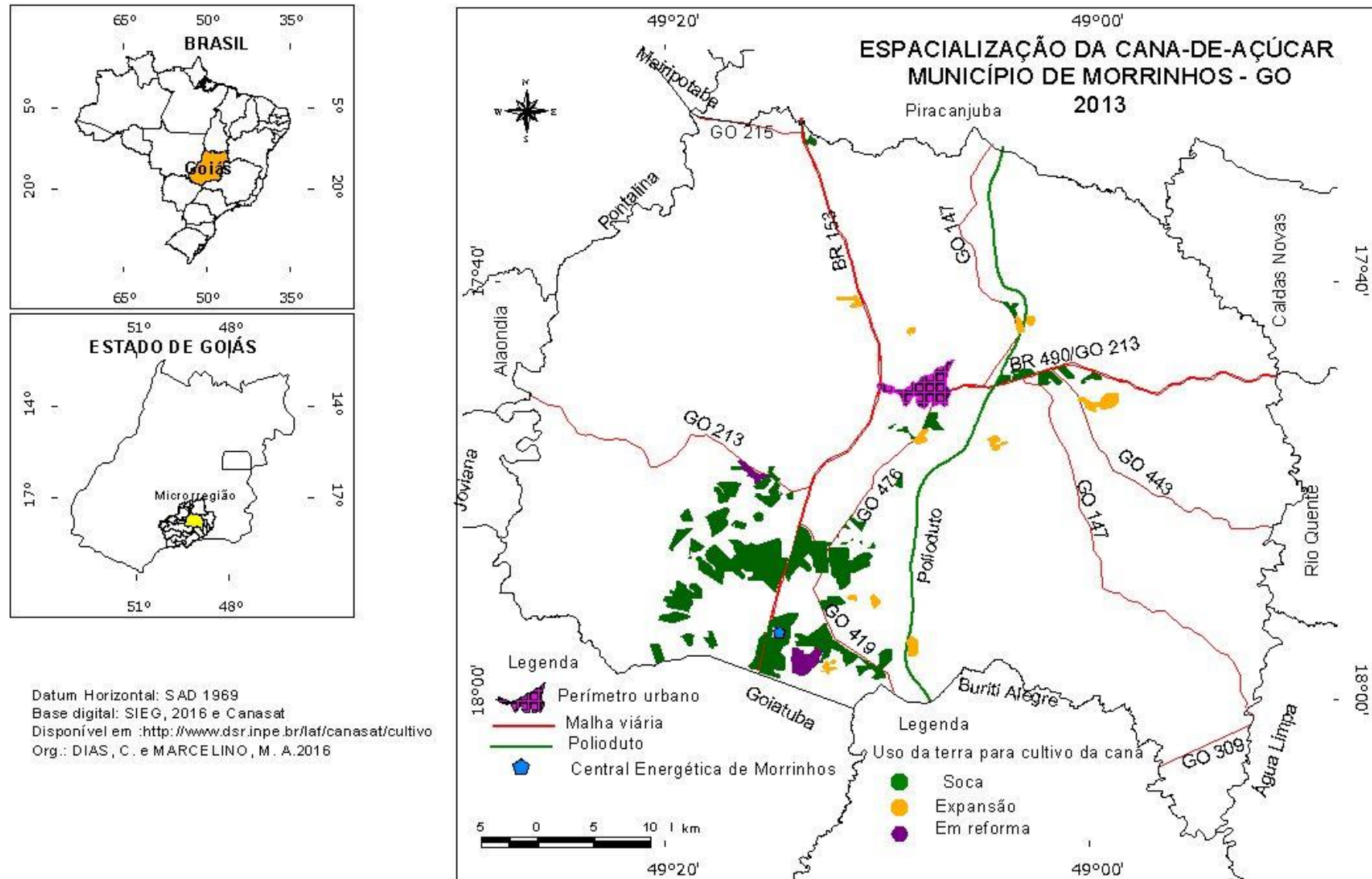
(SP), Guaíra (SP), Itápolis (SP), Ituverava (SP), Monte Alto (SP), Orlandia (SP) e Ribeirão Preto (SP), onde fica a Matriz; Condomínio Agropecuário Colorado D'Oeste em Tangará da Serra (MT); Condomínio Agropecuário Araguaia; Fazenda Joatão em São Félix do Araguaia (MT); Nelore Colorado em Sales Oliveira (SP); Chácara Colorado em Uberaba (MG); Colorado Sementes Seleccionadas em Orlandia (SP); concessionária Colorado Fiat com representações em Orlandia (SP) São Joaquim da Barra (SP), Morro Agudo (SP). No setor sucroenergético tem duas representações a Usina Colorado em Guaíra (SP) na região Nordeste do Estado de São Paulo na Rodovia Paulo Borges de Oliveira, SP-425 entre Guaíra (SP) e Miguelópolis (SP) e no Estado de Goiás a Central Energética Morrinhos (CEM) localizada na rodovia BR-153, Km 646 na fazenda Samambaia no Município de Morrinhos (GO). (Disponível em: <<http://www.colorado.com.br>>).

Na conjuntura do setor sucroenergético estabelecido pelo Grupo Colorado no Município de Morrinhos através da CEM tem possibilitado a confiança por muitos proprietários, que estão optando em arrendar suas terras ou ser fornecedor de cana-de-açúcar à usina local, assim a renda para o proprietário se dá sem a necessidade de investimento e dispêndio de trabalho na mesma, uma vez que, a mão de obra para o campo na região está escassa.

No contexto estrutural da produção de cana-de-açúcar, o Município de Morrinhos apresenta proprietários rurais com interesses de serem arrendatários ou fornecedores, os quais estão dividindo a produção de grãos ou a pecuária com a plantação de cana-de-açúcar. Esta é uma disputa que tem apresentado o crescimento do setor sucroenergético e uma estabilização da produção de grãos e da pecuária no Município de Morrinhos.

Sendo assim está ocorrendo novos investimentos em área plantada (ha) que apresenta aumento significativo, definindo que a cana-de-açúcar se torna uma nova atividade no campo e com representatividade econômica para o Município de Morrinhos. Advertimos que até o ano de 2004 a plantação de cana-de-açúcar no Município de Morrinhos era insignificante, pois não tinha a presença de usina sucroenergética em seu território. Como pode ser visto no Mapa 03 a espacialização da cana-de-açúcar no Município de Morrinhos (2016).

**Mapa 03** – Agricultura da cana-de-açúcar no Município de Morrinhos – 2016.



O resultado dessa expansão se deve consideravelmente a aderência de proprietários rurais no sistema de arrendamento ou fornecimento de cana-de-açúcar para a Usina CEM. Como exemplo, podemos verificar em um Contrato de Arrendamento de Imóvel Rural de Registro de Títulos e Documentos, Pessoas Jurídicas, Protestos e Tabelionato Segundo de Notas, Comarca de Morrinhos – Estado de Goiás na ordem nº 16.426, no qual o proprietário arrenda quatro glebas de terras, num total de 805.28.22 ha.

Outro fator da expansão que reflete no crescimento do setor sucroenergético se deve ao mercado de exportações do açúcar que foi um dos destaques do setor do agronegócio em 2015. De acordo com o *Jornal da Cana* de fevereiro de 2015.

O açúcar superou as dificuldades existentes no mercado internacional e liderou (juntamente com o café e o fumo) as exportações brasileiras do agronegócio no mês de janeiro. É o que revelam os números divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O segmento do açúcar apresentou crescimento de 2,6%. O açúcar refinado foi o principal produto do agronegócio em termos de valor exportado, US\$ 615 milhões. Mas apresentou queda de 12,8%, quando comparado com o desempenho de janeiro do ano passado. Enquanto as exportações físicas de açúcar refinado praticamente dobraram, houve redução superior a 15% nos preços. (ASSESSORIA CNA).

No que se refere aos arrendatários foi possível através de levantamentos em campo no Município de Morrinhos detectar que em sua maioria não residem na terra arrendada para o setor sucroenergético. Em muitos casos esses sujeitos residem em Morrinhos ou em outras cidades ou Estados. A remuneração pelo arrendamento é visto pelos proprietários rurais como vantajoso, pois não necessita de investimentos na produção, sendo que a usina fica por conta do plantio, conservação e colheita da cana-de-açúcar.

O Contrato de Arrendamento nº 16.426 na Comarca de Morrinhos, na cláusula terceira cita a remuneração a ser paga ao arrendante.

Como valor deste arrendamento, a arrendatária obriga-se a pagar em favor dos arrendantes 60 (sessenta) parcelas mensais, fixas e consecutivas de R\$ 60.992,42 (sessenta mil, novecentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos) cada uma delas, sendo este valor equivalente a 1/12 (um dose avos) de 95 toneladas de cana-de-açúcar com 121,968 quilogramas de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada, por alqueire geométrico (4,84 hectares), calculando sobre a Área do Arrendamento, cujo valor foi apurado com base no preço do ATR divulgado pelo CONSECANA-SP, considerando o “Preço de Mês” do ATR de fevereiro de 2013, parcelas estas que deverão ser pagas pela Arrendatária aos Arrendantes todo dia 10 de cada mês, a começar em 10 de julho de 2013, e assim sucessivamente, até 10 de junho de 2018. PARÁGRAFO ÚNICO: O preço referido nesta cláusula será ajustado mensalmente, para mais ou para menos, com base no preço da ATR divulgado pelo CONSECANA-SP no mês imediatamente anterior ao mês em questão. (Contrato nº 16426, p. 3).

A condição vantajosa para o arrendante ficou comprovada no trabalho de campo em visita a uma propriedade que arrenda parte da área para a produção de cana-de-açúcar. Segundo relato do funcionário (Sujeito 02):

O plantio de cana é bom e vantajoso somente para o dono da terra e para a usina, os que ganha muito dinheiro com a cana, mais é ruim para o povo da cidade e da roça. A prefeitura também deve ganhar com isso mais e ruim pro Município, porque os problemas vai aparecer depois. O maior problema aqui em casa com a cana é quando os trabalhadores vem trabalhar na cana, nas tarefa de combate de bomba costal, colheta, manutenção de cerca, arrumar erosão, eles (trabalhadores) não respeita de jeito nenhum o seu espaço se der bobeira eles invade a casa da gente.[...] Meus patrão mora em São Paulo e não tem reclamado nada não, parece que ta recebendo direitinho.[...] antes aqui tirava muito leite, agora só tira pro gasto, porque sobro somente as áreas perto dos corgos, nos morro e mais uns pedaço. [...]. (Entrevista, 2015).

Na cidade de Morrinhos, também entrevistamos um fornecedor (sujeito 03)<sup>21</sup> de cana-de-açúcar para usina CEM que relatou:

A minha propriedade é de 433 ha, sendo 350 ha destinado à atividade canavieira, não executo nenhuma outra produção nas minhas terras. Antes do plantio de cana as principais atividades desenvolvidas, era o cultivo da soja, milho, feijão e tomate. A escolha pela cana se deve pelo ganho financeiro. O pagamento por parte da usina é mensal, sendo que o mesmo está sendo pago em dia. A usina exige que o proprietário cumpra o contrato assinado. A parceria está transcorrendo de acordo com o combinado no contrato. (Entrevista, 2015).

Percebe-se que existem contradições entre os entrevistados, pois o sujeito 02 (empregado) relata sobre as consequências negativas do plantio de cana próximo a sua residência no campo, sendo que o entrevistado não participa do lucro decorrente do setor sucroenergético. Em contrapartida o sujeito 03 (proprietário) tem outra posição, pois o mesmo reside na cidade, não sofrendo diretamente com os empecilhos da atividade canavieira e ainda tem um lucro exercido pelo plantio de cana.

No sentido de perceber as interferências da presença do setor sucroenergético no Município de Morrinhos, percorremos algumas propriedades limítrofes do plantio de cana-de-açúcar, nas quais, deparamos com trabalhadores rurais que informavam que os proprietários ou administradores residem na cidade de Morrinhos. Em busca de estabelecer contatos encontramos um comerciante da cidade de Morrinhos (Sujeito 04)<sup>22</sup> que relata:

<sup>21</sup> Proprietário de terras no Município de Morrinhos e funcionário público

<sup>22</sup> É proprietário de uma gleba de terras de 58,5 ha, morador da cidade de Morrinhos, comerciante com 49 anos de idade e curso superior completo.

No campo executo a produção de leite, plantio de milho para silagem, recria de bovinos, crio peixes além da produção para o próprio consumo de hortaliças, mandioca e frutas variadas. A opção pela produção de leite é para as despesas do cotidiano da propriedade e a recria por gerar um lucro real (compra um animal de 150 Kg e vende com 300 Kg). A propriedade é pequena e é circundada pela cana-de-açúcar, com isso houve a queda das nascentes e aumento considerável de insetos e doenças que atingem as plantas frutíferas, a lavoura de milho e a pastagem, além do aparecimento de moscas de chifre e da mosca de estábulo. Todas as pragas estão muito resistentes aos inseticidas e pesticidas, praticamente sem controle, não se atinge o nível de produção de antes. Há constantes estragos nas cercas causados pelas máquinas. Tenho percebido o aumento da saída do homem do campo para a cidade, o aumento de gente de fora em busca de emprego na usina e a monopolização do cultivo que cada dia vai se transformando em cana. É necessário limitar o percentual (%) da área destinada ao plantio de cana no máximo 25% da área agrícola para que haja um equilíbrio entre todas as culturas do Município. (Entrevista, 2015).

Neste contexto de vizinhos limítrofes do plantio da cana-de-açúcar, entrevistamos o sujeito 05<sup>23</sup> que é administrador de uma propriedade no campo que descreve:

Resido na cidade de Morrinhos por causa das atividades ligadas ao urbano, na nossa propriedade e produzido soja, milho, além da atividade leiteira. A atividade canavieira é bem próxima da sede (500 metros aproximadamente). Os funcionários da fazenda reclamam da falta de privacidade, além de atrapalhar a cadeia produtiva, pois a divisa da cana com a pastagem e a localização das cocheiras de trato do gado fica bem na divisa, sendo ainda que as estradas de acesso ao canavial passam próximo da sede, facilitando a presença de vândalos. Tenho percebido danos ambientais pelos venenos próximo das nascentes. Apesar do aumento de impostos e oferta de empregos as autoridades deveriam fiscalizar melhor a atuação dessa atividade no cumprimento da legislação vigente para proteção das pessoas, animais e meio ambiente. Deveria criar uma comissão que pudesse acompanhar e fiscalizar essas ações. (Entrevista, 2015).

De acordo com os relatos percebemos que o posicionamento dos sujeitos perante a ação transformadora do setor sucroenergético no Município de Morrinhos acompanha os interesses individuais. No entanto, foi possível compreender que aqueles que residem próximo às plantações de cana, sofrem os efeitos negativos e contestam o propalado benefício da atividade. Para nós é evidente a força da retórica desenvolvimentista, que coloca o setor como auge do “progresso” que beneficia a todos e esse discurso tem influência decisiva na percepção da população local. Contrariando essa perspectiva, foi feita uma discussão sobre a ação destruidora dessa atividade no Município enfatizando a questão ambiental.

---

<sup>23</sup> Administrador de uma propriedade no campo de 358 ha no Município de Morrinhos tem 58 anos de idade e curso superior completo.

### 2.3 Política e Meio Ambiente na Dinâmica Expansionista do Setor Sucroenergético no Município de Morrinhos

Com o desenvolvimento da atividade canavieira no território morrinhense, a Legislação Municipal de Morrinhos criou uma lei de nº 2.850, de 09 de dezembro de 2011 (anexo 01) que foi aprovada na câmara de vereadores e sancionada pelo Prefeito Municipal Cleumar Gomes de Freitas. A lei estabeleceu que a Prefeitura Municipal de Morrinhos fiscalizasse as irregularidades da usina CEM, além de impor exigências como pode ser visto a seguir.

O Artigo 1º cita: “Fica proibida a utilização de fogo na limpeza de solo para o preparo do plantio e colheita da cana-de-açúcar, cultivada em imóveis rurais situados na área territorial do Município de Morrinhos- GO”.

No mês de setembro de 2014, ocorreram alguns focos de incêndios, que foram provocados por causas naturais, acidentais e/ou desconhecidas. No dia 19 de setembro de 2014, o canal pertencente Usina CEM pegou fogo próximo ao aeroporto da cidade situado junto a uma área de pequenas indústrias de Morrinhos, às margens da GO 476 que dá acesso a cidade de Buriti Alegre. Os caminhões da brigada de incêndio (pertencentes à Usina) com seus respectivos trabalhadores, além do corpo de bombeiros da cidade de Morrinhos, tentaram controlar o incêndio, porém todo o canal da propriedade foi queimado (Foto 11).

**Foto 11** – Área de cana queimada próximo à cidade de Morrinhos.



Fonte: MARCELINO, M. A. 2014.

Como pôde ser visto (foto 11) a distância do canavial da cidade de Morrinhos não ultrapassa de 200 metros. Sendo que no artigo 2º da lei 2.850/11 cita que “fica proibido cultivo de cana-de-açúcar, para fins industriais, num raio mínimo de 05 (cinco) quilômetros da área urbana do Município de Morrinhos-GO.”

**Foto 12** – Cidade de Morrinhos e cana-de-açúcar ao fundo.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

Percebe-se (Foto 12) que o plantio de cana-de-açúcar está numa distância de aproximadamente 1 Km das moradias da cidade de Morrinhos, ou seja, inferior à mencionada na lei Municipal nº 2.850, de 09 de dezembro de 2011.

O Contrato de Arrendamento de Imóvel Rural de Registro de Títulos e Documentos, Pessoas Jurídicas, Protestos e Tabelionato Segundo de Notas, Comarca de Morrinhos – Estado de Goiás na ordem nº 16.426, cita no Parágrafo quarto que:

Após o plantio das culturas na área do arrendamento, a arrendatária fará sob suas expensas e de comum acordo com os arrendantes a medição da área plantada e carregadores necessários, constando a referida medida em mapas e roteiros que integrarão este instrumento [...] em havendo determinação por qualquer órgão governamental na redução da área para adequação às exigências legais, ficará valendo esta nova medição. (Contrato nº 16.426, p. 2).

Neste contexto observa-se que o contrato de Arrendamento, prevê alguma adequação nos casos de irregularidades no decorrer das ações da atividade canavieira, tendo a Usina ou o arrendatário que adequar as exigências de algum órgão e/ou lei.

Em continuação ao artigo 2º que estipula “50 (cinquenta) metros de mananciais”.

De acordo com o Código Florestal Brasileiro Lei nº 4771, art. 02, Áreas de Preservação Permanente (APP) “[...] são áreas [...] cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

Para Ribeiro e Walter (1998, p. 104):

As matas ciliares se constituem em formações florestais, nas quais predominam espécies arbóreas com formação de dossel. Este tipo de fitofisionomia (matas ciliares), aparecem associadas aos cursos d’água, podendo ocorrer tanto em terrenos bem drenados como em terrenos mal drenados.

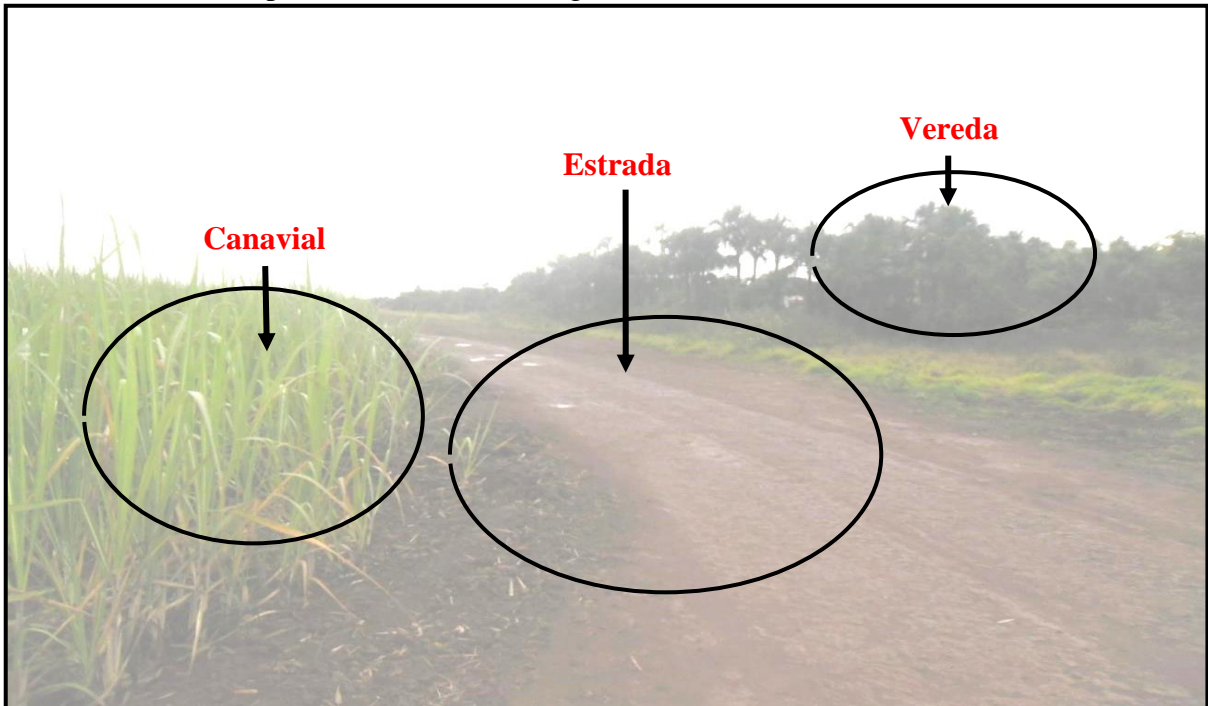
As matas ciliares, além de contribuir para manter o ambiente equilibrado, protegem as águas e os solos; reduzem o assoreamento dos córregos e o aporte de sedimentos, funcionando como uma barreira natural.

Conforme Mueller (1998, p. 187):

As matas ciliares garantem a sustentação dos lençóis freáticos pelas chuvas. Visto que elas apagam a água das chuvas diminuindo o impacto ao solo, e este estando protegido conserva-se poroso, com grande capacidade de absorção, sendo auxiliado pelas raízes das plantas.

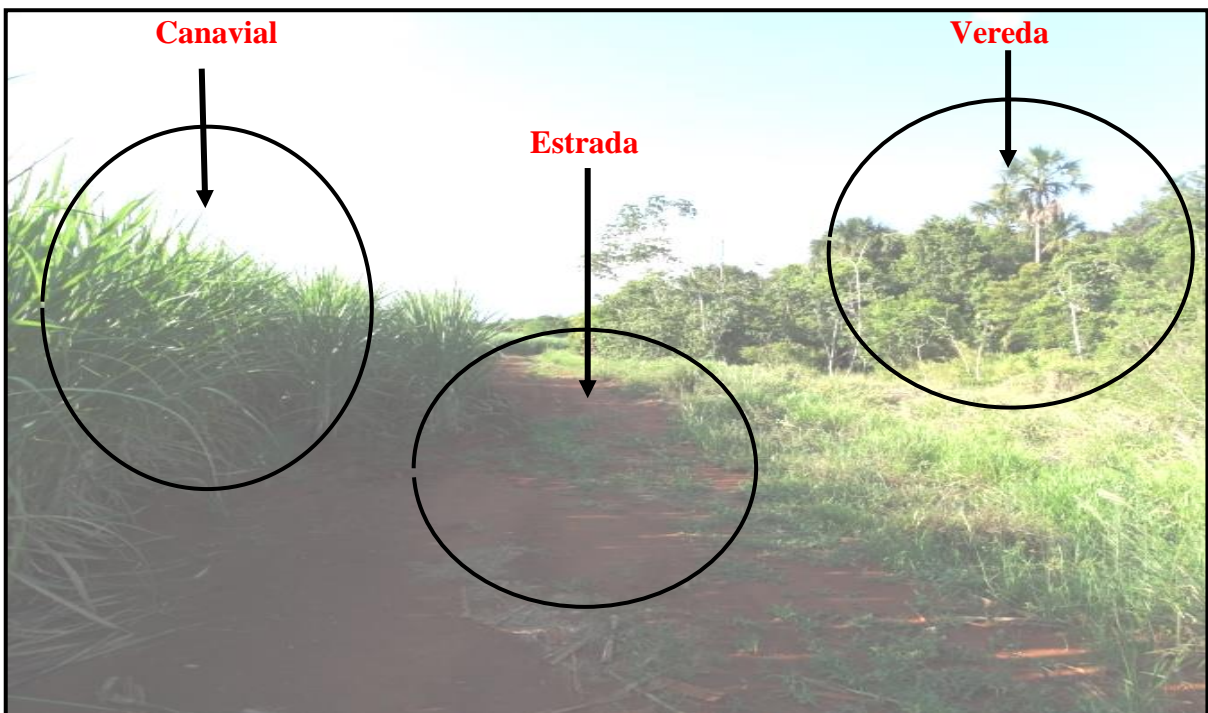
A manutenção e proteção das margens de um curso de água dependem das matas Ciliares que atuam como barreiras de contenção do processo erosivo das vertentes. Nos lugares visitados percebemos o não cumprimento da lei Municipal nº 2.850/11 e do Código Florestal Brasileiro lei nº 4.771 Art. 02. Observa-se que o plantio de cana-de-açúcar e estradas usadas pelos veículos da Usina CEM, não respeitam os limítrofes da mata ciliar, além provocar a compactação do solo (Fotos 13 e 14).

**Foto 13** – Canavial próximo a Vereda na região da Samambaia.



Autor: MARCELINO, M. A. 2014.

**Foto 14** – Canavial próximo a Vereda no Córrego das Éguas.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

Nos locais visitados percebemos a presença de palmeiras, buritis, assa-peixe, gramíneas e outras espécies, nos respectivos lugares, porém a exploração com o plantio de cana-de-açúcar está ameaçando essas vegetações. A alteração do bioma não condiz somente

no local do plantio ou da pavimentação, mas também no leito dos Córregos que sofrem as consequências com o assoreamento, impactando negativamente na vida aquática.

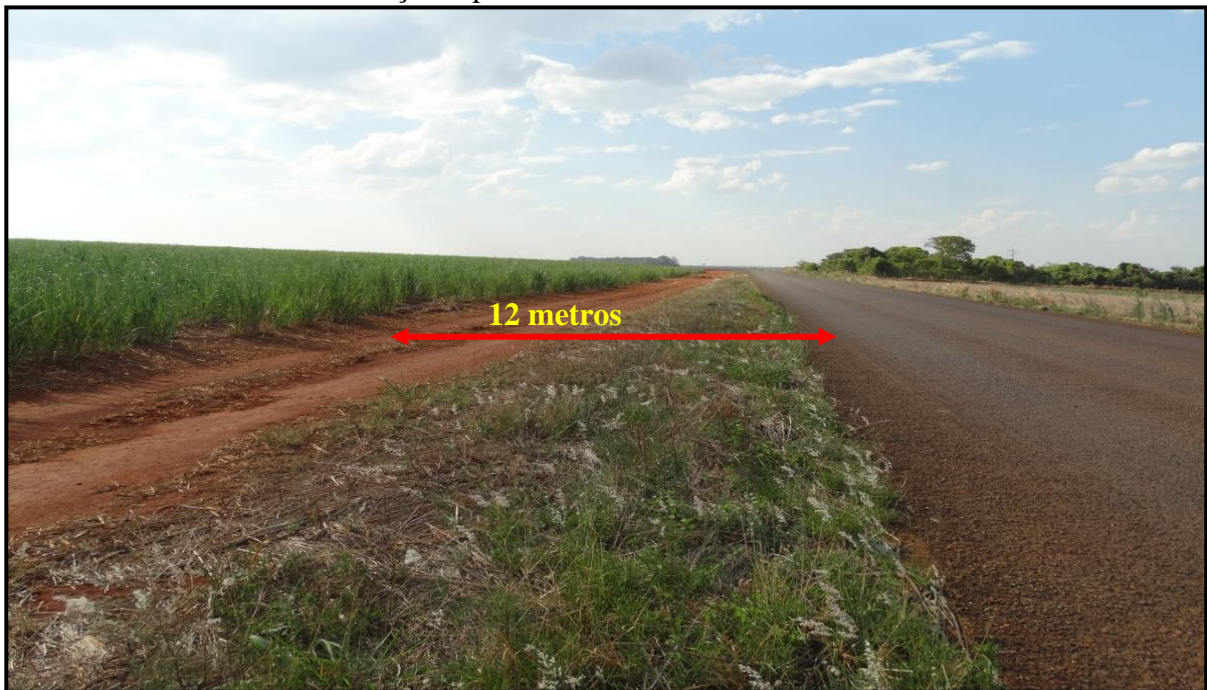
O Contrato de Arrendamento de Imóvel Rural na ordem nº 16.426, cita no Parágrafo terceiro que:

São objeto deste contrato apenas e exclusivamente (i) as áreas passíveis de cultivo da cultura de cana-de-açúcar existentes no perímetro do imóvel, conforme legislação vigente nas quais a arrendatária possui obrigação de cultivo de cana-de-açúcar.; (ii) os carregadores que permitem acesso à cana-de-açúcar plantada no imóvel; e (iii) eventuais estradas abertas no perímetro do imóvel, exceto as vias públicas (“Área do arrendamento”). Portanto, não integram a área do arrendamento, sob nenhuma hipótese, as áreas de proteção legal, preservação permanente e/ou de reserva legal, as áreas sob linhas de transmissão de energia elétrica e as margens de rios riachos, córregos e represas, bem como as sedes e respectivas benfeitorias dos imóveis. (Contrato nº 16.426, p. 2).

Essa situação demonstra que os órgãos competentes não estão fiscalizando os problemas ambientais acarretados pelo setor sucroenergético no Município de Morrinhos. Muito menos adotam medidas mitigadoras e preventivas voltadas ao planejamento ambiental em busca de equalizar o desenvolvimento econômico do setor com a sustentabilidade.

Outro fator citado no artigo 2º da referida Lei Municipal se refere as rodovias que cita “15 (quinze) metros do domínio das rodovias federais e estaduais”. Durante os trabalhos de campo analisamos que em alguns locais as rodovias estão sendo tomadas pelo plantio da cana-de-açúcar. (Foto 15).

**Foto 15** – Plantio de cana-de-açúcar próximo a rodovia estadual GO 476.



Autor: MARCELINO, M. A. 2014.

É possível perceber que o cultivo da cana-de-açúcar está próximo a área de domínio da rodovia estadual GO 476, (que liga os Municípios de Morrinhos e Buriti Alegre) deveria ser de quinze (15) metros a distância mínima segundo a Lei municipal. No local indicado a medida está com doze (12) metros de distância entre a rodovia e o plantio de cana-de-açúcar.

De acordo com a Lei Municipal nº 2.850 e os artigos mencionados, outras determinações sobre a atividade canavieira são relativas às possíveis penalidades para condutas inadequadas:

Art.3º - Qualquer das práticas de conduta prevista nos artigos anteriores, sujeitará o infrator, pessoa física ou jurídica, ao pagamento de multa no valor correspondente a 10.000 (dez mil) UFM's – Unidade Fiscal do Município de Morrinhos – GO, por hectare queimado ou cultivado dentro da área proibida no artigo 2º desta Lei, sendo a multa individualizada por categoria de infração cometida. § 1º - Nos casos em que não for possível apurar os infratores, poderá ser responsabilizado solidariamente pelo pagamento de multa o proprietário do imóvel, o proprietário da lavoura cultivada e também, a indústria que receber ou processar a matéria prima oriunda da área queimada, proibida ou excedida. § 2º - Em caso de reincidência o valor da multa será aplicado em dobro e multiplicado por 10 (dez) em caso de nova reincidência.

Art. 4º - Fica a Prefeitura Municipal de Morrinhos – GO, por meio da Superintendência Municipal do Meio Ambiente, ou de qualquer outro órgão público, indicado por Decreto do Prefeito Municipal, autorizada a aplicar as multas previstas nessa lei. Parágrafo único – Os recursos obtidos com o pagamento das multas aplicadas serão revertidos metade para o Fundo Municipal do Meio Ambiente e metade para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º - Fica a Prefeitura Municipal de Morrinhos – GO, autorizada a criar um serviço direto de atendimento à população para fins de receber denúncias quanto à realização de queimadas em canaviais – “disque queimadas”.

Art. 6º - O poder Executivo editará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, todas as normas regulamentares destinadas ao cumprimento desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contidas na Lei 2.674, de 2 de agosto de 2010. (MORRINHOS, 2011, p. 1).

De acordo com o artigo 4º a Prefeitura Municipal, por meio da Superintendência Municipal de Meio Ambiente, são autorizados a aplicar as multas previstas na Lei e que os recursos seriam revertidos para o Fundo Municipal do Meio Ambiente e para o Fundo Municipal de Saúde. Em relação a Lei Municipal nº 2.850/11, buscamos informações em órgãos públicos e não encontramos nenhuma multa aplicada pela Prefeitura de Morrinhos à Usina CEM ou algum arrendatário ou fornecedor como prevê o artigo 3º, ou ainda, sobre as delimitações citadas anteriormente. Também o “disque queimadas” citado no artigo 5º é inexistente.

O reflexo da expansão da área plantada de cana-de-açúcar, que não reverencia a lei nº 2.850, de 09 de dezembro de 2011, do Município, motivada pela comodidade dos arrendatários e fornecedores e a Usina CEM que não são cobrados sobre as anomalias de

acordo com a lei citada. Nesse sentido, faz-se necessário a adoção de medidas corretivas por parte da Prefeitura Municipal que devem ser repensadas e implementadas envolvendo, arrendadores e fornecedores e principalmente a usina CEM.

Em relação às atividades desenvolvidas pelo setor sucroenergético no Município de Morrinhos entrevistamos uma moradora (Sujeito 06<sup>24</sup>) que relatou:

Percebo problemas ambientais como a desnudação do solo, ocasionado com chuvas que carregam os sedimentos em direção aos cursos de água, além de contaminação dos mananciais por agrotóxicos. É muito importante levar em consideração a abrangência que um empreendimento como a usina tem na economia e na dinâmica social do Município. É preciso que se tome muito cuidado, pois há aspectos de contribuição positiva e outros negativos na instalação da usina de açúcar e etanol em Morrinhos e traçar um paralelo que contemple tais características é fundamental para a realização do diagnóstico das influências da mesma para a dinâmica local, o que por sua vez tem ressonância na imagem e na importância econômica do Município perante o Estado de Goiás. (Entrevista, 2015).

Neste contexto entrevistamos um morador da cidade de Morrinhos (Sujeito 07<sup>25</sup>) que relatou:

Economicamente a usina trouxe grandes benefícios, pois incrementou o segmento trabalho/emprego e conseqüentemente a arrecadação fiscal, além da inserção de Morrinhos no campo sucroalcooleiro. Hoje, sem dúvida a usina é uma das maiores empregadoras e geradoras de renda para o Município e, é por isso, sua importância é destacada e especial. Os trabalhadores que antes trabalhavam em outras atividades foram aproveitados no processo da cana, com possíveis ganhos financeiros e até sociais em seu cotidiano. Não há como se promover o desenvolvimento industrial deste e de outros segmentos sem provocar algum dano ambiental, pois os canaviais estão sujeitos a incêndios, à ampliação de defensivos, ao desmatamento, ao uso de muita água e de poluições resultantes do processo de industrialização da cana, dentre outros. Há que se dizer que toda atividade laboral tem seus impactos, mas também traz os seus benefícios/ganhos para a comunidade, porém surge o fato dela (usina) formar canaviais extensos e contínuos, que contribuem para a diminuição de dióxido de carbono na atmosfera, além de produzir um combustível não fóssil, produz energia elétrica com a queima do bagaço e ainda fertiliza solos degradados com sua matéria orgânica do pós colheita, além do uso do vinhoto na fertilização. A usina sempre foi parceira do Município de Morrinhos, não só no tocante às obrigações sociais a ela inerentes, mas também em ocasiões esporádicas ou especiais que o Município promove. Os dirigentes políticos não podem deixar que acabem com os incentivos que o Centro-Oeste tem hoje, pois graças a eles e aliados a um povo trabalhador e ordeiro, que Morrinhos temos crescido além da média nacional. (Entrevista, 2015).

Destarte, a usina acaba por exercer influência nas ações políticas do Município de Morrinhos. Nesse sentido, as grandes corporações capitalistas influenciam as ações dos órgãos públicos, pois quando não há cobrança por parte dos órgãos competentes as empresas

---

<sup>24</sup> Tem 22 anos de idade e curso superior incompleto.

<sup>25</sup> Tem 60 anos de idade é funcionário público e curso superior completo.

exploram os territórios e os sujeitos. O jogo de interesse do capital é de adquirir maiores lucros sem investimentos nas áreas ambientais e sociais, quando a população de um modo geral poderia ser beneficiada com determinados investimentos.

De acordo com pesquisas em arquivos, documentos, jornais locais, *sites* de notícias regionais, diálogo com cidadãos de Morrinhos e análises aprofundadas em trabalho de campo, percebemos que a Usina CEM não tem feito investimentos na área ambiental “fora do seu contexto de obrigações”, assim como na área social. Os investimentos poderiam ser aplicados pela usina em parceria com a Prefeitura Municipal de Morrinhos em: doações às entidades de caridade, religiosa, abrigo de idosos, creches, escolas, associações beneficentes; distribuir remédios e aparelhos hospitalares para a área da saúde; aplicar na área da cultura em formação de grupo de dança, canto e orquestra; na área de lazer em esportes; construção de edificações para creches, escolas, postos de saúde, biblioteca; fazer doações de mudas de árvores nativas do Cerrado à população de um modo geral.

Se tiver cobrança por parte dos órgãos públicos do Município de Morrinhos e da população de um modo geral, poderemos ter benefícios em prol da comunidade. Os investimentos supracitados poderiam ser de acordo com as possibilidades e necessidades emergentes do Município de Morrinhos e que a população seja beneficiada com a presença desse importante grupo econômico, que está investindo no Município e gerando emprego, porém levando divisas econômicas para outros Estados e regiões, através da exploração do território morrinhense.

Assim sendo, (in)diretamente as evidências constataam que o poder público tem influenciado na expansão do setor sucroenergético no Município de Morrinhos, validando as ações do capital com o discurso dominante de que o setor representa o “desenvolvimento econômico”. Neste contexto, entende-se que o crescimento econômico acontece em benefício da Usina CEM, dos arrendatários e fornecedores.

Embora esta realidade seja uma condição atual, não se pode ignorar os movimentos de *(Re)Existências* que fazem parte da história do Município de Morrinhos. Por isso, no capítulo 03 foi feita uma discussão que expressa à organização de meios de produção contrários ao modelo capitalista de acumulação ampliada.

### **3 O SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS:** transformações territoriais e *(Re)Existências*

Com a consolidação da modernização do campo no Estado de Goiás, o Município de Morrinhos ganhou investimentos no campo trazendo novos aspectos para a economia, ao ser inserido nesse processo. Nessa condição, o Município passa por transformações no seu ordenamento territorial, que incluem o sistema produtivo, as relações socioespaciais e o comportamento cultural. É dado ao Município uma reorganização do território, pautada na lógica da economia agroindustrial, provocando a migração dos sujeitos do campo para as cidades em busca de sobrevivência.

A modernização do campo no Planalto Central do Brasil alterou profundamente a dinâmica de trabalho, expressando uma nova processualidade, assim como um novo desenho societal na relação cidade campo. A tecnificação promoveu a migração compulsória de famílias que viviam do trabalho da terra para os centros urbanos. (MENDONÇA; THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 97).

As pessoas se locomovem dentro do território nacional em busca de diferentes objetivos e em diferentes épocas e direções. Isso faz com que as populações sejam dinâmicas, alterando hábitos, costumes e construindo novas relações identitárias. Há que compreender que a mobilidade do capital na busca das condições de geração do valor altera e intensifica a mobilidade do trabalho.

Os fatores que provocaram as migrações no sentido campo/cidade são agravadas pela falta de infraestrutura e pela concentração de terras nas mãos dos latifundiários, além da mecanização das atividades agrícolas. O discurso de que é possível viver com qualidade nas cidades faz com que a população do campo se sinta atraída pelas perspectivas de trabalho, de educação, saúde e etc., serviços que não foram oferecidos ao campo, exatamente, para incentivar os deslocamentos, uma vez que, era necessário “limpar” o campo de *gentes* e adensá-los de técnicas. O deslumbramento urbano torna-se, então o principal fator de atração para a cidade. De acordo com Furtado (1998, p. 20). “As migrações internas criavam a ilusão de que todas, ou as maiorias, possuíam a possibilidade de melhorar, ascender socialmente.”

Nas trilhas de Abramovay (1992), afirma-se que a partir de 1970 com a modernização dos meios de produção do campo pela via da transformação do solo, da mecanização das forças de trabalho e das novas tecnologias de produção foi acometido pela modernização da produção agrícola, condição que inseriu em uma nova divisão regional do

trabalho. Porém, experimentou a expulsão de milhares de *trabalhadores da terra*<sup>26</sup> para as cidades e/ou áreas de fronteiras, promovendo a diminuição do trabalho no setor primário e, conseqüentemente, o aumento no secundário e terciário.

A força agenciadora e transformadora se presentifica com veemência na atual reorganização territorial do Município, enquadrando-o na lógica internacional do capital. Para Chesnais (1996, p. 137), “[...] esse processo é resultado do modelo de produção do capitalismo monopolista, o qual promove um rearranjo espacial do globo, subordinando as organizações territoriais à dinâmica hegemônica do capital financeiro mundializado”. Deste modo, Goiás é ponto estratégico para a logística brasileira, tendo a modernização do campo como *mote* do capital no uso do seu território. O Município de Morrinhos entra nessa condição pela relevância econômica desempenhada pelo campo, com destaque para a atividade canavieira.

Pode-se dizer que, a nova vertente da expansão capitalista em Goiás reproduz as condições de processos anteriores, nas quais o montante da lucratividade equipara-se aos impactos sob o modo de vida do lugar, transformando o campo e a cidade. A modernização do campo sempre provocou uma violência estrutural, causada aos pequenos produtores rurais/camponeses, durante o processo de consolidação da estrutura fundiária brasileira, a qual se deu nos aspectos econômicos, sociais e culturais, na mesma medida em que, os mesmos foram desterritorializados.

Para Haesbaert (2004), essa desterritorialização ocorre no campo físico pela perda da terra e no campo simbólico pela perda da referência e da identidade cultural daqueles que perderam o contato com o espaço vivido por muitos anos e ali fizeram parte integrante de suas paisagens. De acordo com Borges (2007, p. 72):

A desterritorialização sertaneja resultou em um intenso movimento migratório no sentido campo-cidade, o que desencadeou um crescimento urbano acelerado e, em consequência, uma urbanização desordenada. O sertanejo desprovido de recursos financeiro e de formação educacional foi excluído da cidade, ocupando as áreas periféricas e sem infraestrutura, além de se sujeitar aos subempregos, devido à falta de qualificação profissional, exigida pela economia urbana. Em outras palavras, os sertanejos se constituem nos deserdados da modernização, que também não tem “direito à cidade”.

---

<sup>26</sup> Para Mendonça (2004, p. 29), “[...] são aqueles que exercem o labor na terra e, portanto, possuem no trabalho rural as condições essenciais para a sobrevivência. Compreende os trabalhadores rurais assalariados, nas suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc., que estabelecem o sentido pleno da vida na terra e, em situação de desfiliação social, forjam a luta pela terra e pela reforma agrária, territorializando ações políticas contra o capital”

A realidade exposta sobre a questão nacional, não é diferente no caso da expansão capitalista pelo território goiano. Isso se deve ao fato que, o Estado de Goiás foi e continua sendo um referencial da política de modernização do campo no Brasil. De acordo com Moraes (2005, p. 13), “[...] os estudos contemporâneos sobre a modernização do território goiano colocam como ênfase a modernização do campo, que inseriu a região na dinâmica do capitalismo globalizado”. Esse fato promove um conjunto de transformações, alterando significativamente a estrutura do campo e da cidade no território goiano. Segundo Borges (2007, p. 40):

Uma das transformações evidentes e de maior impacto deu-se na relação campo-cidade, fator comum a todas as regiões inseridas no processo de modernização do setor agrário. Diante desse fato pode-se caracterizar o território goiano da seguinte forma: o campo se constitui por avançada tecnologia e um vazio demográfico, enquanto o setor urbano, símbolo do “moderno”, configura-se em um espaço desordenado e com grande concentração demográfica. Diante dessa tabela o rural que antes era sinônimo de atraso passa a ter uma conotação de moderno e o urbano símbolo do moderno é miscigenado com o rural, proporcionado pelo então modelo híbrido de produção agrária. Em outras palavras, é para o urbano que é direcionado os deserdados da “modernização”. A cidade se enche de terra. E a terra é habitada por máquinas.

A modernização do campo coloca o Estado de Goiás no topo da cadeia econômica, pois se transforma em um exportador de produtos primários muito importantes para a economia do país. Por outro lado, intensifica o desenraizamento da vida camponesa, provocando a migração no sentido campo-cidade, acarretando o processo de urbanização e crescimento urbano. Destaca-se, desse modo, a influência da modernização do campo que é perceptível na dinâmica populacional no Município de Morrinhos.

Em pesquisa de campo encontramos uma antiga propriedade que era autosustentável, porém os moradores foram “expulsos” pela modernidade do campo e pela falta de incentivos à pequena propriedade. Esse território no Município de Morrinhos, que deixou muitas histórias, estórias, costumes, tradições e trabalho pelas pessoas que ali moravam está representado nas fotos (16, 17, 18, 19) e entrevista (Sujeito 08).

**Foto 16** – Residência rural abandonada.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

**Foto 17** – Fogão a lenha.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

**Foto 18** – Bica d'água e monjolo abandonados .



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

**Foto 19** - Paiol e chiqueiro abandonados



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

Nesta propriedade residia uma família constituída por cinco pessoas. Produzia arroz, milho, banana, café, leite, criava galinhas, porcos e gado, assegurando a produção diversificada. Na sede tinha bica d'água, (atualmente usada para colocar sal para o gado) monjolo, paiol, chiqueiro, curral, tronco e outras benfeitorias.

Na década de 1980 fizeram financiamento para produção de bananas, porém a produtividade foi baixa, devido a doença de *Sigatoka*<sup>27</sup> que aniquilou a plantação. Para saldar o financiamento junto a instituição financeira (fato comum pelos pequenos produtores naquela época) venderam uma gleba de terras. Com o crescimento dos filhos e as dificuldades existentes no campo e sem recurso para fazer novos investimentos, resolveram vender a propriedade no ano de 1992 e mudar para a cidade de Caldas Novas. Diante da nova realidade a antiga moradora (sujeito 08)<sup>28</sup> do campo relatou o seguinte:

A maior dificuldade de se manter na fazenda se deveu aos estudos dos meus três filhos, e a falta de emprego na cidade de Morrinhos, com isso mudamos para a cidade de Caldas Novas, que proporcionava maior oportunidade de emprego naquela época. Atualmente dois filhos são funcionários públicos e outra é autônoma. Na cidade estou me sentindo bem melhor do que na roça, não tenho saudades de lá, por ter sofrido muito, porém fica a lembrança da boa convivência com os vizinhos. (Entrevista, 2016).

De acordo com Souza (2013) “Os elementos socioculturais proporcionam o sentimento de pertença do território, provido de vínculos sociais, resultado da ressignificação dos sentidos, dos saberes e afazeres.” (SOUZA, 2013, p. 186). A entrevistada mostrou no interior de sua casa (Caldas Novas) uma roda de fiar e duas cobertas de algodão, tecidas por ela mesma na antiga residência do campo.

Neste contexto de migrações observa-se que a modernização do campo e a falta de incentivos à pequena propriedade, influenciaram a “transferência” da população do campo para a cidade. Diante dessa realidade as cidades de Morrinhos, Caldas Novas e Rio Quente, se tornaram verdadeiros atrativos desses sujeitos. As duas últimas que são cidades turísticas, se consolidaram como encanto aos migrantes pelo *boom* da construção civil e pela rede hoteleira que proporcionaram diversos postos de trabalho aos sujeitos que ali chegavam.

Essas migrações provocaram uma nova dinamicidade no Município de Morrinhos, como pode ser visto na Tabela 04.

---

<sup>27</sup> Sigatoka-amarela: Esta é uma das mais importantes doenças da bananeira, sendo também conhecida como cercosporiose ou mal-de-Sigatoka.

<sup>28</sup> Aposentada está com 62 anos de idade é moradora da cidade de Caldas Novas.

**Tabela 04** – Densidade demográfica de Morrinhos/GO (1970 - 2010).

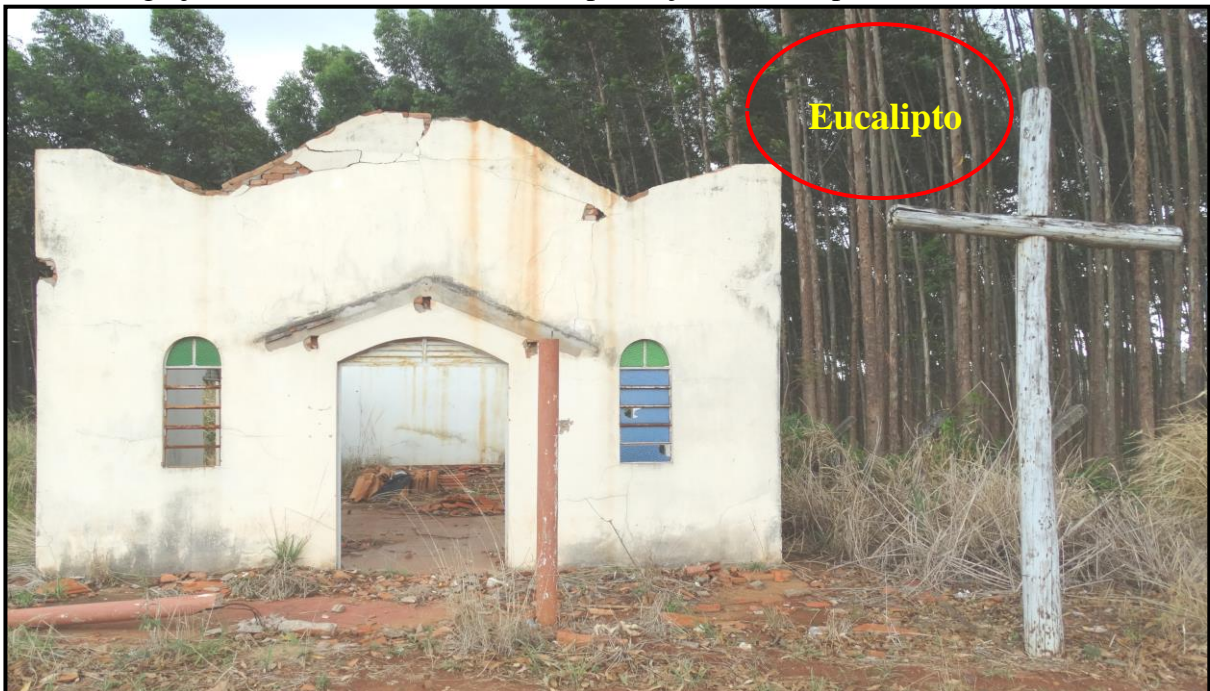
Ano	Densidade (Hab/Km <sup>2</sup> )	População				Total
		Urbana		Rural		
		Nº	%	Nº	%	
1970	11.13	14.066	44,4	17.606	57,6	31.672
1980	11,28	20.216	63,5	11.906	36,5	32.122
1990	11,98	28.301	77,9	5.796	22,1	34.097
2000	12,99	30.945	83,6	6.045	16,4	36.990
2010	14,57	35.959	87	5.501	13	41.460

Fonte: SEPLAN/IBGE 2011/15.

Organização: MARCELINO, M. A.

No ano de 1970 a população rural era predominante no Município de Morrinhos, porém na década seguinte essa realidade se inverte que se deve a modernização do campo. Com o avanço dessa modernização nos anos subsequentes, provocaram uma rápida migração como pode ser observado no período de 1980 a 1990. É possível perceber que tivemos uma redução de 68% da população rural entre 1970 e 2010. Por outro lado, nesse mesmo período, há aumento de 155% da população da cidade. A situação se justifica pelo fato da sede do Município, após a modernização do campo ser atrativa para os expropriados do campo.

Nesse contexto de migrações, igrejas (Foto 20) escolas e propriedades rurais (Foto 21) do Município foram abandonadas, provocando mudanças nos costumes e hábitos dos sujeitos do campo, via abandono de tradições como as atividades religiosas.

**Foto 20** - Igreja da Comunidade Vera Cruz e plantação de eucalipto.

Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

**Foto 21** – Residência rural e plantação de cana-de-açúcar.

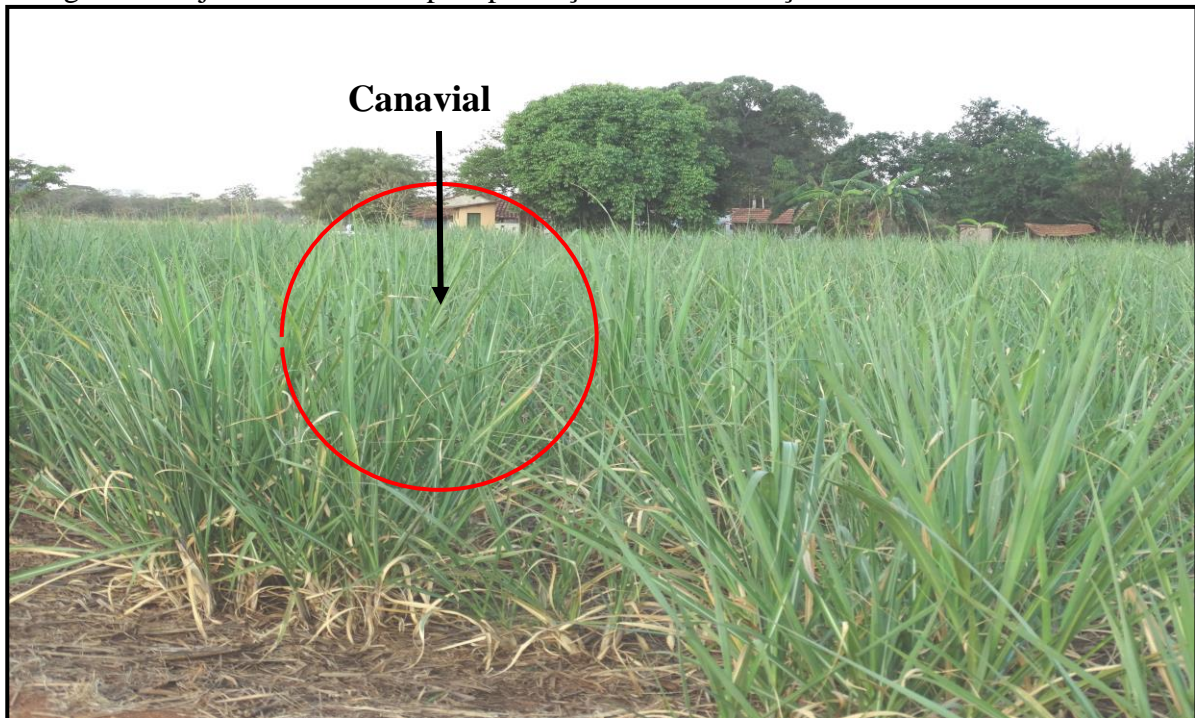


Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

Neste contexto algumas igrejas, escolas e diversas moradias estão à mercê da decadência. Os antigos quintais deram lugar a novos cultivos com interesse de lucro para os sujeitos, que adentraram nos lugares que antes sustentaram famílias camponesas. As novas atividades ocuparam as áreas dos antigos moradores que foram induzidos a migrarem para as cidades, pois não suportaram a pressão da modernidade.

Também há alterações nas práticas de lazer dos sujeitos do campo, como é o caso das atividades esportivas. Os campos de futebol que antes reuniam pessoas (jogadores e torcedores) em diversas localidades do Município, com o esvaziamento da população rural, em sua maioria já não existem, pois foram tomados por pastagem ou por produção agrícola (Foto 22).

**Foto 22** – Local onde situava o campo de futebol próximo a Venda<sup>29</sup> do Joaquim Rufino na região do Lajeado substituído pela plantação de cana-de-açúcar.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

Nos locais dos antigos campos de futebol, que no passado eram utilizados nos finais de semana para a disputa de campeonatos rurais ou jogos amistosos, estão ocupados por alguma atividade produtiva, dentre as quais a cana-de-açúcar (foto 22). Os jogos eram entre os moradores de diversas regiões, pois existia a troca de partidas, em que uma equipe de uma determinada região visitava a de outra e vice-versa. A peculiaridade desses jogos era o combinar das partidas que aconteciam via programa da rádio Modulação em Amplitude (AM), por um radialista, que recebia *notinha* de certo time que teria interesse em jogar com outra equipe. Cabia ao locutor fazer a combinação de data e horários respectivamente, entre as equipes interessadas.

Alguns sujeitos ainda residem no campo, porém com atividades ligadas a agroindústria. Na situação de trabalho na Usina CEM no Município e moradia no campo, entrevistamos o sujeito 09<sup>30</sup> que reside num Povoado no Município de Morrinhos e trabalha na referida Usina com deslocamento diário de sua residência à cidade de Morrinhos, em que usa o transporte da usina até a “frente” de trabalho no campo.

Moro num povoado no Município de Morrinhos, eu prestava serviço de cozinheiro na Pousada do Rio Quente. Entrei na usina para trabalhar como motorista na área agrícola, devido ao melhor salário, com carga horária de quarenta e duas (42) horas semanais. As horas extras acontecem no período de troca de turno. A usina oferece banheiro e refeitório na área agrícola. Quando precisei de atendimento médico, foi

<sup>29</sup> Armazém secos e molhados, muito comum nos povoados rurais em Goiás.

<sup>30</sup> Morador do campo e funcionário da usina. Tem 28 anos de idade e Ensino Médio completo.

realizado na sede da usina. O ponto positivo de trabalhar na usina se deve por pagar salário acima da média da região e o ponto negativo se decorre da insegurança da empregabilidade no final de cada safra. (Entrevista, 2015).

O trabalhador supracitado continua morando no campo e prestando serviços na Usina CEM, o que contribui para a permanência de toda a sua família no campo. O fato decorre devido aos preços de imóveis e aluguéis que aumentaram na cidade de Morrinhos, a partir da chegada do setor sucroenergético no Município, sendo que o entrevistado tem casa própria no Povoado.

Enquanto alguns trabalhadores da usina têm atividades ou relações diretas com o campo, outros residem na cidade de Morrinhos e prestam serviços na área agrícola da usina. Neste contexto entrevistamos o sujeito 10<sup>31</sup> que descreveu:

Antes de trabalhar na usina eu prestava serviço em uma Cooperativa de laticínios na cidade de Morrinhos. A opção pela usina se deve por receber acima de dois salários mínimos além de ganhar por produtividade. A usina oferece banheiros e refeitório na área agrícola, além de curso para prevenção de acidentes e encontros motivacionais. Quando precisei de atendimento médico fui atendido pela ambulância da empresa. (Entrevista, 2015).

Diante dessa configuração, é importante perceber que a venda da força de trabalho e o fato de deslocar-se dentro do território morrinhense possibilita uma dinamicidade na relação campo/cidade que se dá pelas necessidades de cada sujeito envolvido na lógica do capital.

A circulação das forças de trabalho é o momento da submissão do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital e das crises periódicas, se desloca de uma esfera de atividade para outra; ou por vezes aquele em que sucede o trabalhador ser “sensível” a toda variação da sua força de trabalho e da sua atividade, que lhe deixa antever um melhor salário. (GAUDEMAR, 1977: 194 apud AZEVEDO, 2013, p.182).

Neste contexto, observamos que a base salarial paga aos trabalhadores que foram entrevistados, da parte agrícola da CEM é relativamente melhor do que das empresas da região, porém a insegurança desses trabalhadores no final de cada safra é aparente.

---

<sup>31</sup> Morador da cidade de Morrinhos com 25 anos de idade tem curso superior completo.

### 3.1 A Ação Destrutiva do Capital na Educação do Campo no Município de Morrinhos

As transformações socioespaciais induzidas pela modernização do campo contribuem para alterações contínuas no território. Na perspectiva dessas transformações no Município de Morrinhos, foi pesquisado o caso das Escolas rurais e constatou-se que no ano de 1993, existiam 79 escolas de Ensino Fundamental instaladas no campo, porém esses números começam a se transformar com a política da Prefeitura Municipal. Atualmente existem apenas 03 Unidades Escolares, pois nesse período foram desativadas 76 escolas. Além do deslocamento compulsório de milhares de famílias para as áreas urbanas, as que ainda residem no campo enviam seus filhos para estudarem em escolas urbanas, pois o Município oferece transporte diário aos estudantes do campo para o estudo na cidade<sup>32</sup>.

As áreas onde situavam as escolas desativadas voltaram a ser disponibilizadas aos proprietários das terras. Como citado no Projeto de Lei nº 2.127, de 05 de janeiro de 2007, em que o prefeito em exercício envia ao presidente da Câmara de Vereadores para apreciação.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Morrinhos,  
 01. Grande parte das Escolas Municipais de Ensino Fundamental situadas na Zona Rural estão desativadas ou em via de desativação, tendo em conta o baixo número de alunos por unidade e o incremento do transporte escolar municipal, que levam os alunos da zona rural para estudarem na zona urbana.  
 02. Tal panorama, da forma como se apresenta, constitui verdadeiro encargo aos cofres públicos, posto ser inviável manter merendeira e professora para uma Escola que somente tem três alunos ou menos, em região que é servida pelo referido transporte escolar.  
 03. Tal projeto então legaliza a desestruturação dessas Escolas, ao passo que desafeta os imóveis públicos onde algumas se localizam, para que tenham melhor destinação, consoante o interesse público. Finalmente, cite-se que os tijolos e telhas das Escolas desativadas (bens móveis sujeitos à mobilização), que inclusive já estão em estado precário, poderão ser doados a terceiros interessados, consoante demonstra o texto do Projeto de Lei.  
 04. Em razão do exposto, considerando o artigo 62, III, da Lei Orgânica do Município de Morrinhos, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 2.127, de 05 de janeiro de 2007, para apreciação da Câmara Municipal de Morrinhos.  
 ROGÉRIO CARLOS TRONCOSO CHAVES =Prefeito= (Prefeitura Municipal de Morrinhos, 2007, p. 5).

<sup>32</sup> Os alunos que não estudam nas escolas do campo, são deslocados diariamente para as escolas da cidade de Morrinhos pelo transporte escolar oferecido pela Prefeitura e/ou empresas terceirizadas. De acordo com dados da Secretaria de Educação do Município, no primeiro trimestre de 2015, foram atendidos 709 alunos, de várias regiões do Município, com 7.751 Km/dia percorridos. Segundo Vasconcellos (1997, p. 37) “O transporte escolar deve ser entendido como parte integrante do sistema educacional, do próprio direito à escolarização conforme previsto na Constituição, e não apenas como “auxílio suplementar” ao educando”.

Após o pedido para desativar as unidades escolares do campo, foi criada a Lei Municipal nº 2.282 de 29 de janeiro de 2007 e atualizado conforme a Lei nº 2.668, de 20 de agosto de 2010 que desativou setenta e seis 76 escolas rurais. A Lei foi sancionada, na qual ficou definido no “Art. 1º Ficam as seguintes Escolas Municipais (conforme Lei) de Ensino Fundamental, situadas no campo em suas respectivas regiões, desativadas”:

Manoel Isaias (Paraíso); Juca Rosa (Santa Rosa); Dona Mariquinha Nunes (Santa Rosa); Santa Rosa (Santa Rosa); Maria Amélia de Moraes Almeida (Areia); Maria Abadia de Jesus (Cerradão); Professor José do Nascimento (Cerradão); Santo Antonio (Santo Antônio); 21 de Abril (Cerradão); João Batista de Souza (Araras); Antonio José Lopes (Araras); Agenor Braga (Abreus); Flavio Luiz Saran (Três Barras); Sebastião Dionízio de Melo (Araras); Joaquim Belchior de Souza (Araras); Jose Luiz Ferreira (Araras); Antonio Manoel Gonçalves (Vinagre); Manoel Agostinho da Cunha (Vinagre); Totó Caiado (Barreiro); Florêncio Cruvinel de Lima (Piracanjuba); Chapadão (Chapadão); Carlos Melquiades dos Santos (Vera Cruz); São Sebastião da Vera Cruz (Vera Cruz); Boa Esperança (Bom Jardim da Barra); Divino Pai Eterno (Formiga); Joaquim Amaro da Silva (Bom Jardim das Flores); Raimundo Marques Pereira (Bom Jardim das Flores); Arthur da Costa e Silva (BR 153, Km 123); Rufino Alves da Silva (Bom Jardim da Barra); Manoel Lemos de Mendonça (Borá); 31 de Março (Baixa Verde); Floriano Peixoto (Baixa Verde); Dês. Saturnino de Azeredo (Serra); Prof. Julio Lopes Zedes (Serra); Bertolino Vicente dos Santos (Cervânia); Felício Chaves (Tabocas); Serra (Serra); Elias Luiz da Silva (Serra); Fazenda Paraíso (Paraíso); Clarindo Jesuíno de Souza (Povoado Jardim da Luz); Fazenda Mimoso (Fazenda Mimoso); São João (Buriti do Retiro); Samambaia (Samambaia); Santa Cruz (São Domingos); Maria Amélia Costa (Lageado); José Bernardino de Souza (Paraíso); Alfredo Lopes de Moraes (BR 153, Km 130); Córrego Fundo (Córrego Fundo); Cândido Matias (Macacos); Córrego do Lageado (Lageado); Professora Zilda Diniz Fontes (Lageado); Ponte Grande (Ponte Grande); João Rosa Campos (Macacos); Francisco Januário de Barros (Fazenda Contendas); Eduardo Rodrigues da Silva (Lageado); Lageado (Lageado); Uchoa (Uchoa); Almas (Fazenda Almas); Córrego do Retiro (Serra); Formiga (Formiga); Patrimônio do Aterro (Morro Alto); Vera Cruz (Vera Cruz); Areias (Areia); Manoel José do Carmo (Córrego Fundo); Bom Jardim da Barra (Bom Jardim da Barra); Comunidade Santa Rosa (Santa Rosa); Barreiro II (Barreiro); Francisco Martins Costa (Barreiro); Barreiro (Barreiro); Barreiro João José (Barreiro); Joana D’arc (Fazenda Cachoeira); Dona América (Fazenda Piracanjuba); Joaquim Rodrigues de Godoi (Mata dos Godoi); Adriano (Fazenda Piracanjuba); Piedade (Sombra da Mata); Agrícola de Morrinhos (Tijuqueiro). (Prefeitura Municipal de Morrinhos, 2007, p.1-4)

Em relação às edificações, onde funcionavam as escolas mencionadas, existe atualmente uma diversidade na adequação das mesmas, algumas se tornaram moradias dos proprietários das fazendas e/ou funcionários (Foto 23), enquanto outras estão em ruínas (Foto 24) ou foram demolidas (Foto 25).

**Foto 23** – Moradia onde funcionava a Escola da região da Matinha – Morrinhos/GO.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

**Foto 24** - Escola Samambaia às margens da BR-153 – Morrinhos/GO.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

**Foto 25** – Ruínas da Escola na região da Formiga – Morrinhos/GO.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

A edificação da antiga escola da região da Matinha está sendo habitada por pessoas da Comunidade local. Observamos que na atual residência tem energia elétrica e a água, consumida é de poço (cisterna), que é sugada por uma bomba elétrica. Outro exemplo é a antiga Escola Municipal Samambaia, que está localizada na região com o mesmo nome, às margens da BR-153 e a quatro Km da unidade processadora de cana-de-açúcar da Usina CEM. Com os trabalhos nas obras da duplicação da BR, o imóvel foi usado pelos trabalhadores como alojamento, com a conclusão da obra a edificação foi entregue ao proprietário da terra. Atualmente a edificação está em ruínas, servindo de dormitório para andarilhos que percorrem a BR.

No que se refere ao imóvel da escola da região Formiga, o mesmo foi demolido pelos funcionários da fazenda, pois estava sendo usado casualmente por pessoas desconhecidas. O setor sucroenergético não influenciou no fechamento das escolas, pois quando a Usina chegou no Município as mesmas já estavam em decadência. Percebe-se que a maioria das escolas do campo não foram mantidas por falta de políticas públicas voltadas ao setor, além dos fazendeiros que não têm mais interesses em manter as instituições de ensino em suas terras. “A Educação como política pública não faz parte dos interesses do

agronegócio porque esta dimensão territorial não está contemplada em seu modelo de desenvolvimento”. (FERNANDES, 2001, p. 21)

Porém ainda encontram em funcionamento no Município de Morrinhos algumas unidades escolares no campo. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação (2015) são três escolas, totalizando 79 alunos (Tabela 05).

**Tabela 05** – Escolas Rurais no Município de Morrinhos/Goiás.

Nº	Escola	Total de alunos
01	Escola Municipal José Cândido da Silva (Trevo de Pontalina)	17
02	Escola Municipal Vereador Deusdete Damacena (Povoado do Rancho Alegre)	30
03	Escola Municipal Lindolfo Alves Pinto (Povoado de Marcelânia)	32
TOTAL GERAL		79

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Organização: MARCELINO, M. A. 2015.

Percebe-se então, que a reestruturação econômica do Município, obrigou o setor público a alterar a logística escolar, reduzindo a oferta do Ensino Fundamental no campo e passando a oferecer transporte diário aos alunos para estudarem na cidade de Morrinhos.

### 3.2 A Importância da Pecuária Leiteira no Município de Morrinhos

Na pecuária leiteira goiana o Município de Morrinhos juntamente com os Municípios de Piracanjuba e Jataí são versados como polos da produção. Os respectivos Municípios são responsáveis por significativa parcela da produção de leite e derivados no Estado de Goiás e no Brasil (Tabela 06).

**Tabela 06** – Produção de Leite nos Municípios Brasileiros em 2013.

Classificação	Municípios	Milhões litro/ano
1º	Castro – PR	230.700
2º	<b>Morrinhos – GO</b>	<b>165.495</b>
3º	Patos de Minas – MG	155.023
4º	Piracanjuba – GO	147.490
5º	Jataí – GO	143.100

Fonte: Revista Balde Branco/IBGE/Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM.

Organização: MARCELINO, M. A. 2016.

No ano de 2013 os Municípios de Morrinhos (165,5 milhões/ano), Piracanjuba (147,5 milhões/ano) e Jataí (143,1 milhões/ano), destacaram entre as cinco primeiras bacias leiteiras do país, trazendo divisas econômicas para Goiás e para a região Sul do Estado.

A pecuária leiteira e a industrialização do leite *in natura* em Morrinhos e Municípios circunvizinhos são feitas pela Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Morrinhos (COMPLEM), referência na compra direta do leite do produtor. A COMPLEM tem suas atividades relacionadas ao cooperativismo na recepção de leite e industrialização dos derivados do produto, exercendo importante função na geração de divisas econômicas para o Município e região.

Em 1975, a Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, então conhecida como Paulista comprou um galpão onde funcionavam máquinas de arroz e um armazém de grãos, pertencentes a uma antiga Cooperativa local, chamada Capsul. A partir da aquisição desse galpão deu-se início à construção de um posto de resfriamento, que entraria em funcionamento em agosto de 1976. Já no primeiro dia de recepção, contam os pioneiros, foram entregues 2 mil e 300 litros de leite. No início do ano de 1978, a Diretoria da Capsul alugou o referido imóvel e o mesmo foi comprado da Cooperativa Central. Tinha início então a mudança de razão social de Capsul para Complem, que se deu exatamente no dia 26 de junho de 1978, durante reunião devidamente registrada em ata. Surgia assim, a Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos, a Complem, que durante vários anos foi uma das afiliadas da Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, CCL/SP, situação que perdurou até dezembro de 2002, quando reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, os associados decidiram pelo rompimento com a CCL/SP. Hoje, cerca de 70% do leite captado pela Complem é industrializado em sua Fábrica de Laticínios, que faz parte do seu Complexo Industrial, localizado no Distrito Agroindustrial de Morrinhos – Daimo e os outros 30% vendidos a terceiros como leite resfriado (spot). O produto que marca sua entrada na industrialização de leite e derivados é o leite pasteurizado em embalagem sachet (saquinho plástico), com a marca Complete, em abril de 1990. (COMPLEM 2011, p. 01).

A COMPLEM nos últimos anos, adequando ao novo modelo de mercado, passou a exigir dos produtores a instalação de tanques de expansão<sup>33</sup> e recolhimento do leite em caminhões tanque. Essa condição gerou uma seletividade que excluiu alguns pequenos e médios produtores que não conseguiram suprir as exigências. Segundo Rodrigues (2003) esta é uma lógica da modernização da pecuária leiteira a partir da ação da agroindústria em Goiás. A cadeia produtiva leiteira como um todo é apresentada por Bressan; Verneque; Moreira (1999) *apud* Paula (2002, p. 58), em três categorias de empecilhos relativos ao produtor:

A primeira categoria se revelou pelas dificuldades e restrições que se antepuseram aos produtores, usualmente situados a montante da fazenda, tais como: insuficiência de recursos financeiros para implementar atividades e desenvolvimento da produção de leite, falta de insumos e seus elevados custos, pouca oferta de serviços e mecanização, deficiência profissional de assistência técnica na profissionalização da pecuária leiteira, falta de políticas eficientes para o setor produtivo, escassez de laboratórios que destinam a diagnosticar o controle do rebanho, visando o aperfeiçoamento de exames laboratoriais de características físico-químicas e sanitárias do leite *in natura*. A segunda categoria é a da própria fazenda, onde

<sup>33</sup> Também chamado de tanque de resfriamento ou tanque de expansão direta, é um equipamento que recebe e estoca o leite a granel, dispensando o uso do latão. Esses tanques são instalados nas propriedades rurais ou em Comunidades, visando, neste caso, atender a grupos de produtores. (EMATER, 2015).

diversidade de problemas que nela ocorreram têm dificultado a competição, a sobrevivência, a expansão das suas atividades. Questões que certamente o produtor se põe a respeito do processo produtivo como um todo, envolvendo o tipo de gado que usa e sua aptidão genética para produzir leite, as condições das pastagens e da suplementação alimentar oferecidas, recursos financeiros para a adoção de tecnologias, preços pagos ao leite vendido no mercado. A terceira categoria apresentou os problemas a jusante da produção, isto é, fora das porteiras da fazenda, que envolveram as seguintes questões: carga tributária elevada, baixo nível de organização dos produtores, informação e comunicação deficientes, mercado insuficiente, estrutura de estradas precária, falta de marketing do leite, deficiência no sistema de coleta e baixo preço pago ao produtor. (BRESSAN; VERNEQUE; MOREIRA, 1999 apud PAULA, 2002, p. 58).

O que justifica essa realidade no Município de Morrinhos são o desestímulo em relação à atividade leiteira e as migrações para laticínios concorrentes da região, além da necessidade de modernizar e conseguir cumprir com as obrigações contratuais na compra de equipamentos (ordenhas e tanques de expansão) e, ainda, se deve a falta de mão-de-obra no setor. De acordo com informações de parte de produtores não há interesse de pessoas trabalharem no campo, pois a cidade lhes proporciona comodidade. Alguns culpam as políticas sociais e os direitos trabalhistas para justificar essa carência. Outros apontam a falta de estabilidade no preço do leite *in natura*.

De acordo com a Revista Balde Branco (2015) no mês de outubro do mesmo ano o leite *in natura* no Estado de Goiás estava sendo pago ao produtor numa média de 0,969 o litro, sendo que no mês seguinte o preço estava 0,948. Apresentando uma variação de -2,11%. Os fatores mencionados são primordiais para a redução de fornecedores de leite (Tabela 07).

**Tabela 07** – Cooperados Ativos e Produção Leiteira da COMPLEM de 2001 a 2013.

Ano	Número de cooperados ativos	Produção leiteira/ano	Produção (litro) média por produtor
2001	1.958	102.895.884	52.551
2002	1.933	92.746.675	47.980
2003	1.841	93.878.119	50.993
2004	1.992	96.749.549	48.569
2005	1.741	104.637.016	60.101
2006	1.682	104.669.933	62.229
2007	1.576	101.963.229	64.697
2008	1.534	107.202.605	69.884
2009	1.526	115.475.956	75.672
2010	1.565	115.084.001	73.536
2011	1.485	105.672.297	71.159
2012	1.331	99.178.914	74.514
2013	1.225	93.792.533	76.565

Fonte: COMPLEM.

Organização: MARCELINO, M. A. 2015.

De acordo com os dados apresentados observa-se que ocorreu uma considerável redução do número de cooperados ativos no período entre 2001 e 2013, que se deve aos

produtores que migraram para outros laticínios ou deixaram a atividade. Por outro lado, a produção teve aumento por produtor, o que se deve a modernização, dos que continuam na atividade leiteira. Essas situações de instabilidade são uma realidade no sistema agropecuário do Estado de Goiás e do Município de Morrinhos, respectivamente, constatado por Paula (2002, p. 52).

A modernização da pecuária leiteira [...] caracterizou-se pela introdução de ordenhadeiras mecânicas, de tanques de resfriamento de leite e pelo uso de inseminação artificial. Essas inovações possibilitaram aumento da produção de leite no Estado de Goiás e que continuaram ao longo das últimas décadas. Mesmo havendo incremento na produção, o quantitativo de pessoas ligadas à atividade não aumentou.

Paula (2002, 61) ainda observa que é:

Importante ressaltar que, além das pastagens plantadas e dos silos para forragens, a pecuária de leite é também influenciada pelo padrão genético do rebanho, pela alimentação, pelos cuidados higiênico-sanitários, pelas instalações dos estabelecimentos rurais, pela ordenha, e pelo uso de inseminação artificial, fatores determinantes no aumento de produção de escala e produtividade.

Assim na lógica modernizadora do capital a desistência de alguns produtores e a garantia de ascendência de outros é sistêmico, já que na ordem do capitalismo a modernização é excludente e concentradora, como afirma Meszáros (2000). Se alguns produtores perdem com o processo, outros beneficiados concordam com a condição, como pode ser visto em uma entrevista com uma produtora do Município. (Sujeito 11).

Tenho 38 anos de idade, com curso superior incompleto. A nossa propriedade é de 37 ha, a moradia é no campo, pois é onde temos a nossa atuação no trabalho. Investimos na modernização da atividade leiteira, porque a mesma é a principal fonte de renda da propriedade. (Entrevista, 2015).

Para fomentar a produção de leite e evitar a desistência de fornecedores e estimular a tecnificação ao produtor, a partir de várias linhas produtivas a COMPLEM, promove desde o ano de 2011 a Tecnoleite (Foto 26) que é uma feira aberta a todos os interessados em participar. “O objetivo é reunir agricultores, pecuaristas, pesquisadores e todos da cadeia produtiva do agronegócio para multiplicação de informações e promover o acesso a novas tecnologias, principalmente voltadas para gestão eficiente.” (COMPLEM, 2016, p. 1).

**Foto 26** – Feira Tecnoleite/COMPLEM Município de Morrinhos – 2015.

Fonte: Disponível em: <<http://www.tecnoleitecomplem.com.br>>.

Os resultados da Tecnoleite/COMPLEM são apresentados na Tabela 08.

**Tabela 08** – Resultados da Tecnoleite 2011 a 2015.

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Expositores	38	59	81	102	117
Investimento	213.000,00	384.000,00	900.000,00	1.048.000,00	864.000,00
Comercialização	3.000.000,00	4.500.000,00	16.000.000,00	24.000.000,00	38.000.000,00
Público	5.000	8.000	12.764	13.487	16.250

Fonte: Tecnoleite/COMPLEM.

Elaboração: MARCELINO, M. A. 2015.

Analisando a evolução da Tecnoleite, percebemos que no primeiro evento teve-se um quantitativo menor de expositores, tendo crescimento a cada ano subsequente, o que se deve às comercializações que se iniciaram no ano de 2011 com 3 milhões e chegando a 38 milhões no ano de 2015. Os investimentos foram reduzidos na última edição (2015), devido a estrutura montada nos anos anteriores, pois as duas primeiras edições do evento foram realizadas no galpão da feira coberta no centro da cidade de Morrinhos. Com a intensificação da feira em número de expositores e comercialização, a COMPLEM adquiriu uma área rural, para melhor estruturar o local dos eventos.

A chegada do setor sucroenergético no Município de Morrinhos influenciou na redução de produtores de leite e na produção respectivamente, pois alguns sujeitos

arrendaram terras para o setor sucroenergético, enquanto outros deixaram a atividade leiteira para trabalhar na Usina.

### 3.3 Os Desdobramentos do Setor Sucroenergético na Produção Leiteira no Município de Morrinhos

O avanço do setor sucroenergético no Município de Morrinhos impactou na produção leiteira, com possíveis reflexos na COMPLEM. Neste caso foi feita uma análise em relação ao abandono de alguns produtores da atividade. Foi possível levantar que esses produtores, arrendaram suas terras para o plantio da cana-de-açúcar (Foto 27), entendendo que é mais rentável, enquanto outros se tornaram trabalhadores na parte agrícola da usina.

**Foto 27** – Propriedade que abandonou a atividade da pecuária pela cana-de-açúcar – Morrinhos/GO.



Autor: MARCELINO, M. A. 2014.

O proprietário dessa fazenda reside atualmente no Estado de São Paulo, apresentou interesse em arrendar suas terras para atividade canavieira, devido às vantagens proporcionadas. O rebanho bovino era bem diversificado com criação de gado holandês, girolando e nelore. Com a nova atividade, parte do rebanho foi vendido, enquanto o restante foi transferido para o Estado do Tocantins para outras propriedades.

Alguns proprietários rurais trabalham na usina e conservam a moradia no campo mantendo atividades complementares como: plantação de eucalipto; criação de gado de corte; porcos e galinhas, deixando assim a atividade leiteira pela falta de tempo disponível para tal. Em outras situações alguns sujeitos que trabalham na usina e tem propriedade no campo, mudaram para cidade de Morrinhos, porém mantém a produção no campo com atividades que não exigem a presença diária, ou seja, deixou de ser fornecedor de leite para a COMPLEM para ser funcionário da usina. Neste contexto, um produtor do campo (Sujeito 12)<sup>34</sup> e funcionário da usina relata que:

A minha propriedade é de 32 ha, resido na cidade de Morrinhos devido ao emprego na usina. Deixei a atividade leiteira desde quando tive a oportunidade de trabalhar na usina, com carga horária semanal de quarenta e quatro (44) horas semanais, tenho a função de motorista na área agrícola, com salário de R\$ 1.372,00, recebemos incentivo pelo empenho do serviço prestado. A usina oferece banheiros e refeitório na área agrícola, além de palestras e encontros motivacionais e cursos de prevenção de acidentes. A assistência médica é feita na própria empresa ou somos encaminhados para o hospital municipal de Morrinhos. Desloco da cidade para a fazenda de dois em dois dias, onde crio gado de corte e tenho plantação de eucalipto, que se deve a não permanência diária na fazenda. Além, disso tenho rentabilidade nessas produções. Antes de trabalhar na usina eu morava na fazenda e tirava leite. (Entrevista, 2015).

Nessa situação, o discurso é que algumas propriedades que antes produziam leite agora têm seus proprietários como funcionários da Usina. Fato interessante é que em três casos pesquisados parte da família foi empregada no setor sucroenergético, considerando o emprego como complemento da renda.

Em diferentes situações, mas com aspectos semelhantes outros sujeitos estão reduzindo, a produção de leite ou abandonando a atividade, para arrendar parte das terras para a produção de cana-de-açúcar. De acordo com três proprietários pesquisados obtivemos uma resposta em comum “[...] o arrendo da terra é vantajoso, pois não precisa trabalhar na terra para ganhar o dinheiro que é mais do que conseguia na produção de leite”. Como relata um arrendatário (Sujeito 13)<sup>35</sup>:

A minha propriedade é de 100 ha, sendo que 80% é arrendado para a atividade canavieira, o restante produz leite (média de 50 litros/dia). Antes da cana eu produzia soja e leite, quando na época tinha uma produção leiteira relativamente alta. A opção pela cana se deve pela maior lucratividade no atual momento, sendo que o pagamento é mensal e estou recebendo em dia. A usina exige do proprietário a conservação das nascentes e que a propriedade esteja em dia com as leis ambientais. Tenho observado melhoria nas estradas rurais e valorização das terras. A usina não consome (diretamente) no comércio local. É necessário a construção de um anel

<sup>34</sup> Produtor rural e funcionário da usina tem 48 anos de idade e Ensino Médio completo.

<sup>35</sup> Arrendatário de terras para o setor sucroenergético e morador da cidade de Morrinhos.

viário para tirar o trânsito de veículos pesados da usina do centro da cidade de Morrinhos. (Entrevista, 2015).

Nessa condição, pautado em Calaça (2010), entendemos que a agroindústria atua diretamente na rearticulação territorial, colocando em questão os modelos anteriores, que passam a ter dificuldades de manutenção, como é o caso da atividade leiteira. O fato é que o grande capital, ao atuar em um determinado local o transforma econômica e socialmente, substituindo o modelo tradicional por um modelo que lhe confere maior rentabilidade. Como é possível observar os proprietários entrevistados, de certa forma, estão inseridos no setor sucroenergético, transformando as atividades e modo de vida anterior.

Os efeitos da modernização do campo se processaram em Morrinhos com o comprometimento da pequena propriedade e das transformações impostas aos sujeitos do campo. A principal alteração percebida nessa situação e o desligamento de parte dos antigos proprietários que migraram para a cidade. Porém, muitos ainda mantêm suas propriedades e sobrevivem da produção diversificada com destaque a produção de hortifrutigranjeiros que são comercializados nas feiras livres da região ou na cidade de Morrinhos. Nessa condição o cooperativismo garante a *(Re)Existência* desses sujeitos.

### **3.4 Cooperativismo:** estratégias de *(Re)Existências* das Comunidades Camponesas no Município de Morrinhos

Na concepção de Bialoskorski (2012) a cooperação, unicamente como um ato voluntário, pressupõe a interação dos cooperados no processo de educação, este como fator condicionante do sucesso. O autor defende a ideia da transformação do ambiente econômico, por meio de Cooperativas de consumo que acumulariam recursos suficientes, para que num segundo momento possa construir um sistema cooperativo de produção.

As Cooperativas são sociedades de pessoas, organizadas em base democráticas que visam não só suprir seus membros de bens e serviços, como também realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, portanto de sociedade de pessoas e não de capital sem interesse lucrativo e com fins econômicos-sociais na expectativa de amenizar os desequilíbrios sociais. (PINHO, 1982, p. 23).

Um dos fatores que condicionam a permanência de pessoas no campo no Município de Morrinhos, constatado em trabalho de campo, é a organização de uma Cooperativa de pequenos produtores. No ano de 1999 foi implantada a Cooperativa dos Agricultores Familiares do Assentamento Tijuqueiro (COOPERFAT), que é mantida por duas funcionárias e um diretor presidente<sup>36</sup>, além dos membros do Conselho.

---

<sup>36</sup> Divino Goulart da Silva que foi Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (FETAEG), no período de 1986 a 1992 (Ver em anexo 2 reportagem do jornal A classe operária Ano 64 –VI

A COOPERFAT começou suas atividades com 10 associados, atualmente (outubro de 2015) apresenta 213 pessoas cadastradas, sendo 60% homens e 40% mulheres. Os fornecedores são devidamente cadastrados na Cooperativa e mantém a produção agrícola, que contribui para permanência desses sujeitos no campo, mantendo as suas propriedades. Conforme entrevista com associados foi relatado a importância da COOPERFAT para que os cooperados possam manter a produção e continuar residindo no campo. (Sujeito 14)<sup>37</sup>.

A minha propriedade tem 24,9 ha. Resido no campo, pois não acostumei com o movimento da cidade, alugo parte da propriedade para atividade da pecuária e o restante cultivo banana para entregar na COOPERFAT. Perdi as forças por motivo de saúde e não consigo realizar outras atividades na propriedade. Tenho uma preocupação com a questão ambiental e isso é responsabilidade da sociedade. O poder legislativo não preocupa com a poluição e penaliza os pequenos proprietários que precisam produzir por necessidade ou desconhece a lei ambiental. Os grandes não se preocupam com o fato. Quem preserva deveria ter incentivos para manter a preservação. (Entrevista, 2015).

A COOPERFAT recebe do pequeno produtor cadastrado produtos diversificados (Foto 28) de fruticultura, hortifrutigranjeiros, guariroba, ovos, mandioca, batata e outros.

**Foto 28** – Depósito na sede da COOPERFAT – Morrinhos/GO.



Autor: MARCELINO, M. A. 2015.

Fase –Nº 10 de 25 de janeiro de 1989 página 14 Fetaeg: vitória da unidade); candidato a Senador da República pelo Estado de Goiás em 1994 pelo Partido Comunista do Brasil - PC do B; homenageado no ano de 2005, com Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira pela organização e luta do movimento em favor da terra e reforma agrária.

<sup>37</sup> Natural de Morrinhos, lavrador com 72 anos de idade. Ex Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos, foi homenageado no ano de 2005, com Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira pela organização e luta do movimento em favor da terra e reforma agrária. Ver em anexo reportagem do jornal A classe operária Ano 64 –VI Fase –Nº 10 de 25 de janeiro de 1989 página 20 “Combate à UDR é ainda frágil”.

A média de produtos recebidos pela Cooperativa é de 4 *ton* semanalmente, 16 *ton* mensalmente, 180 *ton* anualmente, podendo ter variação em determinados períodos do ano. Porém o(a) produtor(a) fica seguro em relação a venda de seus produtos, pois a comercialização aleatória pela cidade trazia insegurança aos mesmos. Nesse sentido, uma produtora (Sujeito 15)<sup>38</sup> relata:

Antes da Cooperativa (COOPERFAT) era muito difícil, porque agente trazia as coisas pra vendê na cidade e as pessoas não queria paga o preço que agente pedia. Vendia depois tinha que voltá pra pegar o dinheiro, as veiz nem recebia. Agora não agente trais as coisas aqui pra Cooperativa é o pagamento é garantido e no dia certo sem se preocupá. A gente fica até mais animada para trabalhar no dia a dia. (Entrevista, 2015).

Em relação a COOPERFAT o *site gl.globo.com*, publicou em 06 de janeiro de 2013, a reportagem intitulada “Produtores rurais aumentam renda através da agricultura familiar, em Goiás”. Relatando que:

Com a implantação do programa de agricultura familiar [...] alguns produtores rurais de Morrinhos, estão diversificando a atividade econômica na região e aumentando a renda. Todos os alimentos produzidos estão sendo vendidos no comércio local e também são entregues em escolas públicas. O superintendente municipal da agricultura familiar afirma que os cooperados estão satisfeitos com o apoio do governo federal. “Aqui antigamente era apenas uma região de produção de leite, mas com a chegada do programa os produtores diversificaram a atividade da região e, conseqüentemente, aumentaram a renda. Nós estamos felizes com a iniciativa”, declara. Na fazenda de uma agricultora beneficiada pelo projeto, o cultivo de maracujá é uma das principais fontes de renda. Anualmente, ela conta que colhe cerca de 10 mil quilos do fruto e, por isso, resolveu investir na produção de polpa. “Mudamos de São Paulo há 12 anos e começamos plantar frutas e vender. Depois de muitos pedidos, iniciamos a fabricação das polpas e, logo em seguida, com a ajuda do programa de agricultura familiar compramos uma polpadeira e aumentamos a produção”, revela. Já outro produtor rural pretende melhorar a produção de hortaliças através do incentivo do programa. “Tenho planos de ampliar a lavoura e melhorar as condições do plantio. Investir em tecnologia mesmo”, enfatiza o beneficiário. (*gl.globo.com*, 2013, p. 1).

Atualmente a COOPERFAT tem convênios com o Governo Federal e Municipal através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa a transferência em caráter suplementar, de recursos financeiros aos Estados e aos Municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos.

---

<sup>38</sup> Produtora rural que entrega sua a produção na COOPERFAT.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é um programa do governo federal que tem por objetivo oferecer alimentação saudável aos milhões de estudantes das escolas públicas de todo Brasil. Tem como principal objetivo a melhoria das condições de aprendizagem, ensinar práticas alimentares saudáveis aos alunos por meio de ações de educação alimentar e de alimentos que supram as necessidades nutricionais. O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA tem por objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, com a finalidade de atender a demanda de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar. Os participantes, agricultores enquadrados no PRONAF devem preferencialmente estar organizados através de grupos formais (Cooperativas e associações). (EMATER, 2015).

A proporção de alimentos entregue pelos associados a COOPERFAT atende parte (30%) da demanda da merenda escolar do Município de Morrinhos. Destaca-se que esta condição se enquadra no que é definido por Lei que obriga o Município a adquirir no mínimo 30% da merenda escolar das organizações camponesas.

Para efetuação dessa parceria é necessário uma chamada pública para aquisição de alimentação. A Prefeitura de Morrinhos publicou Chamada Pública, conforme Lei 11.947/2009 de nº 01/2015, a qual cita:

MUNICÍPIO DE MORRINHOS, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 01.789.551/0001-49, com sede na Rua Senador Hermenegildo, 160, Centro, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, [...] no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto na Lei 11.947/2009 e Resolução nº 38/2009 do FNDE, através de sua Secretaria Municipal de Educação vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao cumprimento das exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de Fevereiro de 2015 à Agosto de 2015. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, no período de 13 de Fevereiro de 2015 a 25 de Janeiro de 2015, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, à Comissão de Avaliação de Chamada Pública, na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Dom Pedro Segundo, S/N, Centro, Morrinhos-GO. Data de Abertura: 26 de Fevereiro de 2015.

1. OBJETO O objeto da presente Chamada é a Aquisição de Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar, diretamente da Agricultura Familiar e de Empreendedor Familiar Rural, que detenham Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP Física e/ou Jurídica, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, organizados em grupos formais e/ou informais, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme especificações do presente edital. [...]

#### **HABILITAÇÃO – GRUPO FORMAL DE AGRICULTORES FAMILIARES**

Os Grupos Formais proponentes da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II - Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica para associações e Cooperativas;
- III - Certidão Negativa de Débito Previdenciário (INSS), Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), Certidão Conjunta Negativa de Débitos junto à Receita Federal, Certidão Negativa de Débito Municipal, Certidão Negativa de Débito Estadual e Certidão Negativa de Débitos Tributários (CNDT). - Estatuto e

Ata de Posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de Cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;

V - Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (Anexo II);

VI - Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

VII - Cópia do RG e CPF dos representantes. Morrinhos - GO, 22 de Janeiro de 2015.

Rogério Carlos Troncoso Chaves=Prefeito, Fabiana Aparecida Nunes de Toledo=Secretária Municipal de Educação

(MUNICÍPIO DE MORRINHOS Estado de Goiás, 2015, p. 01).

Alguns dos gêneros alimentícios requisitados pela Prefeitura Municipal e a Secretaria de Educação do Município de Morrinhos, que geralmente são ofertados pela COOPERFAT em parceria com os produtores cadastrados, estão discriminados *na minuta do contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar* (Quadro 01) na chamada pública nº 01/2015 (2015. p. 15) para aquisição de alimentação, conforme a Lei 11.947/2009.

#### Quadro 01 – Gêneros a serem adquiridos para alimentação escolar 2015.

Descrição
<b>Abacaxi</b> , de boa qualidade (1,500kg), fresco, compacto e firme, isento de sujidades, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, acondicionado em embalagem própria.
<b>Abóbora Verde</b> , de boa qualidade, aspecto e sabor próprio, tamanho uniforme, isenta de enfermidades, com ausência de sujidades, parasitas, larvas e material terroso, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, acondicionados avulsa ou em sacos plásticos.
<b>Abóbora Kabotíá</b> , de boa qualidade, cor alaranjada, cheiro, aspecto e sabor próprios, isenta de sujidades, parasitas, larvas e material terroso, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte.
<b>Alface</b> de boa qualidade, coloração uniforme devendo ser bem desenvolvida, umidade externa normal, com ausência de sujidades, parasitas larvas e material terroso, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, acondicionada em caixas.
<b>Banana Maçã</b> (120g) em pencas, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, acondicionada em pencas avulsas.
<b>Banana da Terra</b> em pencas, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, acondicionada em pencas avulsas.
<b>Cheiro verde</b> fresco, de primeira, de tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, de umidade externa normal, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionada em embalagem adequada.
<b>Chuchu</b> , de primeira, apresentando tamanho, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvido, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionado em embalagem própria.
<b>Couve</b> de primeira, compacta e firme, sem lesões de origem física, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isentas de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada em caixas próprias.
<b>Laranja</b> de ótima qualidade (170g), fresca, compacta e firme, isenta de sujidades, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida.
<b>Mamão Formosa</b> de aspecto globoso, de cor própria classificada como fruta com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, de boa qualidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas, sem lesões de origem física, acondicionada em embalagem própria.
<b>Mandioca</b> de qualidade, aspecto alongado, de boa qualidade, com cozimento garantido, compacta e firme, sem casca, isenta de material terroso, parasitas, mofos e sem partes arroxeadas, sem folhas e talos.
<b>Melancia</b> de aspecto globoso, de polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, de boa qualidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas
<b>Milho verde</b> de primeira (200g), apresentando tamanho, cor e com formação uniforme, devendo ser bem

desenvolvida, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionado em saco plástico.
<b>Ovo</b> , caipira, grande, sem rachaduras, livres de sujidades, acondicionada em cartelas limpas e com bom estado de conservação.
<b>Repolho</b> de primeira, apresentando tamanho, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvido, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionado em embalagem própria.
<b>Vagem</b> de primeira, fresca e firme, sem rachaduras e outras lesões, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionada em embalagem própria.

Fonte: Município de Morrinhos, Estado de Goiás, 2015.

Organização: MARCELINO, M. A. 2016.

Segundo informação da diretoria, a COOPERFAT sempre está apta para concorrer a Chamada Pública, pois mantém com rigor as exigências supracitadas pela Prefeitura de Morrinhos. Neste contexto a COOPERFAT configura-se como promotora do fomento a geração de renda para os pequenos produtores do Município. Nesse sentido, pode-se considerar que o sistema de Cooperativa se enquadra a resistência ao modelo capitalista de produção no campo, já que propicia a manutenção do pequeno produtor no campo e com uma renda mensal que dificilmente conseguiria na cidade.

A partir do ano de 2010 foi realizada uma parceria entre a COOPERFAT e a COMPLEM, porém alguns associados vendem o leite *in natura* (Tabela 09) num tanque de expansão da COOPERFAT que é encaminhado para a COMPLEM.

**Tabela 09** – Leite *in natura* entregue pelos produtores à COOPERFAT - 2010 a 2014.

Ano	Quantidade de leite <i>in natura</i> /ano
2010	888.575
2011	594.225
2012	549.801
2013	427.317
2014	317.310

Fonte: COOPERFAT.

Organização: MARCELINO, M. A. 2015.

O leite vendido em maior quantidade para a COMPLEM pode ter um preço melhor (10%) em referência aos produtores que entregam individualmente, sendo esse o principal motivador dessa parceria. Nessa lógica, entendemos que há uma complexidade ao discutir o impacto da modernização do campo no Município de Morrinhos, por mais que seja evidente, existem outras formas de organização contrárias a essa condição. Os movimentos de *(Re)Existências* sempre ocorreram em Goiás e Morrinhos faz parte dessa história de luta. Se na atualidade o setor sucroenergético representa a força destruidora do capital no Município, o cooperativismo a contrapõe, na *eterna* luta do Capital x Trabalho.

Nosso ponto de vista sobre essa realidade acompanha o pensamento de Mészáros (2000, p. 58) “O capital é expansionista, incontrolável, incorrigível e insustentável”. Por isso, nos postamos a favor dos movimentos sociais que na sua difícil batalha defende os interesses dos renegados pelo capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para formalizar os resultados desta pesquisa é necessário uma observação que abrange a sua estrutura. Espera-se que tais apontamentos possam ser instrumentos de discussões, que possam ser incitadas ao contínuo da pesquisa. É importante ressaltar que a proposta da pesquisa foi compreender a territorialização do setor sucroenergético no Município de Morrinhos, no contexto da modernização do campo sob as diretrizes da reestruturação produtiva do capital no Brasil. Outro elemento estudado que contrapõe as forças do capital é a importância da agricultura familiar camponesa para manter os sujeitos no campo através de organizações sociopolíticas para trazer dignidade humana e relativa autonomia em relação ao capital.

Para realização dessa discussão dividimos em três momentos, que correspondem aos três capítulos apresentados. No primeiro momento ao discutir a inserção do Município de Morrinhos no contexto da modernização do campo em Goiás sob os ditames da reestruturação produtiva do capital, mostramos que o avanço da modernização do campo em Morrinhos compõe uma lógica da expansão do capital internacional no Brasil.

Tal situação cobrou um apontamento teórico que direcionou a discussão para os atores que promoveram a inserção de Goiás na dinâmica estrutural do capital internacional no Brasil. Nesse contexto o Estado, pela via das políticas estatais, foi apontado como o ente direcionador dessa processualidade, o que incluiu o Município de Morrinhos na rota do avanço do capital. Primeiramente pela infraestrutura criada para a produção de grãos e, depois, pelo aproveitamento desta, para a expansão do setor sucroenergético.

No segundo momento, depois de direcionada a interação do avanço do setor sucroenergético no Município de Morrinhos com o movimento do capital internacional no Brasil, foi feita análise da territorialização desse setor no Município. Nessa discussão, levantou-se o processo de avanço do setor, sua materialização no território, assim como, a sua ação transformadora da estrutura anterior, que impactou a vida de diversas pessoas que viviam no e do campo.

Outra realidade que também foi levantada são os impactos ambientais causados pelo setor sucroenergético no Município, que embora exista uma legislação municipal reguladora, essa é simplesmente ignorada sendo que as sanções não são impostas. Há uma conivência dos órgãos públicos com essa condição, fato que se deve a força econômica e política que o setor desempenha no Município. Nesse caso, o discurso de estar contribuindo com a sociedade morrinhense, oculta as ações destrutivas.

Atento ao fato aludido desenvolveu-se no terceiro momento uma discussão que contrapõe a retórica desenvolvimentista do grande capital, que prega as melhorias sociais trazidas ao Município pelo setor sucroenergético. O debate promovido acompanha a postura política do pesquisador, apoiando a organização da pequena produção, ao apresentar o sucesso da COOPERFAT na melhoria de qualidade de vida dos pequenos produtores/camponeses do Município, possibilitando suas permanências no campo. Nessa lógica defende-se que a Cooperativa é inclusiva daqueles que são excluídos do benefício do grande capital e, assim, permite a reconstrução de uma existência destruída pelo capital. Entende-se então que a COOPERFAT está inserida na lógica das *(Re)Existências* apontada por Mendonça (2004).

Feitas essas considerações, cabe aqui, relatar a importância dessa pesquisa para o pesquisador. Muito além da possibilidade de um título e da ascensão de uma carreira acadêmica, esta propiciou compreender a realidade que compõe a existência desse pesquisador, que desde criança acompanhou diariamente o caminhar das transformações territoriais aqui discutidas. Agora, com a pesquisa, o olhar já não é ingênuo e o perceber já não é superficial. De agora em diante a responsabilidade é maior, já que entendemos que mais do que um *amontoado de escritas* uma pesquisa, vale também, enquanto ação política.

Espera-se também, ter cumprido a responsabilidade como pesquisador com o Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão. Ao imprimir uma leitura geográfica do Município de Morrinhos, de forma direta, verifica-se o processo de formação como intervenção através dos ensinamentos obtidos nas disciplinas, nos eventos, nos diversos debates e nas orientações recebidas no decorrer do Mestrado. Nessa condição, reforça-se aqui o agradecimento pela oportunidade dada por esta Instituição.

Por fim, destaca-se que estou ciente da responsabilidade e do papel político do pesquisador e da pesquisa para o Município de Morrinhos. Pretende-se, a partir de então, estar atento às questões inerentes ao setor sucroenergético e seus impactos socioespaciais no Município. Na mesma condição destaca-se o apoio que de agora em diante será irrestrito a COOPERFAT e aos movimentos de *(Re)Existências* que se processam no Município, pois entende-se que é uma forma de *reconstrução do destruído* pela reestruturação produtiva do capital no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec. Campinas: UNICAMP, 1992. 275p. (Estudos Rurais, 12).
- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ed. Londrina-PR: Práxis, 2007.
- AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1982.
- AZEVEDO, J. R. N. de. **As ações do agrohidronegócio, o papel do estado e as formas de controle do trabalho no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto a Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente-SP: 2013.
- BALDE BRANCO. **Preços médios pagos aos produtores de leite**. Disponível em: <[www.baldebranco.com.br/](http://www.baldebranco.com.br/)>. Acesso em: dezembro de 2015.
- BIALOSKORSKI, N. S. **Economia e gestão de organizações Cooperativas**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BOBBIO, N. Democracia e ditadura. In: BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p.135-165.
- BORGES, B. G. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia-GO: Ed. UFG, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O despertar dos dormentes**. Goiânia-GO: CEGRAF/UFG, 1990.
- BORGES, J. C. P. **Estado e políticas públicas em Goiás: Trilhos, Estradas e Fios da Modernização do campo Goiano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) apresentada ao Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, 2007.
- BRANDÃO, A. **Cana-de-açúcar: álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil**. Brasília-DF: Horizonte – INL, 1985.
- BRESSAN, M.; VERNEQUE, R. da S.; MOREIRA, A **produção de leite em Goiás**. Juiz de Fora-MG: Embrapa Gado de Leite, 1999; Goiânia-GO: Faeg/Sindileite-GO. 2002. 310p.
- CALAÇA, M. **Territorialização do capital: Biotecnologia, Biodiversidade e seus impactos no Cerrado**. Ateliê Geográfico-edição especial, vol.1. n° 9. Goiânia-GO: 2010. p.6-23.
- CARA, R. B. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Bueno Aires. In: SANTOS, M.; SOUSA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTILHO, D. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada ao Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, 2014.

\_\_\_\_\_. Rede de transporte em Goiás – Brasil (1889 – 1950). In: **Scripta Nova**, Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Vol.16, 2012.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2001.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMPLEM – Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos. Disponível em: <<http://www.complem.com.br/2011/historico.asp>>. Acesso em: setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos. Disponível em: <<http://www.Tecnoleitecomplem.com.br/a-feira/a-feira/>>. Acesso em: janeiro de 2015.

ELIAS, D. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Estudos urbanos e regionais. vol.13 , nº2/novembro/2013.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômico-social de Goiás**. 2ed. Goiânia-GO: Editoria da UCG, 2004.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, K. C. **O mercado sucroalcooleiro goiano pós-desregulamentação na década de 1990**. 2008. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj8/09.htm>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2015.

FRANCO, J. B. S. O papel da EMBRAPA nas transformações do Cerrado. In: **Revista Caminhos da Geografia**. Vol.2, nº 3, p.21- 40.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27ed. Cia. Editora Nacional. São Paulo: 1998.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 1ed. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

GARRIDO, J. D. A. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol.13, nº25/26, set 92-ago/93, p. 33.

GOIÁS. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-GO - 2013.

\_\_\_\_\_. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-GO – 2015.

GOMES, H. A nova matriz espacial do território goiano. In: GOMES, H. (Org.). **Universo do Cerrado**. Goiânia-GO: Editora da UCG, 2008.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

GRUPO COLORADO. **A história do Grupo Colorado.** Disponível em: <<http://www.colorado.com.br>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2016.

HAESBAERT. R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises capitalistas.** (Trad.) João Alexandre Pachanski. São Paulo: Ed. Boitempo. 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em: 26 de dezembro de 2014.

IEL - INSTITUTO EUVALDO LODI. **Relatório anual.** Brasília-DF: 2006.

IMB – Instituto Mauro Borges. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

INOCÊNCIO. M. E. **As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: O PRODECER.** Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto ao Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. 2010.

\_\_\_\_\_. Geopolítica e redes de poder: uma proposta metodológica para as pesquisas de campo no Cerrado brasileiro. In: **Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.** 2012. p.1 a 18.

JORNAL DA CANA. O açúcar superou as dificuldades existentes no mercado internacional. Edição de fevereiro de 2015.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Morrinhos ganha nova usina. Publicado em 11 de outubro de 2005.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. 2008. Usina atrasa pagamentos e arrendamentos. Disponível em: <<http://www.brasilagro.com.br/conteudo/usina-atrasa-pagamentos-a-arrendamentos.html#.VqF530DTxdg>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

LENCIONE S. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. In: **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA.** VI, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires-Argentina: 1998b, p.1-10.

LIMA, de E. C. **Dissidência e fragmentação da luta pela terra na zona da cana nordestina:** o estudo da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto a Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE: 2011.

MATOS, de P. F. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano.** Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto a Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia-MG: 2011.

MELO, F. H. de & FONSECA, E. G. da. **Proálcool, energia e transportes.** São Paulo: Pioneira/FIPE, 1981.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457f. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto a Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente-SP: 2004.

MENDONÇA, M. R.; JUNIOR, A. T. **A modernização do campo nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho**. Investigaciones Geográficas / Universidad Nacional Autónoma de México/edito@ipiris.igiograf.unam.mxISSNcversiónimpresa: 0188 – 4611 México, 2002, p. 97-121.

MÈSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitmpo, 2000.

MORAES, R. de S. **A câmera escura: gestão territorial e as novas territorialidades do capital em Goiás**. Dissertação (de Mestrado) apresentada junto ao IESA-UFG, Goiânia-GO: 2004.

\_\_\_\_\_. As formas contemporâneas da captura capitalista do território goiano. In: **A captura do território goiano e a sua múltipla dimensão Socioespacial**. (Org.) CHAVEIRO, Eguimar Felício. Goiânia-GO: Ed. Modelo. 2005.

MORRINHOS. **Secretaria Municipal de Educação do Município de Morrinhos**. 2015.

MUELLER, C. C. Gestão das Matas Ciliares. In: **Gestão ambiental no Brasil**. São Paulo: 1998.

OLIVEIRA SILVA, C.; MOTA, E. A. M.; COSTA, R. L. **A expansão sucroalcooleira no Sul goiano (1980-2008): estudos sobre a precarização do trabalho nos canaviais nos Municípios de Goiatuba e Morrinhos**. 58f. il. Gestão Ambiental, 2009.

OLIVEIRA, A. M. K.; CAIXETA FILHO, J. V. Potencial da logística ferroviária para exportação de açúcar em São Paulo: recomendações de localização para armazéns intermodais. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v.45, n.4, 2007.

OLIVEIRA, R. E. MENDES, E. P. P. **A territorialização do setor sucroenergético no Triângulo Mineiro e as transformações espaciais em Frutal (MG)**. I Simpósio Mineiro de Geografia. Das diversidades à articulação geográfica. 2014.

PAULA, M. C. de. **Atuação da Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos COMPLEM) e sua influência no comportamento do produtor de leite do Município de Morrinhos, no Estado de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) apresentada junto a Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

PELÁ, M.; CASTILHO, D. **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010.

PEREIRA, B. C. L. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PINHEL JÚNIOR, D. **Apontamentos sobre a expansão do setor sucroalcooleiro**. 2009. Disponível em: <[http://www.mp.go.gov.br/nat\\_sucroalcooleiro/Documentos/documentos\\_art/10.pdf](http://www.mp.go.gov.br/nat_sucroalcooleiro/Documentos/documentos_art/10.pdf)>. Acesso em: 19 out 2015.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPQ, 1982. 272p.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993, 269p.

REVISTA CAMPO. **Proceder**. Disponível em: <<http://www.campo.com.br/proceder>>. 2010. Acesso em: 29 de dezembro de 2015.

RIBAS, A. O álcool como combustível na indústria automotiva. In: **Anais de Seminário de avaliação do Proálcool**. Rio de Janeiro: CNI/COASE, 1987.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionômicas do Bioma Cerrado: In: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de. (Coord.). **Cerrado: Ambiente e Flora**. Planaltina-DF: EMBRAPA/CPAC, 1998.

RICHER, P. As perspectivas do álcool como energéticos e, a capacidade de competição com os combustíveis nacionais. In: **Anais de Seminário de Avaliação do Proálcool**. Rio de Janeiro: CNI/COASE, 1987.

RODRIGUES, D.; ORTIZ, L. **Em direção à sustentabilidade da produção de etanol de cana-de-açúcar no Brasil**. Instituto Vitae Civilis. Núcleo Amigos da Terra. Outubro/2006.

RODRIGUES, J. G.: **Processo de modernização da pecuária leiteira em São Luís de Montes Belos-Goiás**. Número 11/12 – Janeiro/Dezembro – 2003 - ISSN 2179 5215.

SANTANA, C. R. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. [online], v.49, n.2 157-177, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_. O retorno ao território. In: DE SOUSA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura; SANTOS, M. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SEGPLAN. **Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento**. Disponível em: <[www.segplan.go.gov.br](http://www.segplan.go.gov.br)>. Acesso em: fevereiro de 2009.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento**. Disponível em: <[www.segplan.go.gov.br](http://www.segplan.go.gov.br)>. Acesso em: fevereiro de 2011.

SIC. **Secretaria de Estado de Indústria e Comércio**. Disponível em: <http://www.segplan.go.gov.br/post/ver/109589/sic-1>. Acesso em: 2011.

SILVA, N. D. **Escola – Célula Importante da Educação**. Goiânia-GO: Kelps, 1995.

SIMEHGO. Sistema de Meteorologia e Hidrologia do Estado de Goiás. **Clima**. Disponível em: <<http://www.simehgo.sectec.go.gov.br/clima/index.ph>>. Acesso em: dezembro de 2012.

SOJA, E. **Geografia pós-moderna: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, E. A. **O território e as estratégias de permanência camponesa da comunidade Pedra Pedra Lisa no processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar em Quirinópolis/GO**. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto a Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia-MG: 2013.

SUERTUEGARAY, D. M. A. Pesquisa de Campo em Geografia. In: **Revista GEOgraphia**. Ano IV, nº 7. Niterói-RJ: 2002.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Crítica da Sociologia rural e a construção de outra Sociologia dos processos sociais agrários. In: **Ciências Sociais hoje**. Anuário de antropologia, Política e Sociologia. São Paulo: Ed. Vértice. 1991, p. 13-51.

THEODORO, A. D. **Expansão da cana-de-açúcar no Brasil: ocupação da cobertura vegetal do cerrado**. Araçatuba-SP: Fatec, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. MENDONÇA, M. R. A modernização do campo e os impactos sobre o trabalho. 2002. In: THOMAZ JÚNIOR. **A dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos**. São Paulo: 2009. Vol.3. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/\\_htm/f2.html](http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/_htm/f2.html)>. Acesso em: dezembro de 2015.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

VALIN, A. **Migração: da perda da terra a exclusão social**. São Paulo: Atual, 1996.

**ANEXOS**

**Anexo 1** – Lei nº 2.850, de 09 de dezembro de 2011.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS**  
**Estado de Goiás**

LEI Nº 2.850, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

“proíbe a utilização de fogo na limpeza de solo para preparo do plantio e colheita de cana de açúcar, delimita distância mínima de área urbana para o plantio e colheita de cana de açúcar, delimita distância mínima da área urbana para o plantio da cana de açúcar e, determinam outras providencias”

A CÂMARA MUNICIPAL DE MORRINHOS, Estado de Goiás, aprovou, e eu, prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica proibida a utilização de fogo na limpeza de solo para o preparo do plantio e colheita da cana-de-açúcar, cultivada em imóveis rurais situados na área territorial do Município de Morrinhos-GO.

Art. 2º - Fica proibido cultivo de cana-de-açúcar, para fins industriais, num raio mínimo de 05 (cinco) quilômetros da área urbana do Município de Morrinhos – GO; 02 (dois) quilômetros de locais onde haja confinamento de bovinos; 50 (cinquenta) metros de mananciais, estações elétricas e reservas ambientais; 15 (quinze) metros do domínio das rodovias federais e estaduais, 05 (cinco) metros das rodovias municipais.

I – Ao redor de todas as áreas preservadas, fica o produtor de cana-de-açúcar, obrigado a manter o acero de, no mínimo 02 (dois) metros limpos e não cultivadas.

Art. 3º - Qualquer das práticas de conduta prevista nos artigos anteriores, sujeitará o infrator, pessoa física ou jurídica, ao pagamento de multa no valor correspondente a 10.000 (dez mil) UFM's – Unidade Fiscal do Município de Morrinhos – GO, por hectare queimado ou cultivado dentro da área proibida no artigo 2º desta Lei, sendo a multa individualizada por categoria de infração cometida.

§ 1º - Nos casos em que não for possível apurar os infratores, poderá ser responsabilizado solidariamente pelo pagamento da multa o proprietário do imóvel, o proprietário da lavoura cultivada e também, a indústria que receber ou processar a matéria prima oriunda da área queimada, proibida ou excedida.

§ 2º - Em caso de reincidência o valor da multa será aplicado em dobro e multiplicado por 10 (dez) em caso de nova reincidência.

Art. 4º - Fica a Prefeitura Municipal de Morrinhos-GO, por meio da Superintendência Municipal do Meio Ambiente, ou de qualquer outro órgão público, indicado por Decreto do Prefeito Municipal, autorizada a aplicar as multas previstas nessa Lei.

Parágrafo único – Os recursos obtidos com o pagamento das multas aplicadas serão revertidos metade para o Fundo Municipal do Meio Ambiente e metade para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º - Fica a Prefeitura Municipal de Morrinhos-GO, autorizada a criar um serviço direto de atendimento à população para fins de receber denúncias quanto à realização de queimadas em canaviais – “disque queimadas”.

Art. 6º - O Poder Executivo editará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, todas as normas regulamentares destinadas ao cumprimento desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contidas na Lei 2.674, de 27 de agosto de 2010.

Morrinhos, 09 dezembro de 2011; 166º de Fundação de 129º de Emancipação.

CLEUMAR GOMES DE FREITAS  
=Prefeito=

WELDER RIBEIRO DE SOUZA  
=Secretário de Administração=



Anexo 3 – “Combate à UDR é ainda frágil.”

20ª CLASSE OPERÁRIA POB. DENTRO DO PCdoB DE 12 A 25/01/1988

# “Combate à UDR é ainda frágil”

**Classe —** O que se destaca hoje como principal necessidade na luta no campo?

**Nikmar —** É um dever nosso lutar no trabalho de esclarecimento no campo, entre as diversas camadas de trabalhadores rurais e pequenos e médios proprietários, que estão sendo envolvidos e afetados pela UDR. É preciso mostrar-lhes que é a própria UDR, representando os grandes latifundiários, que os explora da terra. Esses camponeses são os principais aliados do proletariado rural e do proletariado urbano e precisam ser ganhos para a luta pela libertação nacional e social.

**Classe —** Parece que alguns grupos políticos existentes são divididos e comprometidos, incluindo também os pequenos e médios proprietários. Como isso tem se manifestado concretamente?

**Orlando —** Na verdade, a UDR tem crescido por estar ocupando o espaço que deveria ser ocupado pelo movimento sindical e pelas forças progressistas. Temos que lutar para que o movimento sindical não seja responsável à altura à UDR. Tem havido uma propaganda viciosa, desde os tempos em trabalho nos os outros, propagando as ideias e métodos proprietários. É a UDR que tem estado praticamente al, levantando, com falsas promessas, certas reivindicações...

ações destes setores, de maneira, de caráter geral, de grupos camponeses, juros baixos, etc. Essas bandeiras deviam ser levantadas pelo movimento sindical e por todas as forças progressistas que defendem a reforma agrária. E precisa ficar claro que as ações da movimento sindical é feita mobiliza os pequenos e médios proprietários, que por um aspecto econômico. Porém, do ponto de vista do desenvolvimento dos trabalhadores, se é considerado limitado, que não tem terra ou muita pouca terra. O movimento progressista é considerado limitado, patrio. Por isso não defendem a criação de comitês de apoio à reforma agrária, que englobe setores mais amplos. Não movimento é possível lutar no campo com os pequenos e médios proprietários.

**Nikmar —** É hora que se diga também que a UDR tem representado sempre uma luta também em causa da justiça agrária do governo. Temos que ser muito desconfiados para os pequenos e médios proprietários. Como o movimento sindical não tem defendido ainda totalidade política quanto a sua existência, a UDR ocupa espaço. Outra questão é que em relação à reforma agrária o PT e a ligada (movimento de terra) e ocupação terra de pequenos e médios proprietários.

Swanson: “Temos a ideia de colocar as reuniões públicas de campo”

(porque é muito mais difícil levantar um pequeno ou um médio proprietário do que enfrentar um latifundiário. Isso também tem favorecido o trabalho da UDR junto a nós pequenos e médios proprietários. Então esse tipo de atividade oportunista e sectária na prática favorece os interesses da reforma agrária, desvinculando os latifundiários e a UDR.

**Classe —** Como você avalia a nova Constituição no que se refere à reforma agrária? E como se coloca agora a luta por essa reforma agrária?

**Nikmar —** Os camponeses e trabalhadores rurais têm grandes esperanças de que na nova Constituição se implemente a reforma agrária, terra sempre legal. Mas a UDR e as forças reacionárias não fazem para evitar isso. Na verdade, foi muito planejado e houve uma grande pressão nesse sentido. Não podemos esquecer o que foi aprovado na Constituição representa um lugar...

para os camponeses e trabalhadores rurais. Mas isso não agrava que os latifundiários não têm luta pela reforma agrária. Não tem, sem dúvida, porque não é possível a relação, e uma questão de própria sobrevivência dos trabalhadores. Da mesma maneira pela terra de os setores de terra cruzadas. A própria necessidade sempre se ocupamos a lutar pela reforma agrária. Então, quanto ao ponto dos classes camponeses não, a reforma agrária está comprometida.

**Orlando —** Acho que após a decreta da reforma agrária na Constituição, há dificuldades tal levar os camponeses a ocupar a sua terra. A reforma agrária está comprometida independentemente do que está escrito na Constituição. O homem do campo vai lutar por sua terra. Não porque isso faz parte do processo de transformação da sociedade. Não se pode conceber uma transformação da sociedade...

sem pensar no aspecto agrário. Então a reforma agrária vai se apoiar, a luta no campo vai se apoiar.

**Classe —** Qual o papel do Partido Socialista e quais são as possibilidades de o Partido crescer no campo?

**Orlando —** O Partido luta no campo muito importante na luta pela reforma agrária, não se dar a reforma agrária e aqui os movimentos sindicais mobiliza as forças progressistas e populares, para promover a unidade entre os trabalhadores camponeses e os pequenos e médios proprietários, então, continua para encontrar um encaminhamento correto para a luta pela reforma agrária. O Partido é uma força que sempre esteve comprometida a luta pela UDR. Por isso é possível e ganha a confiança do trabalhador rural, e dia por dia os pequenos e médios proprietários.

**Nikmar —** O Partido tem demonstrado na prática sua contribuição e que tem muito a contribuir na luta do campo. É hora recordar que o Partido Socialista é o primeiro a lutar na luta pela reforma agrária, desde 1915. O Partido tem uma visão muito ampla sobre a luta do campo, sempre se comprometendo pela unidade do movimento sindical dos trabalhadores rurais e da luta camponesa em geral. E isso que enfrentamos dificuldades para o camponês ainda é grande de politicamente. O compromisso não é com o “pe” mas sim a luta e tudo o que há. Se não tem a terra, não tem, há já que saber o que você quer na terra. Não tem, e mesmo levar em conta a situação da luta que não tem o mesmo. Ela, por ser uma situação muito grande, não permite um retorno para linguagem da história. Por isso, há uma grande luta pela terra e o camponês. Mas, por outro lado o Partido já tem muitos militantes que são líderes no movimento camponês. O Partido tem crescido e a tendência é crescer.

### Mensagem de Ramiz Afia ao PCdoB

O Comitê Central do Partido do Trabalho do Canadá, através do seu primeiro-ministro, Ramiz Afia, expressa agradecimento à Direção Nacional do PCdoB pela mensagem que recebeu de Brasília em 19/11/87 e se prova al, através da Direção do PCdoB.

Agradecemos de coração pela mensagem de felicitações que nos recebeu por ocasião do 40º aniversário da libertação da Albânia e da vitória da Revolução Popular. Esperamos que essas mensagens fortaleçam internacionalmente e os trabalhadores e os revolucionários pela libertação da classe operária e da povo brasileiro.

### Felicitações à conquista do PC do Canadá

Como já informamos em “Classe” nº 1, a direção de uma longa luta o primeiro dirigente do Partido Comunista do Canadá (transformado) sempre a existência, por muito tempo impedida pelos serviços estrangeiros, do país. A direção Nacional do PCdoB, através da Direção do PCdoB, fez um trabalho muito importante por sua vitória.

Essas mensagens, recebidas — pela vitória alcançada com a conquista do primeiro-ministro Ramiz Afia. Essa vitória ocorre uma luta por parte de nós e dos outros camponeses, contra o imperialismo das forças...

conservadoras do Canadá. É uma vitória do povo brasileiro, dos camponeses brasileiros, do operariado brasileiro, do povo brasileiro do Canadá (p. 11).

Os camponeses do Brasil devem se dar um fortalecimento em uma luta pela terra e pela justiça social, por meio de uma grande pressão nesse sentido. Não podemos esquecer o que foi aprovado na Constituição representa um lugar...

na história e também também internacionalmente.

Desde que foi aprovada a lei da reforma agrária, os camponeses e trabalhadores rurais se comprometem ao Partido Comunista do Brasil e não desistem de lutar, no sentido da Revolução Popular Brasileira.

Por isso, queremos agradecer ao Partido Comunista do Brasil e ao povo brasileiro por sua vitória.

de dirigentes camponeses, pequenos e outros setores da população.

Se essas palavras não forem compreendidas, se os camponeses não quiserem lutar pela terra, a luta não tem o mesmo. Ela, por ser uma situação muito grande, não permite um retorno para linguagem da história. Por isso, há uma grande luta pela terra e o camponês. Mas, por outro lado o Partido já tem muitos militantes que são líderes no movimento camponês. O Partido tem crescido e a tendência é crescer.

**Partido Sueco** e **CDM** (Comitê de Defesa da Mulher) são organizações importantes para a luta social e política.